

PESQUISAS

Antropologia, Nº 46

Ano 1991

HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

ALFREDO MENDONÇA DE SOUZA

Instituto Anchietano de Pesquisas
São Leopoldo - Praça Tiradentes, 35 - Rio Grande do Sul - Brasil

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

São Leopoldo – Praça Tiradentes, 35 – Rio Grande do Sul – BRASIL

PESQUISAS

PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL

Conselho de Redação

Pedro Ignacio Schmitz, S.J. — Diretor

Arthur Rabuske, S.J. — Coordenador para História

Josef Hauser, S.J. — Coordenador para Zoologia

- - - -

PESQUISAS publica trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em todas as línguas de uso corrente na ciência.

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos artigos assinados.

A publicação das colaborações espontâneas depende do Conselho de Redação.

Pesquisas aparece em 4 secções independentes: **Antropologia, História, Zoologia, Botânica.**

Pedimos permuta com as revistas do ramo.

- - - -

PESQUISAS veröffentlicht wissenschaftliche Originalbeiträge in allen geläufigen westlichen Sprachen.

Die Aufnahme nicht eingeforderter Beiträge behält sich die Schriftleitung vor.

Verantwortlich für gezeichnete Aufsätze ist der Verfasser.

Pesquisas erscheint bis auf weiteres in 4 unabhängigen Reihen: **Anthropologia, Geschichte, Zoologie, Botanik.**

Wir bitten um Austausch mit den entsprechenden Veröffentlichungen.

- - - -

PESQUISAS publishes original scientific contributions in any current western language.

The author is responsible for his undersigned article.

Publication of contributions not specially requested depends upon the redactorial staff.

Pesquisas is divided into four independent series: **Anthropology, History, Zoology, Botany.**

We ask for exchange with publications of similar character.

- - - -

PESQUISAS

Antropologia, Nº 46

Ano 1991

HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

ALFREDO MENDONÇA DE SOUZA

Instituto Anchieta de Pesquisas
São Leopoldo - Praça Tiradentes, 35 - Rio Grande do Sul - Brasil

PSICOLÓGICA

psicologia

psicologia

psicologia



EDUNISUL
ASSOCIAÇÃO DAS EDITORAS
UNIVERSITÁRIAS DA REGIÃO SUL

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Delimitação do assunto	15
2.1. O que é arqueologia?	15
2.2. Síntese histórica	16
2.3. A arqueologia na primeira metade do século XX	29
2.4. O debate contemporâneo sobre uma ciência em crise	36
3. Pequena história	49
3.1. Dos Cronistas da conquista aos Naturalistas viajantes	49
3.2. Dos primeiros Arqueólogos brasileiros aos Buscadores das ci- dades perdidas	61
3.3. Do Impulso popular à Institucionalização da pesquisa	76
3.4. Do Ensino formal à Consciência de classe	109
Notas e referências bibliográficas	136

Sentávamo-nos para jantar pontualmente às dezoito horas. Às vezes ele se concedia um copo de vinho, mais tarde beberíamos todo o garrafão. Vinha então o Seminário, todos com o corpo dolorido por, nunca menos, de oito horas de escavações.

Lá pelas nove, dez horas da noite, raramente um pouco mais tarde, sabendo-nos notívagos, ele nos distribuía tarefas, e ia dormir.

E que tarefas!

Tentar marcar, inventariar e analisar todo o material proveniente de 4 a 5 níveis distintos. Cada um com 4m² e 20cm de espessura!

Era muito comum. Quando ele se levantava, às quatro horas da manhã, para tomar seu chá e rezar a missa, dificilmente havíamos acabado nosso trabalho.

Pouco depois saía, para sentir o dia nascendo, avaliar as condições do tempo, apenas meditar. Algumas vezes fui junto, cheio de angústia, preocupado com as dificuldades que me pareciam surgir do chão.

“Não tenha pressa”, ele me dizia, “os sítios arqueológicos esperaram milhares de anos. Em arqueologia, não existe pressa. Faça o melhor que o *senhor* sabe fazer”.

E então falávamos, e ele me contava das suas experiências, das complicações do seu Museu do Homem, de porque resolvera ficar sozinho.

Uma tarde, com Alfredo Russins e todos os demais presentes, informou que o *Doutor* Alfredo Souza ficaria no seu lugar, responsável pelas escavações no sambaqui do Rio das Pedrinhas.

Foi assim que eu resolvi ser arqueólogo.

Para o Padre João Alfredo Rohr, meu mestre.

Para Sheila, minha mulher e colega, que estava lá comigo, e para meus filhos, Alfredo Augusto, Ana Carolina e Mariana Beatriz.

Para Maria Arminda, que também viveu tudo isto.

Este texto foi originalmente elaborado entre 1980 e 1987. Por ocasião da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Santos (1987), 20 cópias foram distribuídas aos principais arqueólogos presentes e às pessoas que manifestaram interesse em conhecer o trabalho, daí decorrendo uma série de sugestões e acréscimos que em muito o enriqueceram. Posteriormente, o mesmo texto foi utilizado como o capítulo III da minha dissertação de mestrado, apresentada em 1988/89 ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/CNPq/UFRJ.

Por tudo isto, desejo apresentar meus sinceros agradecimentos aos arqueólogos André Prous, Sheila M. F. Mendonça de Souza, Marília Carvalho de Mello e Alvim, Pedro Mentz Ribeiro, André Jacobus e Afonso Imhoff, que leram e anotaram o texto, apresentando sugestões da maior importância.

Desejo estender estes agradecimentos, ainda, a todos aqueles que discutiram aspectos deste trabalho, por ocasião da VI Jornada Brasileira de Arqueologia (Rio de Janeiro, 1984) e da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Santos, 1987).

Por fim, quero agradecer a todos aqueles que envidaram esforços no sentido de obter livros e periódicos raros ou de difícil acesso, particularmente a responsável pela biblioteca do IBICT e minha colega de mestrado, Ilce Gonçalves Millet Cavalcante, e aos meus colegas professores da Universidade Estácio de Sá, César Lotufo, Paulo Seda e Maria Arminda C. Mendonça de Souza.

Apesar de tantas contribuições, desejo deixar claro que, muitas vezes, não acatei as sugestões apresentadas, mantendo meus próprios pontos de vista. Assim sendo, os eventuais erros aqui presentes são todos de minha inteira responsabilidade.

Rio de Janeiro, maio de 1991
Alfredo A. C. Mendonça de Souza

1 — INTRODUÇÃO

São muito raros os levantamentos históricos sobre a arqueologia brasileira, podendo-se afirmar que, especificamente voltados para o assunto, somente dois textos foram publicados até a presente data, os artigos de André Prous e de Betty Meggers.

André Prous⁶², com base em amplo levantamento bibliográfico, identifica 4 períodos distintos para a arqueologia brasileira, aos quais antecede um quinto período exploratório, vinculado às missões dos naturalistas viajantes, que teria seu desfecho, e seu auge, com as pesquisas de Peter W. Lund em Lagoa Santa, Minas Gerais.

A este seguir-se-ia o período inicial da arqueologia brasileira, situado entre 1870 e 1910, o qual, na visão de Prous, é muito produtivo, principalmente em função do interesse de D. Pedro II pela arqueologia, e pelo início das atividades, nesta área, das três instituições mais antigas: Museu Nacional, Museu Goeldi e Museu Paulista.

Entre 1910 e 1950, ocorreria um período intermediário, marcado pelas duas guerras mundiais, no qual as pesquisas praticamente ficam estacionárias, propiciando resultados muito limitados.

O período subsequente, seria aquele correspondente à formação da arqueologia brasileira propriamente dita, caracterizando-se pela ação de "grandes amadores", como Guilherme Tiburtius, H. V. Walter, Balduino Rambo, e José Anthero Pereira Jr., os quais, trabalhando em condições bastante adversas, foram capazes de assegurar a preservação de materiais e informações de sítios, hoje, completamente destruídos.

Por fim, ocorreria o período recente, de 1965 a 1980, no qual os arqueólogos brasileiros, instrumentados pelos seminários ministrados no Paraná, começam a buscar a profissionalização, surgindo os grandes programas, como o PRONAPA e o PRONAPABA.

Quanto ao artigo de Betty J. Meggers¹⁹⁷, este é mais limitado em termos cronológicos, iniciando em 1935, além de considerar menos dados e valorizar a experiência pessoal da autora, o que o aproxima de um texto de *memórias*. Em suas linhas gerais, no entanto, aproxima-se da periodização proposta por Prous, reconhecendo 3 períodos básicos.

O Período I (1935-1955), caracterizar-se-ia por pesquisas, em maior ou menor grau, amadorísticas, dando prosseguimento ao que era feito desde o início do período. Segue-se o Período II (1955-1965), em

que se destaca a atividade de Loureiro Fernandes, organizando cursos no Paraná, e o surgimento de novas instituições. O Período III (1965-1985), por sua vez, caracterizar-se-ia pela implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — PRONAPA — e do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica — PRONAPABA —, o surgimento da legislação que determina a realização de salvamento arqueológico nas áreas a serem inundadas por hidrelétricas e a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Um outro texto, bem mais simples, deve-se a Júlio César Melatti, que faz um rápido esboço do desenvolvimento desta área de conhecimento, em conjunto com um estudo sobre a antropologia no Brasil²⁴².

Subsídios importantes podem ser obtidos, ainda, em algumas sínteses publicadas nas primeiras décadas deste século, principalmente sobre os períodos mais antigos da arqueologia no Brasil, embora não tenham sido escritas com esta finalidade específica. Reunem-se neste caso as contriuições de Anibal Mattos¹³⁹, Ladisláu Netto⁹⁸, Angyone Costa⁷⁹, José Anthero Pereira Jr.¹³¹, Theodoro Sampaio⁶⁵ e Carlos Teschauer⁹⁶, além de toda a literatura referente ao ciclo Lund.^{85, 87, 88, 140, 141}

Notícias sobre as principais instituições também ocorrem, como o registro de L. M. Scaff⁹³ sobre o Museu Goeldi, os de Hermann von Ihering¹⁰⁵, sobre o monumento do Ypiranga e o Museu Paulista, e as contribuições de Ladisláu Netto⁹⁸ e de José Cândido de Carvalho²⁴⁵, ambas sobre o Museu Nacional.

Também sobre temas específicos é possível reconhecer algumas contribuições. Sobre antropologia física, inclusive pré-histórica, existe a contribuição de Luiz de Castro Faria¹⁰⁰. A respeito da arqueologia no Rio Grande do Sul, existe o histórico de José Proenza Brochado¹²³. Sobre sambaquis, Othon Henry Leonardos traçou um histórico irretocável¹¹⁷. E existe quantidade apreciável de textos discutindo o ensino da arqueologia, e avaliações da *praxis* arqueológica no Brasil, em vários cortes temporais. Estão neste caso, Igor Chmyz,^{163, 173, 213} Alfredo Mendonça de Souza,^{153, 179, 183, 184} Maria José Menezes¹⁷⁴, Ulpiano Bezerra de Meneses¹⁸¹, Luciana Pallestrini¹⁸⁵ e Pedro Ignácio Schmitz¹⁸⁷.

Tudo isto é, ainda, muito pouco, e uma grande quantidade de dados permanece esquecida em cartas, manuscritos, relatórios, notas de pé-de-página ou misturada com os resultados monográficos de pesquisas. Ocorre que o controle desta literatura ainda é extremamente precário, o que dificulta a recuperação destas informações.

De fato, praticamente inexistem bibliografias especializadas. Foram publicadas, sobre sambaquis, bibliografias de Erasmo d'Almeida

Magalhães²⁴³ e de Wilhelm A. Hein²⁴⁴. A respeito de arte rupestre, existe a bibliografia de C. A. Colonelli e E. d'A. Magalhães²⁴⁶. Quase mais nada, excessão feita para a extensa bibliografia que André Prous começou a publicar recentemente, a qual, quando concluída, deverá ser a mais completa possível. A primeira parte⁶² reuniu 2.017 títulos, e uma continuação, mais 899²⁵⁸.

Devem ser mencionadas, ainda, as bibliografias inseridas ao final de alguns artigos como as dos *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*²⁴⁷, e as produzidas por J. Anthero Pereira Jr.¹³¹ e Mário Ferreira Simões^{205f}. Sobre a Amazônia existem, ainda, os trabalhos de Arthur Napoleão Figueiredo²²⁰ e de Mário Simões e Fernanda Araújo-Costa²²⁶. Da mesma forma, Pedro Ignácio Schmitz inseriu bibliografias temáticas (Páleo-índio, Arcaico do Interior, Arcaico do Litoral, Arte rupestre, e Cultivadores), em cada um dos cinco volumes de *Temas de Arqueologia Brasileira*²²⁹, e, mais recentemente, algumas dissertações, ou teses, têm apresentado boa revisão de literatura, como as de Maria Christina M. Scatamacchia²⁴⁸, sobre a tradição Tupiguarani, a de Arno A. Kern²⁴⁹, sobre as indústrias líticas do Sul do Brasil, e a de Irmhild Wüst²⁵⁰, sobre a ocupação pré-colonial de Goiás.

Existem, finalmente, bibliografias que cobrem outras áreas de conhecimento, e que dão informações parciais sobre arqueologia. Estão neste caso os trabalhos de H. Baldus²⁵², dedicados à etnografia indígena, somente abordando a arqueologia de forma eventual, e os de José Honório Rodrigues⁶¹ e Rubens Borba de Moraes²⁵², que tratam da historiografia colonial.

Assim sendo, neste trabalho, buscou-se, sempre que possível, localizar as fontes originais, de forma a dispor-se de informações primárias fidedignas, em condições de serem comparadas e contextualizadas, buscando-se, do mesmo modo, manter critérios objetivos na organização, avaliação e interpretação dos dados recuperados.

Partindo da constatação de Gardin⁵², de que existem profissionais que se limitam a descrever coleções de objetos, enquanto não especialistas produzem sínteses em que demonstram verdadeiro gênio histórico, e tendo-se em vista o desenvolvimento próprio desta ciência, em todas as partes do mundo, marcado por contradições e dúvidas, evitou-se, na medida do possível, entrar na discussão entre arqueólogos amadores e profissionais no Brasil. Cada contribuição foi avaliada à luz dos conhecimentos da sua época, e, quando confrontada com o momento atual, isto destinou-se única e exclusivamente a avaliar o seu real significado e em que grau auxiliou no desenvolvimento da arqueologia nacional.

Fugindo de avaliações quantitativas excessivas — embora algumas tenham sido mantidas —, intentou-se a compreensão destes fatos por correlação com a História Nacional, sempre com referência às grandes tendências da arqueologia mundial.

Assim sendo, traçou-se, inicialmente, um esboço da evolução geral da arqueologia, e discutiu-se as tendências mais fortes da atualidade, de modo a facilitar tal compreensão e contextualizar adequadamente os dados obtidos.

Concluindo o levantamento, tornou-se evidente que Lund, até à sua revelia, marca um momento particularmente importante da arqueologia brasileira. De fato, pouco depois dos seus trabalhos, iriam ocorrer as primeiras manifestações de interesse nas instituições tradicionais, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Brasileiro, por este gênero de estudos, dando margem a que, pouco depois, Ladislau Netto se tornasse o primeiro arqueólogo profissional do Brasil, passando a dedicar-se, em tempo integral, à arqueologia, e equiparando-se, em termos teóricos e metodológicos, a qualquer arqueólogo de seu tempo. Por estas razões, optou-se por estabelecer um primeiro período para a arqueologia brasileira, que vai da descoberta até 1858, quando D. Pedro II envia ao Nordeste a primeira Comissão Científica Brasileira.

Outro momento marcante, mais do que a proclamação da Independência, foi a criação da República. Em 1888, para se ter uma idéia, os Deputados da Assembléia Legislativa já haviam votado a extinção do Museu Goeldi, que somente se salvou graças aos esforços de Justo Chermont e José Veríssimo, os republicanos do Pará. Da mesma forma, foi a República quem favoreceu o surgimento do Museu Paulista, enquanto o Museu Nacional era estigmatizado como instituição monarquista, movimento que propiciou o surgimento de numerosos núcleos de pesquisa, onde pontificaram os *arqueólogos de gabinete*, à moda da época. Assim, se estabeleceu o final do 2º Período em 1889.

Por último, é bastante claro que os anos de 1961 e 1965 constituem-se, também, em importante ponto de viragem, pela promulgação da Lei 3.924, pelas turbulências institucionais, e pelo início do PRONAPA, adotando-se, arbitrariamente, o ano de 1961, para final do 3º Período.

Assim sendo, este trabalho adota a seguinte periodização:

1º Período — Dos Cronistas da Conquista aos Naturalistas Viajantes (1500-1858);

- 2º Período — Dos Primeiros Arqueólogos brasileiros à busca das Cidades Perdidas (1858-1889);
- 3º Período — Do Impulso popular à Institucionalização da Pesquisa (1889-1961);
- 4º Período — Do Ensino formal à Consciência de Classe (1961-1985).

2 — DELIMITAÇÃO DO ASSUNTO

2.1 — O QUE É ARQUEOLOGIA?

Todos os grupos humanos, dos mais antigos aos mais modernos, possuem explicações ou tradições, não somente sobre sua história recente, mas também sobre suas mais remotas origens.

Mitos de origem e teoria arqueológica representam linhas diferentes de pensamento, mas respondem, ambos, ao impulso humano para conhecer o seu passado, constituindo-se, a história da arqueologia, praticamente, no relato dos seus confrontos com a tradição oral.

Etimologicamente, arqueologia, do (grego, *archaios*, antigo + o *logos*, a ciência, o tratado), é a ciência do antigo, sendo fácil perceber-se que, pela própria circunstância de que toda a experiência humana está no passado, torna-se muito difícil estabelecer o limite *recente* desta área de estudos e dissociá-la de outras, também preocupadas com o mesmo assunto.

Originalmente, o termo foi cunhado por Platão no diálogo **Hípias Maior**, com o significado específico de história da origem das cidades gregas e de seus antigos heróis. Sempre com o significado de história dos tempos antigos foi empregado, também, por Tucídides, Diodoro Siculo, Estrabão e Dionísio de Halicarnaso, todos historiadores gregos, e por Flávio José, historiador judeu, caindo, então, em desuso, somente reaparecendo no século XVII, já com o sentido de síntese histórica do mundo antigo.

A partir de então, sucederam-se tentativas de apreensão do conceito, o que só demonstra sua natureza eminentemente ideológica, enquanto a nível popular se consolidava a imagem entre mística e aventura de uma disciplina envolvida com os mortos e a caça aos tesouros antigos. Como observa Laet, a palavra arqueólogo suscita na mente de muitos, a imagem do personagem solene ao falar, vulgar de aspecto, envolvido com seus inúteis e pretenciosos conhecimentos, um louco ino-

fensivo e gracioso, sem malícia, salvo quando discute com seus colegas. Outras pessoas, no entanto, o imaginam rodeado de uma auréola romântica: é o homem que sai em busca das cidades perdidas na selva ou enterradas no deserto, que com sua pá descobre obras de arte e tesouros fabulosos²⁷.

São, todas, concepções falsas, mas, ainda assim, preferíveis à idéia de que o passado é neutro, iniciando há alguns anos atrás e se estendendo até o princípio dos tempos, de forma geral e padronizada, ou então, de que é um atributo dos deuses, somente apreensível através da revelação divina.

A arqueologia, de fato, não é neutra. Pelo contrário, é ideologicamente determinada, da mesma forma que as demais ciências humanas, e é isto que provoca o surgimento de tantas escolas ou correntes de pensamento.

2.2 — SÍNTESE HISTÓRICA

Muitos dos assuntos que viriam a ser temas arqueológicos importantes, já eram estudados desde a Antiguidade, ainda que dissociados do termo.

Assim, já no século VI aC, a princesa Belshati Nanner, filha de Nabônido, último rei da Babilônia, tinha um aposento reservado para sua coleção de antiguidades¹, que poderia ser entendido como um precursor de um museu arqueológico. Também Sallustius restaurou ruínas nômadas, e já numa compilação chinesa do ano 52 de nossa era, se sustenta que o homem atravessou as eras da Pedra, do Bronze e do Ferro, idéia semelhante à de Lucrecio², que neste poema afirma que a humanidade, antes de utilizar o ferro, teria empregado a madeira e a pedra:

*Arma antiqua manus, unques dentesque fuerunt
Et lapides, et item sylvarum fragmina rami,
Et flamme atque ignis, postquam sunt cognita primum,
posterius ferri vis est aerisque reperta.
Sed prior aeris erat, quam ferri cognitus usus.*

Apesar deste início promissor, no entanto, o desenvolvimento das idéias arqueológicas seria impedido e obstaculizado por inúmeros fatores, e o aparecimento de um forte movimento religioso, na Europa, acabaria por restringir a investigação naturalística, empírica, do homem e da sociedade.

Avicena (Ibn-Sina, 980-1037), por exemplo, tentou explicar a existência dos fósseis através da *vis plastica*, a capacidade que certos mine-

rais teriam de assumir formas semelhantes às dos seres vivos. A idéia foi prontamente adotada pela Igreja, originando a teoria do *Lusus Naturae*, o modo que Deus encontrara para testar a fé dos homens, suspendendo as investigações sobre o assunto.

Por isto, não chega a surpreender que até fins do século XIV, a principal contribuição tenha sido de escritores árabes, como Ibn Batuta (1304-1378) e Ibn Khaldun (1332-1406), este último que, pela primeira vez, dissociou os fatores sócio-culturais dos biológicos ou físicos.

De qualquer forma, "para nós tem pouca importância que no século XII os monjes de São Albano estivessem escavando, anotando e santificando os restos de um padre saxão em Hertfordshire; nem sequer as primeiras buscas de curiosos em Herculano e Pompéia são de estrita importância"³. De fato, a arqueologia é produto dos últimos séculos, não tendo sido praticada, pelo menos com o seu sentido atual, em toda a Antiguidade.

No século XV, "uma série de acontecimentos importantes abriu caminho para grandes acréscimos ao conhecimento que o homem tinha de si mesmo. A imprensa foi inventada em 1446; o conhecimento do papel foi levado à Europa Ocidental, pelos árabes, em 1450; a queda de Constantinopla, em 1453, provocou uma migração de eruditos aristotélicos para a Europa"⁴. Sob a influência dos ideais clássicos, ocorreu, então, uma importante renovação literária, artística e científica, conhecida por *Renascimento*. Com o início do ciclo dos descobrimentos, no final do século, rompe-se o esquema teológico, e a discussão em torno das origens do homem voltam a preocupar os intelectuais.

A palavra *antropologia*, ressurge em 1501, no *Anthropologeion* de Magnus Hundt, e na *L'Anthropologie* publicada por Capella em 1533. Estas duas obras, de certo modo, vão estabelecer os limites da antropologia, voltando-se, a primeira, para a anatomia humana, e a segunda, para os preceitos morais.

Cunhada por Aristóteles (384-322 aC) para designar as idéias de filósofos que entendiam as atividades mentais como as características mais especificamente humanas e tendo sido utilizada na linguagem dos teólogos do século XII para exprimir ações e sentimentos atribuídos a Deus, mas que são próprios do homem, a partir de então esta palavra irá aparecer com freqüência, sempre com sentidos diversos, eventualmente abordando temas arqueológicos.

Enquanto a antropologia oscilava entre estas fronteiras, conhecimentos úteis para a arqueologia iam sendo colecionados, a partir da pu-

blicação de relatos de viagens, como a **Historia de Gentibus Septentrionalibus** (1555), de Claus Magnus, ou a **Pivers Voyages Touching the Discovery of America** (1582), de Richard Hakluyt.

Por esta mesma época, principalmente na Itália, França, Inglaterra e Escandinávia, estão em plena atividade os **antiquários**, tanto resgatando objetos locais como no Próximo Oriente. Pouco depois de Agricola (1558) e Gesner (1565) descreverem lâminas-de-machado e pontas-de-arremesso em pedra como curiosidades, considerando-as jogos da natureza, na Inglaterra, Willian Camden publicava sua **Britannia**, obra que foi reproduzida e consultada durante 200 anos, onde afirmava que no estudo da antiguidade, que sempre se faz acompanhar de dignidade e tem certa semelhança com a eternidade, se encontra um doce alimento para a mente, bem merecido por aqueles-de caráter nobre e honrado².

Logo após, em 1593, Michel Mercati escrevia um ensaio em que desmistificava a lenda de que as lâminas-de-machado de pedra seriam produzidas pelos raios, de onde lhes advinha a denominação popular, pedra-de-raio, comparando os materiais encontrados em solo europeu com as armas e objetos produzidos pelas tribos **selvagens**, notadamente as americanas. Mercati sugeria que os instrumentos europeus teriam pertencido a homens muito antigos, inaugurando, na arqueologia, o método de trabalho baseado na etnografia comparada, ainda em uso no nosso século. Seu ensaio, a **Mapoteca**, no entanto, só viria a ser publicado em 1717, mais de um século depois.

Na França, pela mesma época, reinava uma intensa curiosidade pelas diversas ruínas que surgem nos campos, que começavam a ser reconhecidas como de origem romana, buscando-se nos textos clássicos suas identificações. É a época dos primeiros museus públicos, e os Gabinetes de Antiguidades, surgidos em 1557, já são duzentos, embora as pesquisas não ultrapassem os domínios da arqueologia clássica¹. Na Itália, nasce a arqueologia páleo-cristã, com a exploração das catacumbas romanas pelo dominicano Alfonso Chácon⁶.

No transcurso do século XVII a literatura de interesse arqueológico continuaria a crescer, destacando-se os 73 volumes das **Relações Jesuíticas**, publicados entre 1619 e 1791, e que iriam impressionar o pensamento de filósofos iluministas como John Locke (1632-1704), fortemente influenciado pelas notícias sobre os aborígenes americanos na discussão do seu "contrato social". Datam deste período, também, os primeiros registros das línguas aborígenes americanas, e a ampla utilização do termo antropologia como sinônimo de anatomia e fisiologia humanas.

A arqueologia, entretanto, interdita de avançar nas pesquisas pré-históricas, por força da teoria do arcebispo de Ulster, de que o homem fora criado por Deus às 9 horas da manhã do dia 24 de outubro de 4.004 aC, permaneceu atrelada às civilizações clássicas.

São deste século as primeiras viagens ao Egito, destacando-se as realizadas por padres, como os capuchinhos Protais e François e o abade André Thenet, destacando-se a do padre Vausles, que percorreu o Nilo em 1672 com o objetivo de coletar manuscritos e sinetes. Na Itália, prosseguem as escavações nas catacumbas romanas, e, na Inglaterra, projetam-se alguns notáveis antiquaristas, como Thomas Browne (1605-1682), médico de Norwich, que descreveu, de forma poética e mística, restos de ossos e urnas encontrados em sua propriedade, John Aubrey (1626-1697), que foi o primeiro a situar Avebury e Stonehenge num contexto pré-histórico, Edward Chwud (1660-1708), autor de **Archaeologie Britannica**, e o reverendo Henry Rowland, autor de **Mona Antiqua Restaurata: An Archaeological Discourse on the Antiquities**². Também na França o gosto pela arqueologia se expande, e, em 1661, Colbert desvincula da Academia Francesa um grupo que viria dar origem à **Académie des Inscriptions et Belles Lettres**, a qual dispunha, já em 1701, de uma sala no Louvre¹.

É por esta mesma época, ainda na França, que uma atitude completamente nova começa a surgir em relação ao passado, que é visto como um período de menos conhecimento, e, portanto, com uma humanidade *inferior*. Para os adeptos do modernismo de fins do século XVII, e por consequência da fé iluminista na razão, o homem é visto como um ser essencialmente racional. A razão seria imutável, e o homem emergia progressivamente de uma era de barbarie primitiva⁷.

Por todo o século seguinte (XVIII), o termo antropologia permaneceu com sentido vago e pouco uso. Em 1772 a palavra foi registrada por Diderot e D'Alembert na **Encyclopédie — Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Metiers**, e, em 1798, apareceria novamente em contexto filosófico, no **Ensaio de Antropologia** de E. Kant, versando questões de Ética.

Enquanto isto, a literatura arqueológica continuava a crescer, graças aos relatos dos aventureiros, catequistas e naturalistas viajantes, associando-se, cada vez mais, aos estudos de filologia e história da civilização.

Para o Egito, por exemplo, seguem Benoit e Maillet, o padre Licard, Richard Pococke, Volney, Nibuhr, Thomas Shaw, Bruce, Savary,

Tonnini e Giovanni Belzoni, para citar-se os mais conhecidos, processo que culmina com a inauguração do período moderno da egiptologia, graças aos esforços dos sábios que acompanharam Napoleão na sua campanha de 1789, que criaram o Instituto Francês do Cairo.

Também na Grécia, Espanha e Itália (Herculano, 1739, e Pompéia, 1743), são realizadas escavações mais ou menos sistemáticas na busca de obras de arte antiga. A arqueologia clássica, no entanto, é usualmente considerada como tendo iniciado com os trabalhos do arqueólogo alemão J.J. Winckelmann (1717-1768), que escreveu o primeiro estudo sistemático da arte antiga, publicado em 1753, e que fixou o *enfoque artístico* na metodologia da investigação arqueológica, muito embora tenha contado com precursores notáveis, como o padre Bernard de Montfaucon (1665-1741), o Conde de Caylus (1692-1765) e D.V. Denon, um dos sábios que acompanhou Napoleão ao Egito.

Mas é também neste século que a arqueologia pré-histórica começa a se desenvolver. Na Inglaterra, alguns antiquários eruditos, verdadeiros proto-arqueólogos, começam a consolidar esta área de estudos. Em 1715, Conyers registra a associação entre artefatos e restos de animais fósseis, assunto que seria retomado em bases mais científicas por John Frere (1740-1807), em 1797. Em Londres, são fundados a Sociedade dos Antiquários, em 1733, e o jornal *Archaeology*, em 1770, que tiveram papel destacado no desenvolvimento desta área de estudos. Na França, a literatura sobre os *selvagens* atinge o grande público e influencia o pensamento de filósofos como J.J. Rousseau (1712-1778), dando origem ao mito do bom selvagem e iniciando o *primitivismo*, uma glorificação dos antigos estágios da evolução humana. "Em 1723, Antoine de Jussieu apresenta à Academia Real de Ciências a memória intitulada *De l'Origine et des Usages des Pierres de foudre*"¹, retomando a comparação entre artefatos arqueológicos europeus e os dos índios americanos e impulsionando a utilização da etnografia comparada como método de análise arqueológica, que seria empregado também pelo padre Lafitau na obra *Moeurs des Sauvages Américains Comparés aux Moeurs des Premiers Temps* (1724), e por Goguet, em *De l'origine des Lois, des Arts et des Sciences et leurs Progrès chez les Anciens Peuples*. Também na América do Norte, Thomas Jefferson, futuro presidente dos Estados Unidos, realizava escavações em sítios pré-históricos da Virgínia, introduzindo o conceito de *estratigrafia* na pesquisa arqueológica, desenvolvendo uma "escavação de surpreendentes delineamentos modernos: a primeira escavação científica da história da arqueologia"³.

É evidente, que o progresso da arqueologia pré-histórica se dava, em grande parte, como consequência dos avanços científicos em geral. Uma lenta conquista deste século havia sido a aceitação dos restos fósseis como provenientes de organismos que viveram em épocas antigas, e o reconhecimento do sentido cronológico das sucessivas camadas do córtex terrestre. Karl von Linné (1707-1778), já havia, na sua *Systema Naturae*, introduzido o conceito de classificação binária para todas as formas viventes, situando o homem junto aos demais primatas, e abrindo espaço para que obras de George Louis Buffon (1707-1778), como *Theorie de la Terre* (1749), ou *Époque de la Nature* (1778) obtivessem grande ressonância. Buffon admitia que a terra passara por sete grandes épocas, correspondendo, a cada uma, novas espécies vivas, o que possibilitou que se admitisse que a Terra tinha uma grande antiguidade e que o *Genesis* devia ser interpretado de forma simbólica¹.

O século XIX inicia-se, portanto, já com algumas áreas de conhecimento estruturadas, destacando-se a arqueologia clássica, a etnografia e a filologia clássica. Com o sentido de história natural do homem, a antropologia já era ministrada por Jesses, em 1838, no Museu de História Natural, em Paris.

*"A matança de aborígenes, juntamente com a desumanidade do comércio de escravos, despertou a consciência de muitos humanitaristas na Inglaterra e no continente europeu. Em 1837 foi fundada em Londres a Sociedade de Proteção ao Aborígenes, a qual, mais tarde, passaria a se designar Sociedade Etnológica, e, um ano depois, com semelhantes intenções humanas, era criada em Paris a Sociedade Etnológica"*⁴.

Já em 1856, circulava em Londres o *Journal of the Ethnological Society*, e a antropologia tornava-se moda, com o surgimento de numerosas sociedades dedicadas ao assunto, ao ponto de, em 1859, a Sociedade Etnológica de Paris mudar seu nome para Sociedade Antropológica.

Tiveram papel destacado, neste período, as idéias de Lamarck (1744-1829), que lançou as bases para o *Transformismo* em sua *Philosophie Zoologique*, de Georges Cuvier (1769-1832), adversário de Lamarck e partidário dos ensinamentos bíblicos, que introduziu a teoria dos cataclismas e desenvolveu o estudo da anatomia comparada, e de Charles Darwin (1809-1892), o qual, em 1859, publica *The Origin of Species*, defendendo o transformismo e lançando as bases para o evolucionismo. Conquanto suas idéias fossem muito diversas e até antagônicas, estes

autores enriquecem a literatura humanista, ao criar condições para o estudo científico do homem, no entanto, a antropologia só passa a ser considerada como ciência, após a criação da Escola Antropológica (1876), por Paul Broca (1824-1880), médico francês que se dedicara à pesquisa do cérebro, das funções da linguagem, e ao desenvolvimento da técnica antropométrica, partindo da contribuição de Adolphe Quételet (1796-1874), matemático e astrônomo belga que teve a idéia de aplicar métodos estatísticos ao estudo dos fenômenos vitais.

Deve-se ter em conta, porém, que nestes primeiros 75 anos do século XIX, outras áreas do humanismo haviam apresentado substancial desenvolvimento. Assim, na arqueologia clássica, sempre estreitamente vinculada à filologia e à lingüística, Giovanni Battista Belzoni (1778-1832), Jean François Champollion (1790-1832), Karl Richard Lepsius (1810-1884), Auguste Ferdinand Mariette (1821-1881), Heinrich Schliemann (1822-1890), George Smith (1840-1876), Gaston Camille Charles Maspero (1846-1910), Sir William Mathew Flinders Petrie (1853-1942), Sir James Henry Breasted (1865-1935), e outros, já haviam reunido impressionante quantidade de informações sobre as antigas civilizações.

Champollion, por exemplo, em 1822 decifrou os hieroglifos egípcios, e Lepsius, importante filólogo, inventou um método para transcrever línguas estrangeiras em caracteres latinos. Já Flinders Petrie, introduziu a preocupação com os detalhes, a coleta e análise também dos fragmentos e dos materiais *não artísticos*, além do rigor na observação científica, sendo dos grandes precursores da moderna arqueologia, enquanto que Breasted estabeleceu a ponte entre estes estudos e a arqueologia pré-histórica. Esta, por sua vez, também passava por grandes transformações, de forma independente, sob influxo das idéias evolucionistas.

Já em 1806, Christian Jurgensen Thonsem (1788-1865) estabeleceu os dois períodos básicos do passado humano, *idade da pedra e idade dos metais*, e, em 1834, Casimir Picard subdividira o primeiro em *idade da pedra lascada e idade da pedra polida*, surgindo, assim, o primeiro modelo simples e acurado para explicar o passado ágrafo do homem. Pouco depois, Peter Wilhelm Lund recuperou 20 crânios humanos fossilizados em associação com restos da fauna extinta, em Minas Gerais, e em 1847, Jacques Boucher de Perthes (1788-1868), publicou o célebre **Antiguidades Célticas e Antediluvianas**, descrevendo suas pesquisas em Abbeville, e propondo a contemporaneidade entre o homem antigo e os animais antediluvianos extintos, tese que gerou intensa polêmica, levando ao local ilustres sábios ingleses, como Falconier, em 1858, e John Prestwich e John Evans, em 1859, os quais aceitaram e passaram a de-

fender as idéias de Perthes. Por fim, em 1951, Daniel Wilson empregou, pela primeira vez, o termo *pré-história*.

Desta forma, quando Edouard Lartet (1801-1871) descobriu em 1864, na gruta de Magdaleine, uma presa de mamute na qual estava gravada a figura do animal, o mundo científico estava preparado para abandonar as teses criacionistas do bispo de Ulster, e aceitar as evidências do passado pré-histórico da humanidade.

Em 1860, Lartet apresentou à Academia de Ciência francesa sua comunicação **Sur la anciennté géologique de l'espèce humaine dans l'Europe occidentale**, propondo uma nova classificação para os tempos pré-históricos, e fundando a paleontologia humana, disciplina que passaria a lecionar a partir de 1869.

Ligeiramente posterior, Sir John Lubbock (1834-1913), em duas obras magistrais, **Prehistoric Times** e **The origins of Civilization**, de 1866 e 1870, respectivamente, desenvolveu numerosas comparações entre os equipamentos dos "primitivos atuais" e os instrumentos pré-históricos, introduzindo, na segunda publicação, os conceitos de *paleolítico* e *neolítico*, e lançando as bases para o estudo do passado ágrafo humano, com base no paralelismo etnográfico, trabalho que foi complementado por Gabriel de Mortillet (1821-1898), o qual, por haver estudado inicialmente a geomorfologia do quaternário e o problema das glaciações, inculcou, definitivamente, a preocupação com a estratigrafia, nas pesquisas arqueológicas².

Mortillet tem destacado papel no desenvolvimento da arqueologia pré-histórica. Em 1863 ele colaborou na organização do Museu de Antiguidades Nacionais (França), e, em 1864, criou a revista **Matériaux pour l'histoire Positive et Philosophique de l'Homme**, a primeira a dedicar-se à pré-história. Anos mais tarde, propôs uma classificação dos períodos pré-históricos, que, com pequenas modificações (1905), permaneceu em uso até nossos dias:

- Neolítico: Robenhauriense (Cultura de Michelsberg);
Tardenoidense;
- Paleolítico: Tourasiense (depois, Aziliense);
Magdaleniense;
Soloutrense;
Musteriense;
Acheulense;
Chelense (atualmente, Abbeviliense).

No que tange à antropologia, como foi visto, a partir do início do século havia abandonado, progressivamente, suas preocupações filosóficas, voltando-se para a zoologia humana, centrando suas atenções em temas tais como anatomia geral e patológica, anatomia comparada ou filológica, fisiologia e demografia. Sob influxo das idéias evolucionistas, no entanto, logo se voltaria para a paleontologia humana, a pré-história, a etnologia e a etnografia.

É o mesmo Paul Broca que vai-se dedicar às pesquisas arqueológicas de uma perspectiva antropológica, e seu papel na consolidação da antropologia como ciência do homem é de imensa relevância. Broca a considerava como sendo o estudo do grupo humano no conjunto, nos pormenores e nas relações com o resto da natureza, subdividindo-a em antropologia zoológica, antropologia descritiva ou entnológica e antropologia geral. Foi ele, ainda, quem criou a primeira revista de antropologia (1872), a partir da qual outras publicações similares surgiram, e impulsionou os congressos de antropologia e pré-história na Europa. Dez anos após a sua morte, a Escola de Antropologia de Paris era uma instituição ainda no auge, que oferecia dezenove disciplinas, as quais são uma classificação, ainda que implícita, das ciências antropológicas: antropologia e embriologia; antropologia geral; antropologia anatômica; antropologia biológica; antropologia fisiológica; antropologia pré-histórica; antropologia zoológica; demografia; etnografia; etnografia comparada; etnografia e linguística; etnologia; geografia antropológica; geografia médica, sociologia; etnografia geral; paleontologia humana; antropologia linguística e antropologia patológica⁷.

Embora desde então se possa dizer que a antropologia contava com duas grandes áreas de atuação, antropologia biológica e arqueologia pré-histórica, muitos autores, como Quatrefages de Bréau (1810-1892), continuavam a considerá-la, tão somente, a história natural do homem.

Tão longe vai esta vinculação da antropologia à biologia, que Cesare Lombroso (1836-1909), buscando extrair informações sociais de dados biológicos, criou a antropologia criminal, originando a escola que leva seu nome, cujas doutrinas ultrapassaram o âmbito restrito das universidades, atingindo vastas parcelas da população.

As hipóteses deste criminologista italiano baseavam-se amplamente na frenologia, teoria atribuída a Gall (1758-1828), um dos precursores da psicologia, o qual propunha que as aptidões e funções mentais estariam localizadas em zonas específicas do cérebro, modelando, em consequência, a forma do crânio. Assim, Lombroso advogava a opi-

não de que o criminoso está a meio caminho entre o selvagem e o louco, e que pode ser reconhecido pelas características da face e do crânio, de onde a expressão "facies lombrosiana" para caracterizar o rosto de criminosos.

Tais idéias, hoje completamente abandonadas, tiveram por mérito maior popularizar a antropologia e a pré-história, e favorecer os estudos de biotipologia humana, de datiloscopia, e de outras técnicas de identificação.

Apesar da ênfase biológica nos estudos do homem, no entanto, em 1885, Paul Topinard (1830-1891), outro importante antropólogo e médico francês, procedeu a uma revisão da classificação proposta por Broca, relacionando-a com as idéias evolucionistas, subdividindo a antropologia em:

- i — Antropologia propriamente dita ou antropologia zoológica:
 - Geral — da espécie humana;
 - Especial — das raças humanas;
- ii — Etnografia:
 - Geral — de todos os povos;
 - Especial — particular de cada povo;

Nos países de língua inglesa, no entanto, havia uma preocupação mais acentuada para com o estudo e compreensão da *cultura*.

Assim, Daniel Brinton (1837-1899), o mais destacado antropólogo norte-americano de sua geração dividiu a antropologia em:

- i — Antropologia física (somatologia, anatomia, fisiologia e psicologia);
- ii — Etnologia (estudo social do homem);
- iii — Etnografia (fatos sobre povos específicos);
- iv — Arqueologia.

A partir de então, a arqueologia americana ficaria vinculada à antropologia, embora nem todos os países tenham acompanhado a mesma tendência. É por esta época, também, que duas novas áreas humanísticas estão-se consolidando, a sociologia e a psicologia, enquanto que a lingüística ultrapassa a filologia e assume sua feição moderna.

A sociologia tem sua origem no pensamento etnológico, e no de numerosos filósofos que se preocupavam com os aspectos gerais das sociedades humanas, como, por exemplo, Maquiavel (1469-1527), Spinoza (1632-1677), Malthus (1766-1834), Joseph de Maistre (1753-1821), Saint-

Simon (1760-1825), Hegel (1770-1831), Fousier (1772-1837), Proudhon (1809-1865), Spencer (1820-1903), e outros. No entanto, é Auguste Comte (1798-1857) quem irá cunhar o termo.

Para Comte, a sociologia ou física social constitui-se numa meta-ciência, último estágio das ciências dos corpos organizados, que teria por objetivo determinar a estrutura geral das sociedades humanas consideradas no seu conjunto, e o estudo histórico da marcha da civilização, desde a "época teológica (fetichismo, politeísmo, monoteísmo), passando pela época metafísica, até atingir a época positiva"⁹.

No positivismo de Comte,

*"a sociologia é uma ciência que tem um objeto de estudo distinto: o ser social em seu conjunto. A sociedade se compõe de todos os homens vivos e de todos os homens já desaparecidos que vivem no pensamento de seus descendentes... Porque ela é formada pela acumulação de uma experiência e de um saber, constitui uma dádiva espiritual objetiva, relacionando as gerações umas às outras. Mas a sociedade é, de todos os seres, o mais variável, porque é suscetível de adaptar-se a fenômenos exteriores de toda sorte"*¹⁰.

Tais formulações, como não poderia deixar de ser, marcam fortemente a teoria arqueológica, monista, do período. Da mesma forma, sob influxo das idéias evolucionistas, a antropologia experimenta rápido crescimento¹¹.

A fusão entre antropologia e evolucionismo tornar-se-ia definitiva após a publicação da obra de Lewis Henry Morgan (1818-1881), considerado um dos fundadores da antropologia americana. Em seu livro **Ancient Society**, Morgan propôs que a humanidade atravessara 3 estágios ou fases de evolução. Selvageria, Barbarie e Civilização, subdividindo os dois primeiros em inferior, média e superior.

Com a mesma tendência, na Inglaterra, Edward G. Tylor (1832-1917), também evolucionista e simpatizante do positivismo, desenvolveu uma versão da história da religião baseada no positivismo e tornou-se destacado antropólogo, sendo o primeiro a lecionar esta disciplina em Oxford (1896). Em 1906, Tylor propôs uma nova sistematização para a antropologia:

i — Antropologia física:

- antropologia zoológica;
- antropologia paleontológica;
- antropologia etnológica;

ii — Antropologia cultural:

arqueologia;

etnologia;

sociologia:

governos e sociedades;

códigos e idéias morais;

religião;

etc.

Tylor, portanto, também considerava a arqueologia como um campo da antropologia, e, ao contrário de Comte, não reconhecia a sociologia como ciência autônoma, subordinando-a à antropologia cultural.

Morgan e Tylor, juntamente com Sir James Frazer (1845-1941) que publicou **Golden Bough**, versando magia e religião, com Sir Henry Maine (1822-1888), autor de **Ancient Law**, onde se iniciaram os estudos comparados dos sistemas jurídicos, e com Johan Jakob Bachofen (1815-1887), que em seu **Das Mutterrecht** sugeriu que a matrilinearidade caracterizaria as primeiras fases da humanidade, criaram o **evolucionismo cultural**, uma das mais importantes correntes do pensamento antropológico, que teria profundas influências na arqueologia e na antropologia.

Através de Morgan, ela iria impregnar as idéias de C. Marx (1818-1883), que verteu um resumo de **Ancient Society** para o russo, e de F. Engels (1820-1895), que, em seu **Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats**, registra que

*"as páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões de sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance"*¹².

Como observa Roberto de Matta¹³, as idéias gerais desta escola — evolucionismo cultural — são:

- i — As sociedades humanas podem ser comparadas entre si por meio de seus costumes, vistos como entidades isoladas de seus respectivos contextos ou totalidades;
- ii — Os costumes têm uma origem, uma substância, uma individualidade e um fim, embora o fim jamais seja discutido pelos teóricos do

século XIX, porque é sempre encarado como a encarnação da sociedade européia onde viviam os pesquisadores;

- iii — As sociedades se desenvolvem de modo linear, irreversivelmente, com eventos podendo ser tomados como causas e outros como conseqüências;
- iv — Os momentos históricos específicos de sociedades distintas da dos antropólogos, e as diferenças que elas apresentam, são etapas já ultrapassadas pela sociedade destes últimos, visto todas as sociedades passarem pelos mesmos estágios, da barbarie à civilização.

Ainda no século XIX, a antropologia veria surgir uma outra tendência, esta derivada do pensamento de Spencer, Comte, e outros autores, que fundaram a escola *estrutural-funcionalista* de teoria social, a qual teria em Emile Durkheim (1859-1917) seu principal sistematizador.

As idéias de Durkheim influenciaram os trabalhos de A.R. Radcliffe-Brown (1881-1955), que estudou os ilhéus do litoral da Índia, e de Bronislaw Malinowski (1884-1942), que passou largo período pesquisando as populações das ilhas Trobriand. Embora Malinowski desse ênfase ao individual enquanto Durkheim e Radcliffe-Brown concentravam esforços teóricos nas supostas necessidades do sistema social, "a postura definidora do sistema social como algo que (a) não tem restos, pois ali tudo desempenha um papel; (b) onde tudo tem um sentido, ainda que esse sentido não seja facilmente localizável; e (c) que o sentido de um costume, hábito social ou instituição têm que ser compreendido nos termos do sistema do qual provêm, é algo positivo e até mesmo francamente revolucionário, relativamente à posição anterior do evolucionismo, a ver tudo em termos de sobrevivências históricas"¹³.

Ao final do século XIX, portanto, a antropologia já estava consolidada como ciência independente, com objetivos e correntes definidas. No entanto, neste imenso conjunto de ciências humanistas surgidas no decorrer do século, ela foi uma das últimas a nascer. Como observa Bronislaw Malinowski,

*"tinha ela que vincular suas reivindicações, o melhor que pudesse, quanto ao raio de ação, ao sujeito e ao método. Absorveu o que sobrou e teve mesmo de invadir alguns territórios mais velhos. Compreende agora estudos tais como os da pré-história, do folclore, da antropologia física e da antropologia cultural. Esses territórios confinam perigosamente com outros campos legítimos das ciências sociais e naturais: a psicologia, a história, a arqueologia, a sociologia e a anatomia"*¹⁴.

A despeito desta "invasão", a arqueologia continuou a crescer de forma independente, reforçada pela descoberta de Tróia, realizada por Schliemann em 1879, e pelo encontro do *Pithecanthropus erectus* por Eugene Dubois em 1894, apoiando-se, primordialmente, no evolucionismo biológico, na filologia clássica e nos métodos estratigráficos da geologia histórica, com um incremento no uso da etnografia comparada, ou método comparativo, iniciado com Mercati em 1593, também usado nos primeiros trabalhos em antropologia.

O século se encerra com a queda da teoria que atribuía, à humanidade, idade máxima de 20.000 anos, em consequência dos estudos das seqüências glaciais e do achado de novos hominídeos fósseis, abrindo espaço para reconstituições cada vez mais amplas, em termos cronológicos, do passado pré-histórico.

2. 3 — A ARQUEOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O desenvolvimento da arqueologia, a partir dos primeiros anos do século XX, é extraordinário. Ela vai receber e transmitir influências a numerosas outras áreas, e tanto pode ser considerada um ramo das humanidades, um tipo de história natural e até uma ciência com direitos próprios, mas, de um modo geral, ela vai estar ligada à antropologia (arqueologia das sociedades simples) e à história (arqueologia das sociedades letradas), sendo perceptíveis numerosas tendências gerais, que originam linhas de ação, opondo as correntes *biológicas* e *culturais*, às abordagens *monista* e *dualista*, *relativismo* versus *comparativismo*, pesquisas *ideográficas* versus investigações *nomotéticas*.

A primeira dicotomia não oferece maiores dificuldades à sua compreensão, embora sua aceitação não seja pacífica, como se verá, já que um número cada vez maior de arqueólogos se opõe à divisão corporativa desta área (arqueologia pré-histórica, histórica, colonial, subaquática, etc), tentando fazer valer seu direito a um espaço próprio como ciência independente.

Na Alemanha, e, de um modo geral, nos países europeus (excluindo a Inglaterra), obtêm ressonância as idéias de R. Martin, o qual, em 1900, reúne o conhecimento antropológico em duas grandes áreas: antropologia física (somatologia, morfologia), e antropologia psíquica (etnologia e etnografia). Anos mais tarde, na sua obra *Lehrbuch der Anthropologie in Systematischer Darstellung* (1914), ele a definiria como "história natural dos hominídeos na sua evolução no espaço e no tempo", aí incluída a cultura.

Frassetto, por sua vez, reiterou, em 1908, que a antropologia era tão somente o estudo zoológico do homem, dividindo-a em antropologia geral (antropologia zoológica, embriológica, anatômica, fisiológica, patológica e biológica, e antropogeografia), e antropologia especial (antropologia paleontológica), esta última absorvendo campos da pré-história.

Esta corrente mantém-se desde então, influenciando importantes autores, como, por exemplo, E. von Eicksted (1937), para quem ela devia ser vista como uma terceira biologia, junto com a botânica e a zoologia, sendo uma disciplina naturalística, não se esquecendo as ligações que manteria com os aspectos culturais.

Da mesma forma, E. Fischer, na sua *Antropologie* (1956), considera como sendo seus campos de atuação, a morfologia humana, o estudo das raças, a paleoantropologia, a psicologia humana, a antropologia social e a antropologia aplicada, subordinando a arqueologia à paleoantropologia.

Em anos mais recentes, apenas como exemplo, estas idéias continuaram sendo aceitas. Assim, Heberer, Kurth e Schwidetzky-Roering, na sua *Anthropologie* (1967), consideram a antropologia cultural como parte da etologia (ciência do comportamento), portanto, como parte da zoologia. Como observam,

*"manteve-se o conceito tradicional de antropologia no sentido de uma disciplina naturalística, não esquecendo porém das ligações que ela tem também com as ciências do espírito. A confusão que reina numa parte, felizmente não muito extensa, da literatura científica é, na verdade, considerável, mas apesar disso não tem provocado qualquer dano à verdadeira antropologia. O leigo não irá procurar um filósofo ou um teólogo ou um médico a um instituto de antropologia. Por outro lado, tampouco a zoologia se ocupará intensamente, por exemplo, da investigação do comportamento"*¹⁵.

Presentemente, o grande polo de difusão dos estudos bioantropológicos é o Centro Royaumont para uma Ciência do Homem (antigo Centro Internacional de Estudos Bioantropológicos e de Antropologia Fundamental) que em 1972 realizou um grande colóquio sobre a **Unidade do Homem: Invariantes biológicos e universais da Cultura**.

Na arqueologia, atualmente esta linha fica mais restrita aos pesquisadores que trabalham com os hominídeos fósseis, e aos antropólogos físicos, envolvidos com as características e a dinâmica das popula-

ções pré-históricas, embora existam arqueólogos fisiologistas e deterministas, dispostos a estabelecer conexões específicas entre o meio ambiente, as características biológicas e a cultura, cuja escola é denominada por **determinismo cultural**.

A vertente culturalista, por outro lado, apresenta uma série quase infinita de desdobramentos.

Assim, os **relativistas** adotam a ideologia de que

*"cada cultura é uma configuração única, com seu sabor especial, seu estilo e espírito próprio. Frequentemente essa singularidade é expressa como artigo de fé, e são feitas poucas tentativas para explicá-la"*¹⁶.

Os arqueólogos que adotam esta tendência, aproximam-se da escola **histórico-culturalista**, procedendo a minuciosas escavações e inventários dos bens culturais, que se constituem no seu objetivo final, não aceitando a proposta comparativista que afirma ser possível comparar qualquer instituição, processo, complexo ou item, removidos de sua matriz cultural, a outros dados equivalentes. Praticam, portanto, uma arqueologia ideográfica, cujo objetivo é estabelecer como aceitáveis proposições factuais, opondo-se aos comparativistas, mais envolvidos em investigações nomotéticas, que se propõem a chegar a generalizações aceitáveis. Radcliffe-Brown, por exemplo, identifica o entendimento teórico com o entendimento nomotético, enquanto estudos históricos ou descritivos seriam ideográficos ¹⁷.

Os comparativistas, no entanto, enveredam por uma infinidade de correntes teóricas. Do começo do século até os anos 50, dentre as posições dualistas, quatro correntes principais podem ser anotadas¹⁸.

- i — **Positivismo lógico**, de Ernst Mach e Moritz Schlick, intimamente ligado ao Círculo de Viena, que se opunha ao evolucionismo cultural. Fritz Graebner e Peter Wilhelm Schmidt, desta escola, trouxeram uma considerável contribuição à arqueologia ao proporem que a cultura humana surgiu em algum ponto da Ásia, uma *Urkultur* da qual derivariam as *Kulturkreise*, **levadas a todas as partes do mundo por grandes migrações, idéia que origina o ultra-difusionismo**, o qual não admite, em nenhuma hipótese, a ocorrência de invenções idênticas e independentes. Com a 2ª Guerra Mundial, vários pesquisadores transferir-se-iam para os Estados Unidos, onde influenciaram Radcliffe-Brown, Kroeber, Lowie e Ales Hrdlicka.

- ii — **Positivismo social**, de Emile Durkheim e a Escola de Sociologia francesa, têm uma influência maior do que geralmente se acredita. Como afirma Murray Leaf, "essa escola, mais do que qualquer outra, é a fonte de identificação da *tribo*, ou comunidade primitiva com uma sociedade orgânica comtiana¹⁸. Dentre os pesquisadores usualmente relacionados a este grupo, Levy-Bruhl, Mauss, Hubert e Hertz, dentre outros, será Marcel Mauss quem mais profundamente irá influenciar o pensamento arqueológico, com seus estudos sobre os esquimós e a apropriação do espaço nas sociedades primitivas.
- iii — **Difusionismo**, de Clarke Wissler, A.L. Kroeber e Robert Lowie, dentre outros, por sua vez, é a corrente de pensamento que mais profundamente irá influenciar a produção arqueológica da primeira metade do século, substituindo, de modo sutil e muitas vezes incompleto, o evolucionismo cultural. "Assim como a idéia de evolução se referia a um fenômeno nuclear genuíno de desenvolvimento progressivo, que ocorreu por vezes em certos lugares, mas não em todas as épocas e todos os lugares, também a idéia de difusão se referia à transmissão, igualmente real, dos artefatos, e outros traços culturais, de uma região ou comunidade à outra¹⁸. Paul Rivet, dentre outros, irá partilhar de um ardente difusionismo para justificar suas hipóteses de povoamento da América, e estas idéias estão na base, por exemplo, das hipóteses de B.J. Meggers e C. Evans sobre a introdução da cerâmica neste continente, e também nas propostas de T. Heyerdal sobre migrações transatlânticas.
- iv — **Funcionalismo**, de Radcliffe-Brown, que se aproxima das idéias de Durkheim, seria outra corrente a ter grande influência sobre o pensamento arqueológico, embora com menos poder explanatório que o difusionismo, principalmente por ter levado ao abandono de tipologias cujas raízes classificatórias eram estéticas, históricas ou visualmente determinadas, substituindo-as pela função. O passe livre conceitual atribuído ao termo, no entanto, levou a um considerável número de distorções, pela generalização das observações etnográficas.
Enquanto estas propostas dualistas se apresentavam, a tradição monista encontrava formas mais modernas, principalmente o pragmatismo e o utilitarismo.
- v — **Pragmatismo**, iniciado por Bronislaw Malinowski, e seguido por Franz Boas e George Hert Mead, é, primariamente, uma postura que privilegia as observações de campo e o indutivismo. Para

Boas, por exemplo, primeiro vinham os fatos, e só depois as hipóteses. Adotado pelos arqueólogos adeptos do evolucionismo cultural, o pragmatismo iria produzir uma curiosa convergência em termos de produtividade, levando a uma aproximação com os arqueólogos relativistas, ao justificar a escavação pela escavação, favorecendo, ao mesmo tempo, a opinião daqueles que viam a arqueologia como uma técnica para recuperar objetos.

- vi — **Utilitarismo**, última contribuição sólida ao evolucionismo cultural, nos moldes tradicionais, é, de certa forma, ainda hoje adotado pela maioria dos arqueólogos russos e de outros países socialistas¹⁹. Teve em Leslie White seu principal formulador, o qual acusou Boas de haver falsificado as idéias de Morgan. White via a evolução em termos de energia disponível no ambiente e da tecnologia disponível para a sua utilização, gerando um sem número de abordagens termodinâmicas aos sítios arqueológicos. White emprega o termo cultura da mesma forma que os seus predecessores do século XIX, entendendo-a como um artifício adaptativo pelo qual o homem acomoda-se à natureza, e esta a ele, o que o levou a ser acusado de haver criado um determinismo tecnológico-mecânico, embora tenha sido um precursor da abordagem sistêmica da cultura.

O monismo passaria, ainda, por sucessivas transformações e adaptações, onde se destacam George Pe. Murdock e Claude Lévi-Strauss, este criador do estruturalismo, que incorpora muito discurso funcionalista e que será aplicado em algumas tentativas de explanação e dados arqueológicos, notadamente por Leroi-Gourhan.

Constatando que todas estas escolas consideravam o homem como um portador da cultura, Edward Sapir, entre 1917 e 1930, trabalhou pela re-inclusão da psicologia na antropologia, no que foi seguido por Margaret Mead, Ralph Linton e Abram Kardiner, além de Cora Dubois. A tendência mais recente, em trabalhos como os de Clifford Geertz e, sobre tudo, os de Melford Spiro, já tentam um entendimento, quase um compromisso, entre fatores psicológicos e sociais, mas estas idéias não logram trânsito na arqueologia, ou o fazem apenas moderadamente.

Ainda que todas estas escolas e tendências tenham-se proposto a conter as soluções de todas as questões existentes em seu tempo, outras muitas existem, devendo-se registrar, ainda, o configuracionismo, proposto por Ruth Benedict e seguido, pelo menos em parte, por Julian Steward, este iniciador da ecologia cultural, com profundas influências na arqueologia americana.

À medida em que tais propostas se colocavam, a arqueologia perdia importância para a formulação da teoria antropológica, que caminharia para a antropologia social de Edward Evans-Pritchard, com forte influência da escola alemã de sociologia, à frente Max Weber e Georg Simmel.

Na opinião de Murray Leaf¹⁸, esta separação se deu à medida que os linguistas, os antropólogos culturais e os antropólogos sociais se tornaram cada vez mais envolvidos com suas várias pesquisas e leis deterministas, divorciando-se da própria história da ciência, o que levou a arqueologia a tornar-se, progressivamente, menos importante para eles, e vice-versa. Assim, a arqueologia prosseguiria seu desenvolvimento, lembrada por antropólogos e historiadores somente por ocasião da elaboração de modelos abrangentes.

Para Willey e Sabloff²⁰, a arqueologia, entre 1914 e 1960, atravessa o período *histórico classificatório*, voltando-se, os arqueólogos, para a busca de mais e mais testemunhos, agrupando-os e tentando inseri-los no espaço e no tempo, por recurso ao conceito de *tipologia*, sempre sob influência do difusionismo e do funcionalismo.

Com a descoberta dos métodos de datação radiocarbônica, em fins do década de '50, muito deste esforço tornou-se desnecessário, voltando-se as pesquisas para uma maior preocupação com o contexto e a função.

É ainda Murray Leaf quem observa que,

*"ocasionalmente, antes mesmo do período funcional, os arqueólogos formularam suas teorias e as suas reconstituições em maior escala, e em termos que lembravam os argumentos teóricos da antropologia cultural e social. As mais importantes dessas reconstituições não foram, em geral, favoráveis à idéia do determinismo cultural ou à falta de inventividade e criatividade no pensamento primitivo"*¹⁸.

Em fins da década de '60, portanto, os arqueólogos já haviam escrito histórias culturais da maior parte da ecúmene, quase todas marcadas por uma visão evolucionista, o que originou a corrente *neo-evolucionista*, integrando algumas questões teóricas do difusionismo e apoiada em esquemas cronológicos mais seguros, o que permitiu a definição de áreas culturais (questão difusionista) e de seqüências regionais ou globais (questão evolucionista).

Nesta linha, além de Leslie White, destacam-se Julian Steward e V. Gordon Childe.

Julian Steward⁵⁷, editor do **Handbook of South American Indians**, embora não se opondo formalmente ao que ele designava "evolucionismo universal" de White, buscava uma abordagem multilinear, como uma metodologia para lidar com similaridades e diferenças culturais, através da comparação de seqüências paralelas de desenvolvimento, geralmente em áreas geográficas muito separadas¹⁶, defendendo que as similaridades resultam de semelhanças em termos de habitat e nível tecnológico. Isto levou aos conceitos de **paralelismo** e de **tipo cultural**, conseqüência do conceito de ecologia cultural, permitindo a descrição de áreas e seqüências culturais, estando na base de trabalhos fundamentais como os de Elman Service²¹, Marshal Sahlins²², Morton Fried²³, William Sanders e Joseph Marino²⁴ e Mark Nathan Cohen²⁵. Como perceberam David Kaplan e Robert A. Manners, "se agruparmos os tipos culturais de Steward e os colocarmos ao longo de um tosco **continuum** de crescente complexidade, o que emerge é uma estrutura metodológica para pesquisa e análise¹⁶. Tais níveis de integração sócio cultural permanecem, ainda hoje, amplamente utilizados na arqueologia americana.

V. Gordon Childe, por sua vez, usou o registro arqueológico para demonstrar que certos avanços técnicos marcantes na história do homem produziram mudanças revolucionárias na estrutura inteira da sua vida cultural¹⁶. Partindo do paralelismo com a evolução biológica, Childe²⁶ incorporou o conceito mais moderno dos **saltos** evolutivos sem avançar, no entanto, até a idéia de mutação, independente do meio ambiente. Criticado pelos evolucionistas, Childe argumentava que o registro arqueológico indica que o padrão dessas mudanças era progressivo, gerando um potencial que culminava com transformações nas estruturas políticas e sociais, assim como na organização e conhecimento do mundo real.

Murray Leaf, avaliando a contribuição de Childe, é taxativo ao reconhecer que

"Lowie, Murdock e Lévi-Strauss, dificilmente se sentiriam à vontade ante Man Makes Himself (1941), ou The Birth of civilization in Near East (1950), que mostravam o homem trabalhando no máximo de sua capacidade e produzindo constantemente inovações, nesse processo — e que, em conseqüência, ressaltavam a contribuição da criatividade individual, em lugar do acidente ou da difusão, como causas a longo prazo da mudança cultural. Mas a maioria dos arqueólogos só a custo aceitou as implicações totais das idéias de Childe em seus métodos de campo, e os antropólogos sociais e culturais desconheciam em grande parte Childe, Frankfort e a ampla e alta-

mente sofisticada tendência histórica reconstrutiva, arqueologicamente informada, que representam, e que dá diretamente prosseguimento à tradição histórica do século XIX, oriunda de Kant e, em última análise, de Montesquieu"¹⁸.

Os estudos derivados de Childe, Steward e White, mostraram a existência de padrões que se opõem ao abandono, pela antropologia cultural, da história e da psicologia, sendo um notável exemplo disto, e indo de encontro às idéias da biosociologia, os trabalhos de James A. Ford, que influenciou ponderável parcela dos arqueólogos contemporâneos envolvidos com métodos quantitativos.

A partir de 1960, como se verá, a arqueologia vai oscilar entre concepções dualistas (Nova Arqueologia, por exemplo) e monistas, entrando, de acordo com Willey e Sabloff²⁰, no período explanatório, caracterizado pela teoria cultural evolucionista, teoria de sistema e raciocínio lógico-dedutivo, com Lewis Binford retomando as idéias de White e Steward.

Pela mesma época, trabalhando dentro de um quadro conceitual evolucionista e adaptativo estão Robert Adams, François Bordes e outros, mas, na prática, seus resultados caminham contra o determinismo, aproximando-se de um modelo geral social-psicológico mais próximo de Ford, levando a uma moldura explanatória diferente das leis orgânicas e evolucionistas, mantendo-se o conflito entre essas duas metateorias, o que leva ao grande debate contemporâneo, descrito a seguir.

2.4 — O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE UMA CIÊNCIA EM CRISE

A arqueologia, portanto, é um meio para compreender as atividades dos seres humanos, através do estudo do que eles mesmos fizeram, em vez de ter em conta o que disseram ou registraram²⁸.

Abordando de modo global a humanidade no passado, a arqueologia, ao longo do seu desenvolvimento, subordinou-se e associou-se a inúmeros outros campos de estudo, decorrendo daí numerosas questões ainda em discussão, tais como se é uma ciência ou uma técnica, se é uma ciência independente ou uma sub-área da história, da antropologia, da zoologia e outras.

Para muitos, como observa K.M. Kenyon, ela

"não é um fim em si própria nem um estudo abstrato. Ela é um método para recuperar informações sobre o passado da raça humana nos seus aspectos materiais, e o estudo desse passado. Estes aspectos são a forma como viviam, o modo de traba-

*lhar, construir, sua arte, comércio e locomoção. Todos estes aspectos são certamente, estudados pelos historiadores, mas estes, estão envolvidos, principalmente, com registros escritos, e a mais antiga escrita somente foi inventada há uns 5.000 anos atrás. No estudo do homem, durante esse imenso período, a arqueologia é necessária, recuperando todos os seus restos materiais, os objetos que usou e fabricou, seus locais de assentamento e estruturas defensivas, suas armas e ferramentas, os seus restos alimentares, seus próprios ossos e locais de sepultamento, disto deduzindo como ele viveu. Porém, o uso da arqueologia não acaba com o início dos registros escritos. Em primeiro lugar, muitos registros escritos somente são recuperados no curso de escavações arqueológicas. Algumas vezes, mesmo que existam, são farrascosos, e não nos falam a respeito do que desejamos saber sobre nossos antepassados e predecessores. Por fim, a escrita foi desenvolvida muito antes em algumas áreas do que em outras"*⁷.

Assim, a arqueologia acaba reduzida a um método, uma técnica necessária à recuperação dos restos materiais do passado, constituindo-se num corpo de habilidades capazes de fornecer dados que possam ser usados por várias disciplinas, notadamente à história³¹.

Outros autores, no entanto, principalmente no Velho Mundo, vêem a arqueologia como uma forma de história, não uma simples disciplina auxiliar²⁹, definindo-se, muito simplesmente, como o estudo sistemático das antiguidades em ordem a uma reconstituição do passado. O esforço de um arqueólogo só será profícuo se este possuir um verdadeiro sentido da história, mesmo que não tenha que enfrentar aquilo que constitui, talvez, o problema mais delicado da investigação histórica, ou seja, a interação complexa do homem e do acontecimento³⁰.

Porém, embora entendendo-a como uma forma de história, ela seria como uma disciplina tópica, da mesma forma que a história da arte e a história da tecnologia, que por definição se limitam aos traços materiais sobreviventes da humanidade, contrapondo-se às disciplinas totalistas, como a pré-história³² ou a história propriamente dita.

A arqueologia, neste sentido, tem por finalidade recuperar os restos, técnicas e manufaturas, monumentos e estruturas, subdividindo-os em categorias, classes ou tipos, e estudando suas relações entre si, a evolução de suas formas, seu destino, uso e significado, enquanto que a pré-história irá combinar os resultados da análise arqueológica com os obtidos por outras disciplinas analíticas, como a lingüística e a etnografia, e a história fará o mesmo com o concurso da historiografia, da filolo-

gia e da paleografia, indagando suas relações com a civilização, os acontecimentos políticos e comerciais, e a religião dos antigos^{32, 33, 34}.

Outros autores, por sua vez, mesmo admitindo seu caráter eminentemente histórico, atribuem, também à arqueologia, papel sintetizador, vendo-a como a ciência que se ocupa dos documentos de cunho não literário, em relação com as idéias, gostos, feitos e costumes de nossos antepassados, com o tempo ao qual ditos testemunhos se atribuem, e com as raízes da idade contemporânea, ou seja, da história, admitindo que tem princípios fixos e próprios, obtidos por indução lógica, dos quais se deduzem conclusões certas^{35, 36}.

No Novo Mundo, no entanto, até por força do tardio aparecimento da escrita, pouco anterior à descoberta da América, e pela presença viva das populações aborígenes, a arqueologia sempre esteve fortemente vinculada à antropologia, sendo, mesmo, entendida como uma das suas principais sub-áreas, juntamente com a lingüística, a antropologia social e cultural, e a antropologia biológica. Neste contexto, o papel tradicionalmente atribuído à pré-história e à história, é assumido pela antropologia cultural, a quem cabem as inferências e sínteses, permanecendo a arqueologia como uma técnica.

Tão decisiva é essa vinculação, que Willey e Phillips declaram taxativamente que "a arqueologia americana é antropologia ou não é nada"³⁷, idéia que foi, até certo ponto, antecipada por Kroeber, quando declarou que o campo de estudos da antropologia só é delimitado pelo próprio homem, não sendo restringido pelo tempo, aprofundando-se ela no passado tão longe quanto o homem possa ser detectado³⁸, e retomada, dentre outros, por Binford, que invertendo a relação de dependência, chega a assegurar que os arqueólogos são os mais qualificados (no âmbito da antropologia) para estudar e testar diretamente hipóteses concernentes aos processos evolutivos de mudança, particularmente processos de mudança que são relativamente lentos, ou hipóteses que postulam prioridades temporais-processuais em relação com o sistema cultural total³⁹.

A postura de Binford é posterior a 1960, quando a arqueologia americana passaria a ser fortemente influenciada por um movimento científico denominado *nova arqueologia*, que consistia, basicamente, na "união da arqueologia — uma técnica para recuperar dados — com a antropologia"⁴⁰, abordagem que não era nova, mas que adquiriu mais ênfase, a partir de então.

A nova arqueologia implica na utilização de um enfoque sistêmico, no qual a cultura é vista como um sistema com partes interrelaciona-

das e interagindo, e em relação recíproca com o seu meio ambiente físico e social, podendo-se descobrir as partes inatingíveis do sistema pelas influências que exerceram sobre as outras, tangíveis⁴¹. Mas além disto, a nova arqueologia aceita um ponto de vista eminentemente evolucionista, e apresenta seus dados e hipóteses de modo a permitir sua confirmação ou refutação dedutiva no registro arqueológico²⁰, presumindo que a variação na estrutura e conteúdo de um conjunto arqueológico é diretamente relacionada à forma, natureza e arranjo espacial das atividades humanas⁴², as quais relacionam-se, por um lado, com idéias, e por outro, com objetos (artefatos, ecofatos) e são desempenhadas em um determinado espaço físico (o assoalho cultural)⁴¹.

Como observa Bezerra de Menezes⁶⁰,

"a nova arqueologia, na verdade decorreu da descoberta feita por um grupo de jovens arqueólogos americanos, liderados por Lewis R. Binford. Eles perceberam, com indisfarçável sentimento de inferioridade, que a arqueologia não dispunha de um corpo teórico consistente e amplo, nem de critérios metodológicos confiáveis, que pudessem assegurar-lhe o status de ciência, incumbindo-se de sanar tais lacunas, com base na teoria de sistemas, no evolucionismo cultural e na argumentação hipotético-dedutiva para a formulação de leis gerais do comportamento cultural".

A nova arqueologia difere profundamente da prática arqueológica tradicional, e superou em definitivo os estudos arqueográficos. Como observaram Binford e Binford, os principais pontos de contraste, metodológico e teórico, envolvem distinções entre analogia e homologia culturais, entre o conceito de cultura vista como um somatório de traços e vista como um sistema, entre unidades de observação e unidades de análise, entre perspectivas indutivas e dedutivas do registro arqueológico⁴².

Mais ou menos pela mesma época, ou pouco depois, o conceito historicista da arqueologia era contestado por David Clarke, na Inglaterra.

Clarke, embora reconhecendo que a arqueologia tal como praticada então, era uma indisciplinada disciplina empírica, contestou a excessiva valorização da pré-história e da antropologia em detrimento da arqueologia. Em sua opinião, *arqueologia é arqueologia é arqueologia*, uma disciplina com direitos próprios, envolvida com dados arqueológicos que se agrupam em entidades que refletem processos arqueológicos, e estudada em termos de princípios, conceitos e procedimentos arqueológicos. "Uma cultura arqueológica não é um grupo racial, uma tribo his-

tórica, nem uma unidade lingüística, e a arqueologia pode ser definida como uma disciplina dedicada a recuperar no passado, sistematicamente, e a estudar, a cultura material, propiciando uma infra-estrutura com a qual entidades e processos arqueológicos interligam uns com os outros, tendo validade por eles próprios"⁴³.

A corrente de pensamento iniciada por Clarke, usualmente associada à expressão *arqueologia analítica*, adota os conceitos de modelo e paradigma, e aproxima-se da metodologia preconizada pela *nova geografia*, adaptando o modelo de Chorley⁴⁴ para a arqueologia e reconhecendo a emergência de quatro novos paradigmas na construção da moderna teoria arqueológica: morfológico, antropológico, ecológico e geográfico⁴⁵.

Ambas, a nova arqueologia e a arqueologia analítica, propiciaram um grande impulso no desenvolvimento desta área de estudos, mas sua aceitação não é pacífica, nem se constituem nas únicas tendências da atualidade, devendo-se fazer referência à *arqueologia interdisciplinar* também muito produtiva, e que é, na prática, uma síntese destas duas correntes, mas recentemente, ganham proeminência a arqueologia processual de Michael Schiffer e a arqueologia pós-processual de C. Orton.

Como observa Hill, a arqueologia contemporânea não é, nem de longe, tão estruturada quanto há dez ou quinze anos atrás. A principal razão para isto, é que as teorias e métodos tradicionais falharam em resolver numerosos problemas com os quais estavam relacionados, notadamente aqueles ligados à descrição adequada do desenvolvimento da pré-história, e a explanação da variabilidade e mudança desse desenvolvimento. Esta insatisfação intelectual certamente não é nova, mas tornar-se-ia mais evidente a partir dos anos '60, quando se inicia um período de controvérsias intradisciplinares, com os defensores das várias perspectivas em um acre debate⁴⁶.

É ainda Hill quem vai buscar em Kuhn⁴⁷ a explicação para esta situação. É conhecido que, o tipo de fermentação intelectual, que ocorre em qualquer ciência precede imediatamente o que Kuhn chamou de *revolução científica*. De fato, o crescimento de uma ciência pode ser descrito em termos de longos períodos de grande estabilidade, pontuados por abruptas mudanças, que revolucionam completamente a ciência, mudando inicialmente a teoria ou os paradigmas que já não permitem explanação satisfatória das observações. Esta transição de um paradigma em crise para um novo, quando uma nova tradição de ciência *nor-*

mal pode emergir, decorre de um processo cumulativo, acabando por uma articulação ou extensão do velho paradigma⁴⁷.

Um outro aspecto, é que durante os períodos de ciência normal, seus fundamentos epistemológicos permanecem implícitos, tendo a arqueologia tradicional enfatizado, sempre, os métodos indutivos. Ocorre que a epistemologia de qualquer ciência é baseada em uma particular metafísica, e esta também pode mudar em períodos de revolução. Os métodos correntes de arqueologia baseiam-se no empiricismo, adotando implicitamente que cada objeto existente na natureza tem significado inerente a si próprio, que é possível descobrir. A implicação deste ponto de vista para a arqueologia é que os artefatos e estruturas são entendidos como entidades discretas e independentes, cada uma com um significado simples a ser descoberto, o que impõe limitações à inferência arqueológica⁴⁶.

Por isto, muitos pesquisadores, como Binford e Hill, têm buscado uma orientação dedutiva, na qual os artefatos e estruturas não têm significados implícitos, sendo a nossa própria percepção quem lhes dá significado. O efeito mais visível desta epistemologia dedutiva é que a pesquisa começa com uma idéia ou hipótese, da qual são deduzidos tipos de evidências que a confirmarão ou refutarão.

Em todo caso, como observa Möberg, acabam existindo pré-historiadores empiricistas, que defendem os processos indutivos como os únicos possíveis em arqueologia, e os arqueólogos-antropólogos néo-positivistas, que acusam aos pré-historiadores de nada poder provar, eles mesmos, ao inverso, tentando validar seus resultados ao submeter suas hipóteses a rígidos testes⁴⁸.

De qualquer forma, a arqueologia vem tentando tornar-se explicitamente científica, tendo por traço distintivo, sua consciência de que está obrigada à formulação e teste de leis hipotéticas gerais, estas entendidas como generalizações formuladas a partir de regularidades constatadas empiricamente⁴⁹. Esta inferência, dita indutiva, conduz da observação de casos particulares até uma conclusão que tem a forma lógica de uma lei ou princípio geral. Com base nestas, serão formuladas novas hipóteses, que serão testadas por processo dedutivo, do geral para o particular, visando sua confirmação ou refutação.

Ocorre, no entanto, que leis gerais induzidas, em arqueologia, dificilmente podem ser testadas pela observação direta, por se referirem a acontecimentos no passado. Esta dificuldade pode ser superada pelo princípio da paridade entre previsão e explicação, que permite

retrodizer-se a ocorrência de acontecimentos, e então buscar as provas necessárias no registro arqueológico. Caso não seja possível a observação direta, deve-se inferir, da hipótese, uma proposição que seja passível de observação, e então testá-la. A moderna arqueologia pretende, portanto, produzir explicações dos fatos culturais à luz de quadros (corpus/modelos) conceituais ou teóricos pré-existentes e explicitamente científicos.

Não são apenas epistemológicas, no entanto, as causas que levam à crise na arqueologia contemporânea. Como observa Möberg, uma destas causas é o desequilíbrio entre a quantidade de informações arqueológicas e o número de arqueólogos. As pesquisas e achados fortuitos contribuem para esse crescimento, mas são, sobretudo, as técnicas modernas que provocam a descoberta de informações inéditas, situação que é agravada pela desproporção entre os meios colocados à disposição dos arqueólogos para recuperar seus dados, e aqueles para os tratar e publicar. "Este paradoxo é devido a uma superstição perniciosa que acredita que um resultado arqueológico consiste em uma pesquisa ou trabalho de campo, quando, na verdade, este é o início do processo pelo qual o arqueólogo é responsável, resultando em enorme acúmulo de dados não utilizados, com efeitos paralizantes"⁴⁸.

Uma outra causa, não menos preocupante, é a progressiva expansão desta área de estudos. Ao lado da divisão tradicional entre a arqueologia pré-histórica e as arqueologias históricas (egípcia, greco-romana, páleo-cristã e outras), alinham-se, hoje, a arqueologia colonial, a arqueologia urbana e a arqueologia industrial. Surgem, também, sub-áreas originadas em metodologias ou propostas inovadoras, como a arqueologia sub-aquática, além de ramos eminentemente interdisciplinares, como a arqueobotânica, a arqueozoologia, a arqueofísica, a arqueoastronomia, a paleoantropologia física, a paleopatologia, a paleoeconomia, a paleonutrição, a arqueoetnografia, e outras. Como muitas destas ciências correlatas estão, elas próprias, em crise, e, por outro lado, como muitas são privilegiadas nas políticas científicas dos governos nacionais, resulta numa ampliação da crise da arqueologia, tanto pela importação de problemas alheios, como pela expansão das pesquisas por áreas periféricas para a arqueologia, mas com mais recursos financeiros.

Por estas razões, como observa Braidwood, possivelmente existam tantas classes de arqueólogos como de médicos ou engenheiros, porém, como o número dos primeiros será sempre inferior ao dos segun-

dos, as diferenças que pode haver entre os arqueólogos pareceram sempre mais extremas. Assim,

*"um bom colega e meu amigo começou como geólogo, e foi pouco a pouco desviando seu interesse até a arqueologia pré-histórica dos começos da era glacial. Por isso, se sente mais à vontade para dialogar com geólogos, paleontólogos, químicos de solo e climatologistas. Outro bom amigo e colega é especialista em coberturas de pedra ou bronze usadas durante a alta idade média nas tumbas das igrejas inglesas. Nelas se encontram gravações que representam aos nobres e as damas enterrados, e a este colega resulta mais agradável conversar com historiadores da arte, especialistas em trajes ou armaduras medievais ou em heráldica, e com historiadores da Igreja. Ambos merecem chamar-se arqueólogos, e se pensamos que representam os extremos da arqueologia, é necessário dar por assentado que entre ambos se encontram arqueólogos de todos os tipos"*²⁸.

À imensa amplitude dos temas arqueológicos, soma-se, ainda, a precariedade da formação específica, praticamente inexistente até pouco tempo. Sobre a situação na América do Norte, é ilustrativo o seguinte trecho de Rowe:

*"Na qualidade de professor de arqueologia e de pré-história, com frequência alunos meus me perguntam sobre as possibilidades que pode oferecer uma carreira de arqueologia. Minha resposta é que não se pode seguir uma carreira acadêmica nesta especialidade. Uma carreira como esta unicamente pode seguir-se no contexto das disciplinas que utilizam os resultados da investigação arqueológica, como a história natural, a pré-história, a assiriologia, a egiptologia, a história clássica, a história da arte ou a história propriamente dita. Se alguém deseja dedicar-se ao ensino ou pesquisa acadêmica, deve especializar-se em uma destas disciplinas sintéticas, utilizando a arqueologia como meio para resolver seus problemas"*⁵⁰.

Esta mesma opinião, ainda que atenuada na sua rigorosa interpretação do que seja arqueologia, é mantida por numerosos outros pesquisadores norte-americanos, como Rouse³² e Ascher⁵¹.

Na Europa, por outro lado, conquanto existam alguns cursos especializados, como os das universidades de Londres e Paris, a maioria é dedicada à arqueologia clássica ou do Próximo Oriente.

Como conseqüência de sua abrangência e permeabilidade a profissionais de outras áreas, multiplicam-se as abordagens teóricas e meto-

dológicas, e as terminologias ou nomenclaturas empregadas aproximam-se do caos, criando imensa dificuldade para o confronto dos resultados e praticamente impedindo as sínteses, que passam a se constituir de coletâneas de autoria múltipla, cada autor mantendo seus métodos, perspectivas e terminologia, exigindo um esforço sempre maior para sua compreensão e assimilação.

Uma segunda consequência, é o debate, certamente já bastante antigo, sobre quem é arqueólogo e quem é amador. Nos países cêntricos (Europa Ocidental e América do Norte), esta questão foi mais ou menos solucionada, sendo considerados arqueólogos aqueles que tenham completado sua formação neste campo de estudo, qualquer que seja, de acordo com a tradição educacional do país, e que se dediquem profissionalmente à arqueologia. As relações entre profissionais e amadores estão reguladas, e muitos países (Espanha, Israel, França, Estados Unidos), oferecem inscrições para que amadores e estudantes participem das campanhas de escavações, sempre sob orientação de arqueólogos. Também formações distintas não chegam a oferecer problema maior. É evidente que nenhum arqueólogo norte-americano irá considerar seu colega pré-historiador europeu um amador, e vice-versa.

A situação se complica, efetivamente, é na maioria dos países sub-desenvolvidos, nos quais não há qualquer formação em arqueologia. Os pesquisadores destes países, ou se improvisam em arqueólogos, ou vão buscar seus títulos universitários nos mais diferentes lugares, resultando permanentes debates nacionais, uns acusando aos outros de amadores e incompetentes e, por fim, sendo todos considerados amadores pelos arqueólogos dos países cêntricos.

Na verdade, pela própria evolução e crise atual da arqueologia, esta é uma questão de difícil solução. Como observa Gardin, mesmo a análise dos produtos arqueológicos não a responde adequadamente.

"Ao lado das publicações ditas científicas, destinadas a tornar conhecidos os vestígios materiais e as idéias que os especialistas têm sobre seus temas, existem outras que parecem não merecer a mesma consideração, na medida em que elas são obras de pessoas estranhas à profissão (amadores, viajantes, colecionadores, etc), ou que a sua função de vulgarização as relegam ao segundo plano. No entanto, é difícil, na prática achar os critérios sobre os quais fundar esta distinção. Alguns propõem o caráter essencialmente descritivo dos trabalhos de amadores ao aspecto fortemente interpretativo das construções eruditas; mas os contra-exemplos são legião. Tanto os arqueólogos profissionais se põem a descrever coleções de

objetos, sem mobilizar nem mais nem melhores conhecimentos do que um colecionador esclarecido, quanto, inversamente, os amadores ou vulgarizadores manifestam um gênio da construção histórica, do qual os arqueólogos declarados não possuem o monopólio"⁵².

Nesta crise, como não poderia deixar de ser, estão presentes, também, os aspectos políticos.

Foi, no decurso dos últimos anos que, de fato, os povos que constituem a parte mais pobre, mais deserdada e também mais populosa da humanidade, tomaram consciência da sua sorte e afirmaram com uma força cada vez maior a sua vontade de ascender a um nível de vida mais elevado, e à determinação de se beneficiar, também eles, com a cultura moderna e com as possibilidades de bem estar e saber que oferecem a ciência e a técnica contemporânea⁵³.

Assim, em todas as sociedades subdesenvolvidas por numerosas razões, a cultura, a ciência e a tecnologia acabaram por se inserir na política global do Estado, formalizando as relações entre o *saber* e o *poder*. Evidentemente, também a arqueologia, com suas profundas raízes políticas, será chamada a participar desse esforço desenvolvimentista.

De acordo com Möberg, tal tendência não era nova. Já há séculos atrás, uma lei da Suécia dava instruções para que se pesquisassem e divulgassem os monumentos antigos, "para a glória e a honra de nossa nação". Da mesma forma, na Europa central e balcânica, a arqueologia política nacionalista, na linha dos panegíricos, seus precedentes haviam-se desenvolvido vigorosamente, com os Estados nascidos ou renascidos em fins do século XIX ou após a 1ª Guerra Mundial utilizando-a para embasar o próprio sentimento nacional, buscando rastrear a própria história na mais alta antiguidade. Inversamente, os países que haviam perdido territórios utilizaram-se da arqueologia para justificar suas pretensões de retomada ou conquista.

Também na Alemanha nazista a arqueologia foi amplamente empregada, ligando-se naturalmente à ideologia racista oficial e à *Volksforschung*, ou busca da identidade nacional, que repousava sobre a herança dos antepassados, e as relações entre a Bélgica e a Alemanha foram instruídas por dados arqueológicos. Foram, ainda, os monumentos arqueológicos de Malta que justificaram as pretensões da Itália sobre estas ilhas, e são informações desta natureza que a Rússia emprega com relação às outras repúblicas da URSS.

Assim, não chega a surpreender que os remanescentes das civilizações indianas agitem as relações entre Paquistão e Índia, nem que Is-

rael busque provar seu direito aos territórios ocupados, através de escavações arqueológicas nesses lugares. Muito menos que os índios norte-americanos, utilizando-se de provas arqueológicas, pleiteiem judicialmente a separação de suas terras. Egito, Peru, Bolívia, a maioria dos países possui hoje uma política arqueológica, destinada a identificar as raízes da nacionalidade, mesmo quando o passado pré-histórico não guarda nenhuma relação com as populações atuais.

Esta manipulação da arqueologia tem razões profundas, psicosociais, que passam pelos conceitos de patrimônio cultural e de reconstrução do passado, como formas de fixação de um caráter nacional, elementos de ligação com um passado intangível mas, não obstante, essencial para a leitura do presente.

Hoje, no entanto, não bastam mais definições simples sobre o seu significado. É necessária a consciência de que se está produzindo o passado, e, "articular historicamente o passado, significa apoderar-se de uma lembrança tal como lampeja no momento de um perigo. Trata-se de flagrar uma imagem do passado tal como se apresenta ao sujeito histórico no momento de perigo, de modo imprevisível"⁵⁴.

Como observa Willi Bolle⁵⁵, o sujeito da preservação deve conhecer esse perigo, deve compreender o presente para compreender o passado. O autor da preservação é sujeito histórico, quer dizer, um indivíduo exposto e vulnerável, mas também capaz de agir. Preservar pressupõe um projeto de construção do presente".

Mas este projeto nunca é o único possível, tornando-se necessário, aos arqueólogos, explicitá-lo na sua apropriação do passado, sob pena de se tornarem agentes passivos na estrutura de dominação da sociedade em que se inserem, ou de invalidar seus próprios trabalhos, incorporando divergências internas insuperáveis e injustificáveis do ponto de vista de uma produção científica que se pretende *neutra*.

Criticando os museus norte-americanos, Umberto Eco apresenta um precioso exemplo. Ao museu, diz ele

"não falta precisão arqueológica, e distingue as peças verdadeiras das reconstituídas. Mas a distinção aparece registrada em painéis explicativos ao lado das vitrines onde, por sua vez, a reconstrução, o objeto original e o manequim de cera se fundem num continuum que o visitante não é estimulado a decifrar. Isso não só acontece porque, por uma decisão pedagógica que não cabe aqui criticar, os preparadores querem que o visitante capte uma atmosfera, e que se identifique com o passado, sem pretender que se torne filólogo e arqueólogo,

mas mesmo porque o dado que se reconstrói já trazia em si esse pecado original de nivelamento dos passados e de fusão entre cópia e original. Nesse sentido, é exemplar a grande vitrine que reproduz por inteiro a sala de estar de Mr e Mrs. Harkness Flager, de 1906. Convém observar que uma residência de setenta anos atrás já é um dado arqueológico: o que nos diz muito sobre o voraz consumo do presente e sobre a passadização constante que a civilização norte-americana empreende em seu processo alternado de projeção ficcional-científica e de remorso nostálgico"⁵⁶.

É ainda Umberto Eco, quem percebe que "a autenticidade divulgada não é histórica, é visual. Tudo parece verdadeiro, em todo caso é verdadeiro o fato de que pareça verdadeiro, e que a coisa com que pareça seja dada como verdadeira, ainda que, como Alice no País das Maravilhas, nunca tenha existido"⁵⁶.

Fusão entre cópia e original ou entre modelo e realidade, a substituição da autenticidade pela visualidade, e a sobreposição da convicção pessoal à ordenação *neutra* dos dados arqueológicos, são, apenas, alguns novos problemas que se colocam para os arqueólogos, no momento em que se empenham na reconstrução *científica* do passado, e que de uma forma um tanto rápida passam a ter consciência dos determinantes ideológicos do seu trabalho.

Face a esta possibilidade de utilização política, à crescente perplexidade frente ao futuro, o que leva mais e mais pessoas a se voltarem para o passado, tornando a arqueologia um tema em *moda*, e até por estímulo da UNESCO⁵⁹, preocupada com as escavações clandestinas e a exploração ilícita destes bens culturais, a maioria das nações subdesenvolvidas promulgou leis que, se não estancam completamente, coibiram o fluxo de objetos arqueológicos que desde o século XVI orientava-se para os museus e institutos de pesquisas dos países cêntricos. Aos arqueólogos destes países, evidentemente, interessa minimizar a competência de seus colegas do Terceiro Mundo, de modo a assegurar, sob o mal disfarçado argumento de cooperação científica internacional e das missões de pesquisas ao estrangeiro, a permanência deste fluxo de objetos e informações, que irão enriquecer seus museus e permitir testar e modificar a teoria arqueológica.

Por todas essas causas a arqueologia contemporânea é uma ciência em crise, mantendo-se plenamente atuais as observações de Mortimer Wheeler:

*"Que é em realidade, a arqueologia? Nem eu mesmo sei com certeza. Se escreveram teses para demonstrar que se trata disto ou daquilo, ou de nenhuma das duas coisas... Eu nem sequer sei se a arqueologia deve ser descrita como arte ou como ciência... Como ciência, é antes que tudo um processo de síntese, e se preferimos considerá-la como uma arte ou uma filosofia, ainda temos que afirmar que se trata de uma integração de fenômenos relacionados com o homem, observados e analisados cientificamente; continua, portanto, sendo uma síntese... Qual a utilidade de tudo isto? A arqueologia é uma disciplina que busca fatos. Um autor, norte-americano por certo, disse que a arqueologia mais do que um método é um grupo de técnicas especializadas para reunir informação cultural. O arqueólogo, como arqueólogo, não é em realidade mais do que um técnico. Para mim, francamente, esse ponto de vista, tão extremo, é uma besteira. Um especialista em lepidópteros é muito mais que um caçador de borboletas, e um arqueólogo que não seja mais que um buscador de testemunhos não pode merecer o seu logotipo. É, certamente e antes que nada, um buscador de fatos, porém seus fatos são os registros materiais das conquistas humanas; também é, pela mesma razão, um humanista, e sua tarefa secundária é a de fazer reviver ou humanizar seus materiais com uma imaginação controlada que inevitavelmente participa das qualidades da arte e, inclusive, da filosofia... O arqueólogo não desenterra coisas, e sim gente"*³.

É este compromisso com o *logos* que a arqueologia contemporânea tenta resgatar, ao afirmar claramente que a arqueologia é arqueologia e nada mais, que os dados arqueológicos têm significado a partir do próprio contexto arqueológico, e que a arqueologia é uma ciência, e portanto está obrigada à formulação e teste de leis hipotéticas gerais, entendidas como generalizações formuladas a partir de regularidades constatadas empiricamente.

De fato, muitos aspectos da atual crise da arqueologia, na realidade não tão nova, apenas pretendem desfocar o problema central, que é o de os antropólogos e historiadores pretenderem ter nos arqueólogos os seus auxiliares-recuperadores-de-dados. Contra tal situação levantou-se parcela ponderável dos arqueólogos de todo mundo, dando origem à moderna arqueologia, a qual deseja expressar, claramente, que ao arqueólogo cabem a análise e interpretação dos dados, parte integrante de sua atividade científica.

As questões cruciais, levantadas pela arqueologia contemporânea, portanto, são epistemológicas, dizem respeito ao que conhecemos, como conhecemos e como conhecemos que conhecemos.

3 — PEQUENA HISTÓRIA

Descoberto o Novo Mundo, havia que conhecê-lo. "As causas que levaram conquistadores, exploradores e naturalistas muito além das fronteiras decorrentes dos sucessivos tratados de limites entre Portugal e Espanha foram as mais variadas, não se podendo menosprezar os interesses estratégicos das nações ocidentais em conhecer o potencial dos novos territórios, particularmente a busca do ouro, a possibilidade de descobrir novos Eldorados acaso perdidos nos sertões"⁶¹. Por esta razão, os relatos dos cronistas voltam-se para a geografia, a hidrologia, a geologia, a história natural, só ocasionalmente abordando a etnologia e a arqueologia. "No máximo, oficiais da Coroa coletavam objetos exóticos para o Gabinete Real de Curiosidades... Mas não se deve esquecer que também na Europa a arqueologia nasce somente no século XVIII (escavações em Pompéia) e que as culturas 'primitivas' não são ainda consideradas dignas do interesse científico, apesar da utilização do mito do 'Bom Selvagem' pelos filósofos iluministas"⁶².

No século XVI, tanto em função do impulso por conhecer o passado, que é instintivo, como em virtude da presença dos índios nos novos territórios contrariar frontalmente os esquemas teológicos vigentes, como foi visto, uma série de documentos foi produzida, muito embora os índios só tenham sido reconhecidos como seres humanos em 22 de abril de 1639, através de um Breve do Papa Urbano VIII.

3.1 — DOS CRONISTAS DA CONQUISTA AOS-NATURALISTAS VIAJANTES

As primeiras descrições das populações indígenas brasileiras estão nas cartas de Pero Vaz de Caminha e de Américo Vespúcio, na **Relação do Piloto Anônimo**, e no **Diário da Navegação** de Pero Lopes de Souza. Logo após tais notícias chegarem à Europa, teólogos e cientistas começaram a buscar nos textos bíblicos o segredo da origem dos índios, muito embora o Vaticano já os conhecesse há mais de 500 anos, graças aos relatórios e dízigimos enviados pelos Bispos católicos que participaram da saga Viking.

"Não é pois de admirar que fossem buscar e achassem os colonizadores do Novo Mundo entre as tribos judias, como forma de coonestar a Bíblia. Esta tese aparece pela primeira vez em Arius Montanus, autor da Bíblia Poliglota, publicada em Antuérpia entre 1569 e 1573. Em 1571, o mesmo sábio espanhol editou um mapa-mundi, onde figurava a sua original con-

cepção: dois filhos de Jectão, bisneto de Sem, filho de Noé, povoaram o Novo Mundo: Ophir chegou ao noroeste da América e daí ao Peru; Jobal colonizou o Brasil"⁶³.

A partir da Junta Magna de Madri, em 1568, é criada a figura do Protetor dos Índios, cujo primeiro foi o padre dominicano Frei Bartolomeu de las Casas, e avulta a contribuição dos jesuítas, autorizados a trabalhar na América, com as cartas dos padres Manoel da Nóbrega, Aspilcueta Navarro, que descreveu a antropofagia ritual, e José de Anchieta, que registrou os sambaquis que pontilhavam o litoral do Rio de Janeiro, atribuindo-os a antigas civilizações brasileiras.

Merecem particular registro os relatos aventurecos de Hans Staden (**Duas Viagens ao Brasil, 1557**), que viveu cativo entre os Tupinambá por nove meses e meio. Apesar de exagerar intencionalmente os riscos vividos, seu livro já assume o caráter de uma monografia sobre a cultura tribal.

Seguem-se **Les Singularites de la France Antartique, (1558)** de André Thévet, inteiramente consagrado aos costumes e particularidades dos indígenas, **Histoire d'un Voyage fait en la there du Brésil, (1563)**, de Jean de Lery, que "para Lévi-Strauss é o primeiro exemplo de uma etnografia participatória, cuja vivacidade e frescura são inigualáveis até o aparecimento de Malinowski"⁶¹, e a obra de Frei Gaspar de Carvajal, **El Descubrimiento del Rio de las Amazonas, (1542)**.

Textos mais importantes, no entanto, por seu caráter global, são os de Pero de Magalhães Gandavo, **História da Província de Santa Cruz, (1576)** e de Gabriel Soares de Souza, **Tratado Descritivo do Brasil, (1580)**, este, o maior cronista da época, que descreveu os sambaquis e a prática de queimá-los para obter a cal com que foram construídos os prédios coloniais, registrou as casas subterrâneas dos Goianã, os hábitos e costumes de numerosos indígenas do litoral, "e a arte de lavar umas pedras azúis escuras muito duras e de grande fineza de que faziam os seus ornatos labiais, tornando-as muito roliças e de grande lustro"⁶⁴.

Quase no final do século, surgem, ainda, os textos de Anthony Knivet (1595) e do jesuíta Fernão Cardim, que em seu **Do princípio e origem dos índios do Brasil e seus costumes, adoração e cerimônias**, nos dá uma visão geral dos costumes indígenas da época, e, em **Do clima e terra do Brasil**, chega a descrever o modo como se formaram os sambaquis:

Os índios naturais antigamente vinhão ao mar às ostras, e tomarão tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levarão de moquem para comerem entre anno"⁶⁶.

Por fim, em 1598 o Capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho localizou e copiou gravações rupestres no rio Araçoagipe, as quais foram transcritas em um texto apócrifo de 1618, **Diálogo das Grandezas do Brasil**, o qual é atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, constituindo-se no primeiro documento sobre a arqueologia brasileira. Ainda no mesmo texto são feitas referências aos "dolmens" do nordeste, dando por informante o mesmo Feliciano Carvalho⁶⁷.

No século XVII, com a expansão portuguesa extratordesilhana para o norte, vão continuar surgindo textos que também descrevem os costumes indígenas. É o caso da **Relação do Maranhão**, (1608), do Padre Luís Figueira, cujas informações sobre os costumes indígenas são muito ricas, a **Relação** do missionário jesuíta Jerônimo Rodrigues, que descreve as populações indígenas do Rio Grande do Sul entre 1605 e 1607, a **Histoire de la Mission des Pères Capucines em l'isle de Maragnan**, (1614) de Claude d'Abbeville e a **Suite de l'histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnan, les années 1613 et 1615**, de Yves d'Evreux, que se constituem no ápice das observações etnográficas decorrentes das invasões francesas, com inúmeros registros sobre a cultura material dos índios, chegando, o segundo, a descrever os machados semi-lunares⁶⁸ e os "dolmens" com inscrições rupestres do nordeste brasileiro.

Seguem-se a **Relação do Ceará**, (1618), escrita por Martim Soares Moreno, e o **Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas**, (1641), do jesuíta Cristobal de Acuña, o qual, juntamente com o Padre André de Artigas, acompanhou a volta da expedição de Pedro Teixeira, no seu retorno de Quito ao Pará, pelo rio Amazonas, descrevendo as gentes indígenas, seus modos de pescar, suas drogas e riquezas, lendas e outros dados de interesse etnográfico.

Na segunda metade do século merece destaque a obra do jesuíta Simão de Vasconcelos, **Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo**, não tanto por qualquer contribuição empírica à arqueologia, mas por iniciar uma importante controvérsia teórica. De fato,

"nos livros I e II, 'Das Notícias Antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil', noticia o descobrimento do Novo Mundo e do Brasil, descreve-os e à sua gente, e trata da bondade da terra, defende-a das calúnias que os antigos lhe impunham, de 'zona tórrida e inabitável' e, por fim, mostra a bondade do clima e discute se nele plantou Deus o Paraíso Terrestre. Não duvida o Autor das excelências da natureza, e em sua defesa e abono muito havia de dizer, especialmente

*contra a conspiração que sábios da Europa e da Ásia fizeram para desacreditar e aniquilar esta quarta parte do Mundo. Do parágrafo 48 ao 58, defende o Autor sua tese 'contra os que pretendiam tirar-nos o Céu' e enumera alguns antigos que sustentam que 'Deus nesta parte debaixo da linha equinocial criara o Paraíso Terrestre por ser esta a parte mais temperada, deleitosa e amena da vida humana'*⁶¹.

A tese do Paraíso na América merece atenção, pois, além de reforçar o incipiente ufanismo brasileiro do século XVII, e embora ainda subordinada aos ideais do criacionismo ou monogenismo cristão, vai inverter o sentido geral do povoamento da ecúmene, contestando hipóteses como a de Gregório Garcia, que em sua obra **Origens de los Indios del Nuevo Mundo**, (1607) prosseguia afirmando que os índios americanos descendiam das tribos perdidas de Israel, ou as de Horns (1652) e Huet (1679), este último, bispo católico, que os considerava descendentes dos fenícios povo também semita. Dois séculos depois, o monogenismo americano, em termos laicos, seria defendido por F. Ameghino, pesquisador argentino que recebeu apoio de muitos autores brasileiros.

A contribuição decorrente das invasões holandesas também foi significativa. Johanes de Laet, que escreveu a **Historie ofte laerlijck van de West-Indische Compagnie**, (1639), Gedeon Morris de Jonge e Johan Maxwell (1640), e Johan Nieuhof, em sua **Gedenkweerdige Brasiliaense zee-en Lant Reize**, (1682), produziram pequenas descrições dos costumes "tapuias", chegando Herckmans a descrever as inscrições rupestres de Coité, perto de Mamanguape, e a se referir aos "dolmens" nordestinos, também registrados por Barleu. No entanto, são as informações propiciadas por Franz Post e Albert Eckout (iconografia), e as obras **Historia Naturalis Brasiliae** e **Relation du Voyage de Roulox Baro**, ambas de 1648, a primeira de Willen Pies (Guilherme Piso)⁶⁹ e George Marcgrafe, que se constituem na principal contribuição holandesa ao conhecimento dos indígenas do nordeste.

Estas informações são complementadas, ainda, pela obra do padre franciscano Martin de Nantes, **Relation Succinte et sincere de la mission**, que se constitui na principal fonte sobre as confederações Cariríe do Amazonas, e pelo trabalho **Relation Historique et Geographique de la Grande riviere des Amazons dans l'Amerique**, (1656), de Blaise François Pagan.

No século XVIII, afora os relatos monçoeiros, bandeirantes e seretanistas, que viam o índio como animal de presa, e das crônicas e rela-

ções eclesiásticas, começam a surgir os resultados das primeiras missões científicas e os relatos dos naturalistas viajantes tornam-se mais detalhados.

A contribuição bandeirante à arqueologia está representada pelos numerosos roteiros dos Martírios, que começaram a ser arquivados na segunda metade do século, e que registram a existência de uma ilha no baixo Araguaia, literalmente coberta por gravações rupestres. Extremamente religiosos, os bandeirantes viram, nos desenhos, aparências de galo, cruz, coroa, lanças e cravos da paixão de Cristo^{70, 89}, mas a sua localização exata ficou perdida por mais de duzentos anos. Outro texto é o **Manuscrito dos Aventureiros — Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiquíssima sem moradores que se descobriu no ano 1753**, o qual, além de descrever ruínas de uma cidade de feição européia no sertão baiano, registrava a existência de pinturas rupestres na mesma área. Estes documentos, descobertos no século seguinte, acabariam por inaugurar o ciclo de buscas às cidades perdidas.

Também da mesma época são dois textos apócrifos de grande interesse, **Declaçoens e certas noticias do sittio do Parã**, que trata largamente dos usos e costumes indígenas, e a **Relação das nasçoens de Gentio manço e brabo que se tem descuberto até o persente neste estado (do Brasil)**⁷¹.

As crônicas e relações eclesiásticas de interesse arqueológico estão representados pela obra do Padre Samuel Fritz, cujo **Diário** registra os acontecimentos ocorridos entre 1689 e 1723, descrevendo com riqueza de detalhes a cultura dos índios Omágua e Jurimágua da bacia Amazônica, pelos registros do Padre João Daniel, nos dois volumes do seu **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, as observações de Frei Gaspar da Madre de Deus, na sua **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**, (1797), e pelas **Lamentações Brasíliaicas**, do Padre Francisco Telles de Menezes.

A obra de João Daniel, que foi deportado durante a perseguição pombalina aos jesuítas, cobre o período de 1741 a 1757, quando foi preso e encarcerado até morrer em 1776. Escrita durante sua permanência na prisão, ressentia-se de algumas imprecisões, mas é um importante repositório de informações sobre as tribos amazônicas de então. Iniciando com uma discussão sobre a origem dos índios — inclina-se por considerá-los descendentes das tribos perdidas de Israel, endossando a opinião do Padre Gumilha e outros — dá uma descrição detalhada, ainda que sectária, dos hábitos, costumes e cultura material destas populações, de grande interesse arqueológico e etnográfico⁷².

Gaspar da Madre de Deus, já em meados do século, por sua vez, estudava os sambaquis litorâneos, encontrando, além de conchas, ossos humanos, artefatos líticos e vasos cerâmicos, o que o levou à convicção da sua origem humana, e que serviriam como cemitério para os índios. Descreve, ainda, a formação dos sambaquis como consequência da coleta dos moluscos e da pesca, e acrescenta ser indescritível a imensidade que colhiam de berbigões, ostras, ameijoas, sururus e outros mariscos.

*"Destas conchas que comerão os índios, se tem feito toda a cal dos edificios desta capitania, desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabarão as ostreiras de Santos, São Vicente, Conceição, Iguape, Cananéia. Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas, e em alguns acham-se machados, pedaços de panelas quebradas e ossos de defuntos, pois se algum índio morria nos tempos da pescaria servia de cemitério a ostreira, na qual depositavam o cadáver e depois cobriam de conchas"*⁷³.

São as **Lamentações Brasília**s, no entanto, o mais importante documento arqueológico do período. Escritas entre 1799 e 1817 mas com acréscimos posteriores entre 1824 e 1827, registram 274 sítios com gravações ou pinturas parietais nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco, constituindo-se, até hoje, no maior levantamento de campo sobre a arte rupestre desta região. Acreditando que tais sinais eram não só indígenas, mas também holandeses, e que seriam roteiros indicando a existência de minas ou tesouros, o Padre Francisco Telles de Menezes buscou decifrá-los, recorrendo aos alfabetos grego e hebraico, aos signos zodiacais e às tábuas astronômicas, sendo pioneiro na tentativa de interpretar este gênero de testemunho arqueológico⁷⁴.

Quanto ao ciclo dos naturalistas viajantes, este se inicia com Charles-Marie de La Condamine, o qual, após descer o rio Amazonas entre 1735 e 1739, publica, posteriormente, sua **Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amerique Meridionale**, (1745), e que descreve as tribos amazônicas e discute os muiraquitãs e a origem da sua matéria prima, pedras verdes a que chama de esmeraldas⁷⁵.

Seguem-se, cronologicamente, o **Diário (1774-1775)** de Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, o relato de Franz Keller-Leusinger, **The Amazon and Madeira rivers, Sketches and descriptions**, (1784), onde descreve as pinturas rupestres da margem direita do rio Amazonas, a **Memória dos rios Baurús, Branco, da Conceição, de São Joaquim, Itonomas e Maxupo (1780-1790)**, de Francisco José de Almeida e Lacerda, e as numerosas obras de Ricardo Franco de Almeida Serra, com destaque para o **Parecer**

sobre o aldeamento dos índios Vaicurus e Guanás (1803), todos com descrições dos costumes e artefato das populações indígenas amazônicas.

Dentre os naturalistas viajantes, no entanto, destaca-se Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro a serviço de Portugal, Doutor em Ciências pela Universidade de Coimbra, que percorreu a bacia amazônica entre os anos de 1785 e 1790. A sua **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá** reúne 20 memórias sobre os costumes e cultura material dos índios da região, às quais somam-se 41 pranchas coloridas que se constituem na maior e mais significativa documentação etnográfica do período⁷⁶.

Um pouco depois, Alexandre von Humboldt realizaria sua viagem de estudos (1799-1803). Além de importantes registros arqueológicos — descreve, por exemplo, a arte rupestre do alto Orenoco — Humboldt propôs que

"as nações da América, excessão feita das que se avizinham do Círculo Polar, formam uma só raça, caracterizada pela conformação do crânio, pela cor da pele, e pelos cabelos chatos e lisos, e que bem estudados os diversos povos da terra, e com especialidade os do nordeste asiático, as diversas raças aparecerão menos isoladas e se reconhecerá nesta família do gênero humano um só tipo orgânico modificado por circunstâncias que nos ficarão para sempre desconhecidas"^{65, 77}.

Desta forma Humboldt foi o primeiro a formular a teoria da origem asiática única para os índios americanos, hipótese que seria vigorosamente sustentada por Ales Hrdlicka⁷⁸ a partir de 1915. Infelizmente o governo português determinara ordens severas a respeito de "um tal Barão de Humboldt, natural de Berlim, a quem deviam prender", visto que, a pretexto de observações etnográficas, queria "tentar, por meio de novas idéias e capciosos princípios, os ânimos dos fiéis vassalos, sendo essas viagens sumamente prejudiciais aos interesses da Coroa"^{65, 79}. Com a oferta de um prêmio em dinheiro pela sua captura, Humboldt viu-se forçado a limitar suas observações, no Brasil, ao extremo norte da Amazônia.

Evidentemente, como observa A. Prous, as "autoridades coloniais não procuravam incentivar o estudo das culturas indígenas, cujo resultado só poderia despertar o já incipiente nativismo brasileiro"⁶². De fato, este sentimento, que já propiciara o episódio de Amador Bueno (1641) em São Paulo, tornara-se bastante forte no século XVIII, com as guerras dos Emboabas (Minas, 1709) e dos Mascates (Pernambuco, 1720), entre outras revoltas populares.

Com a expulsão dos jesuítas, pelo Marques de Pombal, em 1759, e com os naturalistas estrangeiros enfrentando toda sorte de obstáculos para desenvolver pesquisas no Brasil, o final do século representa claro hiato na literatura de interesse arqueológico e etnográfico, devendo-se, as contribuições existentes, a padres de outras confissões, ou a naturalistas a serviço de Portugal.

Iniciado o século XIX, o quadro político muda dramaticamente, e, com a abertura dos portos brasileiros (1808) por D. João VI, em pouco tempo o Brasil se transforma no paraíso dos naturalistas viajantes⁶⁵.

Assim, o Barão de Eschwege (1809) e o Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied (1815) fizeram registros de interesse arqueológico, da mesma forma que Henry Koster (1816), que descreveu a arte rupestre da Paraíba, e Aires de Casal (1817), que estudou as pinturas rupestres de São Tomé das Letras (MG), concluindo que "as pretendidas letras não passam de traços e ilegíveis jeróglícos, a que a ignorância do povo atribue à mão do Apóstolo São Thomé, devem seu princípio a partículas ferruginosas"⁸¹, retirando qualquer significado à arte rupestre, posição que manteria até atribuir as pinturas da serra da Borborema aos holandeses.

Enquanto isto, Johan Emanuell Pohl visitava a serra das Figuras, "na antiga estrada do Pilar para o Carretão", em Goiás, buscando pinturas sobre as quais obtivera informações. Não as encontrando, atribuiu o nome da serra, erroneamente, aos caprichosos recortes da erosão eólica.

Cientistas de todas as procedências, portanto, estimulados pelo crescente interesse europeu pela etnologia, atravessam o país em todos os sentidos, mas, na maioria das vezes, seus trabalhos só oferecem interesse para a arqueologia pela localização de tribos hoje extintas. Alguns destes naturalistas, entretanto, trariam importantes contribuições à teoria arqueológica e ao conhecimento da pré-história brasileira.

É este o caso de Karl Friedrich Philipp von Martius, que, juntamente com Johan von Spix e Johannes Natterer, integrou a missão Pohl, que acompanhou a Arquiducal Leopoldina ao Brasil⁶⁵. Martius percorreu São Paulo, Minas Gerais, os estados litorâneos do nordeste e o rio Amazonas, entre 1818 e 1821, e além de seu aporte ao conhecimento botânico, dedicou-se com imenso zelo aos problemas da etnografia indígena brasileira:

"Sua contribuição ao estudo de nossos aborígenes pode ser resumida em três fatos fundamentais. O primeiro diz respeito à organização social das tribos; o segundo, às origens dos índios, e o terceiro, que foi decisivo, refere-se à sua classifica-

*ção. Martius acreditou na formação fortuita dos grupos, pela agregação acidental dos indivíduos, sem ligações anteriores estáveis. Pensava que os índios representavam restos de um povo decaído, vindo de longes terras, onde haviam atingido certa civilização. A América, ou antes o Brasil, teria assistido ao processo de involução cultural dessa gente"*⁸⁰.

Conduzindo suas pesquisas, em boa parte, através de regiões inexploradas ou virgens de toda investigação científica, Martius agrupou as tribos brasileiras em oito classes principais, de acordo com suas afinidades lingüísticas, esboçou os caminhos migratórios dos vários grupos, sustentou a tese de raça única de Humboldt, estudou a arte rupestre do Amazonas e da Bahia, a cerâmica arqueológica da serra do Anastácio (Bahia), as doenças e os remédios dos índios brasileiros, e numerosos outros traços culturais dessas populações. Sua obra é muito ampla, mas merecem registro **Reise in Brasilien auf Befehl Majestät Maximilian Joseph I** (1823-1831), em colaboração com Spix, **Die Vergangenheit und Zukunft der amerikanischen Menschheit** de 1839, **Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens** (1867), **Glossaria linguarum brasiliensium** (1853), e, **Das Naturel, die Krankheiten, das Arztthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens** (1844).

As teorias de Martius obtiveram ampla repercussão e geraram duas linhas distintas de pesquisa. A primeira, voltada para a classificação das línguas indígenas brasileiras, com base nas suas afinidades, vista e revista pelos naturalistas e antropólogos que se seguiram. A segunda, aceitando a involução cultural indígena, preocupada em localizar sua civilização original, a qual foi prontamente adotada, não por acaso, pelos intelectuais brasileiros, envergonhados das suas origens idígenas, muito embora tenham sido acompanhados por numerosos cientistas estrangeiros vinculados ao monogenismo cristão (criacionismo), dando impulso ao ciclo de interpretações imaginosas, que citariam aos fenícios, hebreus, cários, chineses, japoneses, mongóis, atlantes, e outros, para explicar a origem dos índios brasileiros. Dentre outros, Gonçalves Dias, Alfredo Brandão e Arthur Bernardo da Silva Ramos, esposariam a idéia de que os índios brasileiros representavam o estágio final de uma civilização decadente.

Pela mesma época, A. de Saint Hilaire, que desde 1816 percorria o Brasil realizando pesquisas, começa a divulgar os resultados de suas observações, inclusive etnográficas, não deixando de referir-se à arte rupestre de Minas Gerais e Goiás, o mesmo fazendo Raimundo José da Cunha Mattos, que publica seu **Itinerário do Rio ao Pará por Minas, Goiás**

e **Maranhão**, (1836), com numerosas informações de interesse arqueológico, as quais seriam refundidas e ampliadas em trabalho posterior⁸², registrando que no morro das figuras, o mesmo visitado por Pohl, "hão várias impressões semelhantes a mãos abertas com a palma para baixo", ainda que permaneça em dúvida quanto ao seu significado, e se eram obras naturais ou artificiais, inclinando-se a dizer "que tanto os caracteres, como as impressões das mãos, foram feitas por homens, nas pedras"⁸³.

São desta época, ainda, as cópias que Jean Baptiste Debret (1834) faz das pinturas rupestres do rio Japurá, muito distorcidas pelo gosto pessoal do artista, o relatório (1838) de Manoel de Araújo Porto Alegre e J.C. Barbosa, refutando a pretensa autoria fenícia das inscrições da Pedra da Gávea (RJ)⁸¹, e a publicação da documentação iconográfica de Rugendas (1935)⁸¹, o qual desligando-se da malfadada expedição Langsdorff, percorreu o Brasil, fazendo desenhos de algumas manifestações da arte rupestre, enquanto os expedicionários retornavam ao Rio de Janeiro desfalcados de Taunay, morto por afogamento no rio Guaporé, e com Langsdorff louco⁶⁵.

Trazido, também por esse movimento histórico⁸⁶ que levaria toda uma geração de sábios a descobrirem para a ciência os sertões brasileiros, o jovem naturalista dinamarquês, Peter Wilhelm Lund, fixou residência em Logoa Santa, no ano de 1834, onde realizou pesquisas de grande repercussão. Lund já fizera uma viagem anterior (1825-1829) ao Brasil, tendo-se dedicado à coleta de espécimes nas proximidades do Rio de Janeiro, para o Museu de História Natural de Copenhague. Retornando à Europa, esteve com Humboldt, Cuvier e outros eminentes pesquisadores da época, até que, em 1833, retornou ao Brasil, de onde não mais sairia, dedicando-se a explorar as grutas calcárias do vale do rio das Velhas (MG). Conquanto preocupado com a zoologia e a paleontologia, Lund logo começou a fazer registros arqueológicos. Na sua **Segunda Memória**, que enviou à Real Sociedade Dinamarquesa (1836), já assinala as pinturas rupestres das lapas das Poções, de Cerca Grande e da Pedra dos Índios (MG). Foi somente em 1840, no entanto, quando tornava a escavar a Lapa do Sumidouro, que pela primeira vez localizou restos humanos fossilizados. Os dois esqueletos, muito mineralizados, encontravam-se junto a numerosas ossadas de animais pleistocênicos. Nos anos subseqüentes, mais de 30 esqueletos foram encontrados nas mesmas condições, o que levou Lund a se convencer da contemporaneidade do homem com a fauna extinta. Em carta datada de 21 de abril de 1844, dirigida ao Secretário

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cônego Januário da Cunha Barbosa, declara que

*"à vista dos fatos que acabo de referir, não pode pois, restar dúvida alguma de que a existência do homem neste continente data de tempos anteriores à época em que acabaram de existir as últimas raças dos animais gigantesco... Vemos pois, que a América já era habitada em tempo em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo, e que os povos que naquela remotíssima época, aqui habitavam, eram da mesma raça que os habitantes desta região nos tempos do descobrimento. Estes dois resultados, na verdade, pouco harmonizam com as idéias, geralmente aceitas, sobre a origem dos habitantes desta parte do mundo"*⁸⁷.

Um pouco antes, porém, em carta (28/3/1844) a C.C. Rafn, Secretário da Real Sociedade dos Antiquários do Norte, que já lhe publicara um artigo sobre a **Idade da Pedra no Brasil**, Lund, após repassar os mesmos argumentos, e comparar as raças asiática e ameríndia, já afirmara ser óbvio que tais resultados não fortaleciam a opinião geralmente aceita do povoamento do Novo Mundo por imigração de habitantes vindos do Antigo Mundo, pelo contrário,

*"se considerarmos que a natureza procede do imperfeito para o perfeito; que esta parte do mundo é, do ponto de vista geológico, considerada antiga; enfim, que o exame da caverna em questão nos leva a admitir a habitação desta parte do mundo desde os tempos mais remotos, devemos convir, segundo creio, que temos boas razões para emitir, ao lado de conjecturas ainda menos firmes, uma opinião que causaria a modificação total da relação cronológica que se estabeleceu até hoje entre as duas raças de que falamos"*⁸⁷.

Por esta época, ainda não se haviam recuperado restos humanos fossilizados em nenhuma parte do mundo, e, muito menos, se havia cogitado da sua possível contemporaneidade com a fauna extinta. Entende-se, por isto, as precauções de Lund ao apresentar de modo pouco claro o resultado de suas investigações. Divulgados tais resultados, estavam lançadas as bases científicas para as hipóteses do autoctonismo do índio americano, tanto sob a forma poligenista como monogenista, que se opunham frontalmente às idéias de Martius.

Com sua **Comunicação sobre o material das cavernas de ossadas exploradas em 1844 e sobre sua contribuição para o conhecimento da vida**

animal antes da última revolução do globo, publicada em 1846, Lund deu por finda sua missão científica, retirando-se para uma vida de meditação na quietude de Lagoa Santa, onde morreria em 1880.

*"Não se sabem os motivos que levaram Lund a encerrar suas pesquisas aos 44 anos de idade, permanecendo 34 anos inativo. Em cartas a seus familiares, escreveu: "Provavelmente dou por terminados os meus estudos das cavernas, não tanto por me faltar vontade e desejo de continuar meus trabalhos, nem tão pouco por carência de material, mas em parte em consideração à minha saúde, razão esta que entretanto seria remediável, visto ter adestrado alguns hábeis discípulos, que me poderiam aliviar muito o trabalho; o principal motivo, porém, desta minha resolução é não poder arcar com as despesas que esses trabalhos acarretam"*⁸⁸.

Não é convincente. O mais provável é que,

*"notando as semelhanças progressivamente maiores (falaríamos hoje de evolução) entre as formas sucessivas que encontrava, Lund parece ter começado a duvidar da teoria catastrófica de Cuvier, intuindo uma teoria evolucionista que seria exposta pouco depois (em 1884) por Darwin e Wallace. Cristão convicto, correspondente e parente do bispo Kierkegaard, Lund poderia temer que seu Universo tradicional vacilasse"*⁶².

Ainda que não se possa minimizar a importância da contribuição de Lund, a sua obra, como um todo, queda isolada na arqueologia brasileira, até porque, em sua grande parte, foi publicada na Dinamarca, só tendo começado a ser traduzida em 1885, por Leonidas Domásio Botelho, da Escola de Minas de Ouro Preto. Lund não se integrou em instituições brasileiras nem formou discípulos ou seguidores, sequer ficaram no Brasil os materiais que recuperou em suas escavações. Com sua morte, seu trabalho poderia ter caído no esquecimento, não fora a importância teórica dos problemas que, involuntariamente, levantou, o autoctonismo e a antigüidade do homem americano, e sua associação com a fauna pleistocênica extinta, controvérsia que permaneceria acesa até meados do século XX, motivando mais e mais pesquisadores a trabalhar em Lagoa Santa, sem, no entanto, estenderem-se as pesquisas para outras áreas ou para um estudo mais amplo sobre os primeiros povoadores do continente, o que só viria a ocorrer nos últimos 15 anos.

Apesar disto, e embora não existam documentos comprobatórios, é altamente provável que, indiretamente, Lund tenha contribuído decisivamente para o surgimento da arqueologia brasileira.

De fato, o então Museu Imperial (somente com a proclamação da República passaria a se designar Museu Nacional), criado em 1818, por iniciativa da Princesa Leopoldina com o nome de **Museu Real**²⁴⁵, desde suas origens mais remotas (Casa dos Pássaros, fundada no Vice-Reinado de Luiz de Vasconcelos, 1779-1790), era um museu de geologia e biologia, sem qualquer preocupação com a etnologia e a arqueologia, ali tratadas como simples curiosidades. Seria D. Pedro II, atento à polêmica que se seguiu, na Europa, à publicação das obras de Lund, que o levaria a tratar deste assunto, abrindo oportunidade aos trabalhos de Ladislau Netto. Assim, por vias travessas, Lund acabaria dando importante impulso institucional à arqueologia no Brasil.

3.2 — DOS PRIMEIROS ARQUEÓLOGOS BRASILEIROS À BUSCA DAS CIDADES PERDIDAS

Criacionismo ou evolucionismo, monogenismo ou poligenismo, autoctonismo ou migracionismo, involução ou evolução, origens dos índios, antigüidade em território brasileiro, estavam lançadas as questões fundamentais da prática arqueológica em nosso país, e, agora, ao lado dos naturalistas viajantes, começavam a surgir os primeiros arqueólogos brasileiros, todos autodidatas, como não poderia deixar de ser.

Assim, à época em que Lund encerrava seus estudos, Carlos Frederico Rath iniciava, em São Paulo, suas observações sobre os sambaquis, afirmando serem, os mesmos, terciários, e terem sido feitos pelas mãos do homem, distinguindo-os dos "depósitos diluviais", de origem natural.

*"Todos esses objectos, que se encontram nos túmulos, acham-se igualmente nos sambagués; e o que mais interessa é que as armas e utensílios feitos de pedra são iguais na forma, e no material aos que se tem achado na Europa, Ásia, África e América do Norte, como se teve ocasião de vê-los juntos na grande exposição universal de Paris, sem que todavia alli se apresentasse uma prova que mostrasse ter o Brasil muito mais d'estes objectos, e desse a entender que elle mais que outros paizes possue riquezas d'este genero, e ainda mais que aqui viveu um povo muito antigo e antediluviano, e tão numeroso como prova com mais evidência do que nação alguma"*⁹⁰.

Como outros pesquisadores que trabalhavam longe da corte, Rath também encontrava enormes dificuldades materiais. "E pois que um pobre explorador d'este gênero não acha padrinhos no Brasil... por isso suas descobertas ficarão sepultadas no seu gabinete e em sua pasta, que

serviu para o desenho dos locais e objectos, visto como não têm os meios necessários para mandar imprimir no paiz suas obras”⁹⁰.

Apesar disto tudo, finalmente, em 1876, Rath entregou ao Imperador uma minuciosa descrição dos sambaquis, o que levou D. Pedro II a visitar as escavações nos casqueiros do rio Sant’Ana, Santos, onde recolheu um grande bloco com um sepultamento e vários objetos.

Neste entretempo, o Príncipe Adalberto da Prússia explorava os rios Amazonas e Xingu (1842), e, em 1843, Francisco de Paula Ribeiro escrevia sobre a arqueologia do Maranhão, seguindo-se os trabalhos de Rufino Theotônio Segurado, assinalando a arte rupestre dos tributários da margem direita do rio Amazonas, particularmente dos rochedos Aeucrê e Cantagalo, além de avançar hipóteses sobre a cultura marajoára, e os de José Joaquim Machado de Oliveira, em 1848, formulando uma visão de conjunto sobre a arqueologia paulista.

Logo depois, até por força da correspondência que Lund manteve com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esta instituição e congêneres estaduais passam a publicar, em suas revistas, os primeiros registros arqueográficos brasileiros, anotando achados, ocasionais, notícias breves, propostas teóricas e até resultados de escavações incipientes, além de numerosas memórias e cartas. Bons exemplos são a obra de Joaquim Norberto de Souza (1854), até hoje consultada, na qual discute e descreve as antigas aldeias indígenas do Rio de Janeiro, e a memória do Conde de la Hure (1865), sobre a cidade perdida da Bahia, até hoje inédita, mas que motivou numerosos pareceres e comunicados, iniciando o debate sobre o assunto, e exigindo, até, respostas específicas, como é o caso de Gervázio de Brito Passos, o qual, arguido sobre a existência de uma cidade petrificada em Piracuruca, sete Cidades (Piauí), afirmou, com toda propriedade, tratar-se de “produto da natureza”.

É mais ou menos por esta época que a arqueologia brasileira começa a ganhar proeminência. A partir de 1857, João Barbosa Rodrigues passa a estudar a pré-história dos rios Tapajós, Jamundá, Trombetas, Urubu e outros, sendo o primeiro pesquisador das necrópoles da cultura Miracanguera. Até 1899, Barbosa Rodrigues publicaria cerca de 10 ensaios sobre os muiraquitãs e os ídolos simbólicos, e sobre arte rupestre⁹¹. Naturalista de notáveis méritos, chegou a diretor do Jardim Botânico (Rio de Janeiro), e acreditava que o Brasil foi povoado por duas grandes migrações. Uma antiga, originária da Ásia, e outra recente, de origem incerta, propostas de contornos surpreendentemente modernos.

Um pouco depois, em 1863, Domingos Soares Ferreira Penna descobria os sítios da cultura Maracá (depois, Fase Mazagão), no Amapá,

iniciando intensa atividade de pesquisas arqueológicas nos vales dos rios Amazonas e Tocantins, estudando os sambaquis fluviais, as inscrições rupestres de Itamaracá, no rio Xingu, os sítios de Miracanguera, e os tesos do Pacoval, em Marajó, dos quais foi o primeiro a tomar conhecimento, tendo publicado numerosas notícias sobre a arqueologia amazônica⁹². Ferreira Penna criaria, ainda, em 1866, a Sociedade Philomatica, estimulado por Louis Agassiz, a qual, em 1871, receberia a designação de Museu Paraense, transformando-se no mais importante centro de estudos sobre a natureza e o homem amazônico, e, a partir de 1871, tornar-se-ia naturalista viajante do Museu Nacional^{92, 93}.

Enquanto tudo isto acontecia, D. Pedro II, entre 1858 e 1861, enviaria ao norte e nordeste a Comissão Científica Brasileira, integrada pelos geólogos Francisco Freire Alemão e Guilherme Such Capanema, e pelo zoólogo Manuel Ferreira Lagos.

Capanema, dedicou-se, de imediato, ao estudo das grutas de Quixadá (Ceará), onde recolheu espessa calota humana, estudada mais tarde por A. de Quatrefages, e que serviu para reforçar as idéias, propostas por Lund, quanto à antigüidade do homem no Brasil.

Nos anos subseqüentes, Capanema voltar-se-ia para o estudo dos sambaquis, participando ativamente da polêmica que então se iniciava, entre os defensores de origens natural ou artificial para tais sítios, inscrevendo-se na corrente *artificialista*, que reconhecia tais locais como produto da ocupação humana pré-histórica (1874). Considerando que o homem do sambaqui necessariamente acampava o mais próximo possível dos pontos de coleta de moluscos, Capanema admitiu o recuo do mar, a partir da constatação de que alguns sambaquis encontravam-se muito longe da linha d'água, explicando, ainda, as camadas terrosas, como períodos de desocupação do sítio.

Desta mesma Comissão, também deveria ter feito parte Gonçalves Dias, nomeado em 1859. Já muito doente, no entanto, ele morreu em 1864, no naufrágio do navio que o trazia da Europa, para onde viajara em 1862, buscando sua cura. Sua contribuição, por isto mesmo, é eminentemente teórica, e está reunida em seu livro **O Brasil e a Oceania**, publicação póstuma, no qual admite que os Tupi eram conquistadores que migraram do norte, afastando e submetendo os Tapuias, e que os índios brasileiros tinham uma civilização em decadência — na linha das idéias de Martius — refutando, ainda, a teoria de que os polinésios e melanésios teriam sua origem na América, por julgá-los possuidores de nível cultural mais sofisticado⁹⁴.

Cognominada posteriormente, com malícia, **Comissão das Borboletas**, esta malograda expedição praticamente não trouxe resultados con-

cretos para a arqueologia brasileira. Preparou, no entanto, o caminho para a famosa **Thayer Expedition** norte-americana, que chegou ao Brasil em 21 de abril de 1865, dirigida por Louis Agassiz e integrada por Charles Frederick Hartt e James Orton, na qual se pode situar, de forma um tanto arbitrária, o início da arqueologia científica no país.

Agassiz, ardente poligenista, sustentou que os índios americanos eram autóctones, e que o homem havia aparecido simultaneamente ou sucessivamente em pontos distintos do globo, mas sua principal contribuição à arqueologia foi como orientador e formador de toda uma geração de pesquisadores brasileiros, a partir de sua atividade no Museu Nacional.

Contribuição mais significativa, no entanto, foi a de Hartt, que esteve quatro vezes no Brasil (1865, 1867, 1879, 1877), e que teve por companheiros Orville A. Derby (1870) e J. Casper Branner (1870-75).

Tomando conhecimento, através de Ferreira Penna, dos sítios do lago Arari, Pacoval, em Marajó, Hartt incumbiu seu auxiliar Barnard de pesquisá-los, em 1870⁹⁵, dando início ao ciclo marajoara da arqueologia brasileira. Sábio em permanente sintonia com os avanços contemporâneos da arqueologia nos Estados Unidos e na Europa, onde também era praticada, em grande parte, por geólogos, e mantendo permanente intercâmbio com Ferreira Penna, Couto de Magalhães, Ladisláu Netto e outros estudiosos brasileiros da época, Hartt escreveu cerca de 10 trabalhos⁹⁵ sobre inscrições rupestres do norte e nordeste, sambaquis fluviais dos rios Amazonas e Tocantins, e marítimos, dos litorais do Pará e Rio de Janeiro, escavou sítios da cultura Maracá (fase Aristé), do Amapá, e da cultura Tapajônica, Santarém (Pará), recuperando grande quantidade de cerâmica, à qual atribuiu a designação de *Louça dos moradores do alto*. Sua síntese da arqueologia amazônica **Contribuição para a Etnologia do Vale do Amazonas**, seria editada postumamente (1885), por seu companheiro e sucessor no Museu Nacional, Orville A. Derby, no mesmo volume em que seria divulgada a primeira síntese da arqueologia brasileira, de Ladisláu Netto⁹⁸.

Derby, por sua vez, acompanhou J.B. Steere, da Universidade de Michigan, nos seus trabalhos sobre sambaquis, e foi o segundo pesquisador a escavar no Pacoval (1871). Posteriormente (1876), retornou Steere a Marajó, onde descobriu os importantes tesos de Santa Isabel e Camutins, escavando, também, em Santarém, onde recuperou cerâmica que designou por *Louça das terras pretas*, além de pesquisar os sambaquis fluviais e marítimos do Pará.

Das pesquisas de Steere e Derby em Marajó, viria a constatação de que havia ali, pelo menos, três facies culturais distintos, contendo, o nível inferior, os artefatos mais bem elaborados, e, o mais superficial, os mais toscos, fato que seria confirmado por Ferreira Penna nas suas escavações de 1872, o qual, achando improvável tratarem-se de populações diferentes, concluiu que

*"houve no Marajó um povo que, chegando a um importante grau de cultura, achou-se inopinadamente em circunstâncias tão adversas, que não só foi obrigado a parar no caminho do progresso, mas a retroceder gradual e talvez rapidamente, até recair na barbarie"*⁹⁶.

A contribuição individual de Derby seria ainda mais extensa. Chefe da *Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*, estimulou, juntamente com Hartt, os estudos de Alberto Lofgren sobre sambaquis, como se verá adiante. Quando em fins de 1890 o Governo de São Paulo recebeu a *Coleção Sertório*, foi, ainda, Derby, quem foi chamado para a estudar e guardar.

*"Tendo aceito a responsabilidade do Museu com grande relutância e em obediência à lei que fora votada sem eu ser consultado e sem fazer provisão para o desenvolvimento conveniente do Museu, esbocei um plano para o coordenar e desenvolver modestamente à sombra da Comissão Geográfica e Geológica, que tinha a seu cargo diversos serviços que podiam contribuir para as várias seções de um Museu de História Natural, notadamente as de Geologia, Mineralogia e Botânica. Sendo-me oferecida a cooperação de um zoologista de nomeada, aproveitei o ensejo para completar o programa de um verdadeiro museu"*¹⁰¹.

Dáí resultou a contratação de Herman von Ihering, para dirigir a nova seção de zoologia, no que seria o núcleo original do Museu Paulista, como se verá adiante.

Quanto a Casper Branner, também companheiro de Hartt, voltou-se para o estudo da arte rupestre, assunto sobre o qual produziu monografia⁹⁷ rica de detalhes, que foi divulgada somente 3 anos antes do trabalho de Araripe (1887), o qual, aparentemente, dela não tomou conhecimento.

Em termos brasileiros, no entanto, foi Ladisláu de Souza Melo e Netto, o primeiro pesquisador a pretender desenvolver a arqueologia em moldes nacionais.

Estudante em Paris, quando Boucher de Perthes propunha a contemporaneidade entre o homem primitivo e os animais antediluvianos, imediatamente deixou-se

*"arrastar pelos vórtices da onda entusiástica dos que viam assim dilatadas as fronteiras da origem do homem nos fastos da paleontologia... estava no interesse do Brasil, e era de seu stricto dever collocar-se na primeira linha das nações americanas que mais a peito emprehenderam o estudo das gerações, a quem antes de Colombo fôra, por muitos séculos sem conta, avassalado este vasto continente. E ao Museu Nacional, o paladino das sciencias naturaes no Império Brasileiro, devia caber tamanha glória"*⁹⁸.

Retornado ao Brasil, e contratado como naturalista do Museu Nacional, já em 1869 Ladisláu Netto oficiava ao Conselheiro Dantas, Ministro da Agricultura, pedindo a mais viva atenção para o estudo dos antigos habitantes do país:

*"Desde o ano de 1867 que tenho empregado a maior diligência em reunir no Museu Nacional o material que podesse ministrar sufficiente base ao estudo dos primitivos habitantes do solo brasileiro. Na falta de efficazes elementos em que se achava e ainda hoje permanece este Museu, um só meio se me deparou desde então capaz de auxiliar-me em semelhantes instantes. Esta foi a imprensa diária, à qual recorri, de facto, desde aquelle anno de 1867, despertando a attenção publica em favor de tão attrahente e valioso assumpto"*⁹⁸.

Os resultados destas ações foram imediatas e avassaladoras, tornando-se, a arqueologia, um assunto popular e com presença frequente nos jornais e revistas da época.

Para tanto, contribuiu, também, a aquisição de uma grande coleção de antiguidades gregas e egípcias, feitas por D. Pedro I, as quais haviam sido trazidas para o Rio de Janeiro por Nicolau Fiengo, em julho de 1826, compra esta, que gerou grande controvérsia, com jornalistas e intelectuais condenando tal desperdício de dinheiro público. Foi com D. Pedro II, no entanto, que a etnologia e a arqueologia experimentaram seu mais rápido desenvolvimento e passaram a ser objeto de interesse do Museu Nacional.

Membro ou correspondente de numerosas sociedades científicas⁹⁹, como a Societe des Americanistes, o Archaeological Institute of Americas, a Smithsonian Institution e a Sociedade Antropológica de

Berlim, o Imperador foi assinante da Revue d'Antropologie, dirigida por Paul Broca, acompanhou com vivo interesse as tentativas de decifração da escrita Maia e os estudos de Champollion sobre os hieróglifos egípcios, autorizou escavações arqueológicas na Vila de Meunas, de propriedade da Imperatriz, cuidando para que todo o material encontrado e os relatórios lhes fossem enviados, e

*"enriqueceu o Museu Nacional, onde estão depositadas coleções de material europeu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo"*⁶².

Sua principal contribuição, no entanto, foi ter apoiado Ladisláu Netto, que acabaria por tornar-se no primeiro arqueólogo do Museu Nacional, responsável por esta instituição ter passado a se dedicar, também, à arqueologia.

Tão grande foi o interesse de D. Pedro II por esta ciência que premeditou criar um museu específico de antropologia e arqueologia, determinando expressamente que os estudos destas especialidades, além da etnografia e da numismática, se faria em seção anexa ao Museu Nacional, como relata o próprio Ladisláu Netto:

*"E tal foi o progredimento do Museu Nacional neste estádio luminoso dos seus novos labores, que decretada em 1876 a reorganização dos antigos estatutos, resolveu o Governo Imperial, a sugestões minhas, criar um Museu especial, a cargo do qual se achasse, de então em diante, todo o complexo e já n'essa quadra copiosíssimo repositório existente na secção anthropologica. Até o presente não me foi permitido fruir o gozo d'este commettimento, nem ter ao menos razão bastante em que me funde para esperar saudal-o em prazo de curta duração"*⁹⁸.

De fato, tal reforma jamais seria posta em prática, tornando-se Ladisláu Netto diretor do Museu Nacional a partir de 1879.

Ao mesmo tempo em que contribuía para a implantação da arqueologia brasileira, o Imperador, inaugurava a prática do mecenato estatal nesta área de estudos, que perduraria desde então. Assim, em 1880, às expensas do governo, Ladisláu Netto, em companhia de Ferreira Penna, realizaria escavações arqueológicas na bacia amazônica, então, o principal centro arqueológico nacional, e, em 1882, concretizaria a Exposição Antropológica Brasileira, com material proveniente, também, das escavações de Ferreira Penna e de O.A. Derby, aos quais devia o Museu Nacional, então, mais de 3/4 do seu acervo arqueológico.

*"A Exposição Antropológica, realizada no Rio de Janeiro em 1882, foi um acontecimento absolutamente singular, quer pela idéia, quer pelas conseqüências... A surpreendente iniciativa teve um êxito completo; às coleções etnográficas e arqueológicas juntaram-se dezenas de crânios, índios de diversas tribos trazidos para a cidade foram submetidos a vários exames, e publicações especiais comemoraram o feito"*¹⁰⁰.

Também em relação à arqueologia do litoral, Ladisláu Netto desempenharia importante papel, enviando Carlos Wiener e E. Roquette Pinto para estudar os sambaquis do litoral sul, e sustentando, juntamente com Wiener, que publicou seus resultados em 1876, a origem artificial dos sambaquis. Coube, ainda, a Ladisláu Netto, a consolidação do Museu Nacional como uma das principais instituições de Pesquisas do seu tempo, tendo trazido o egiptólogo Paul L'Épine, em 1882, que interpretou as figuras marajoaras como hieróglifos²⁵⁵, e chegado, mesmo, a renunciar a um mandato como Deputado Constituinte, para permanecer dedicado ao Museu e aos **Arquivos**, que considerava suas principais obrigações, tendo conduzido-os ao longo da transição do Império para a República.

Sua última e maior contribuição científica seria a publicação das **Investigações sobre a Archeologia Brasileira**, como foi visto, primeira tentativa de sistematizar os conhecimentos então disponíveis, "muito mais os resultados imperfeitos do que o trabalho que pretendia concluir"⁹⁸. Sua postura científica é exemplar:

*"Cabe-me contudo ponderar que das duas grandes classes em que se dividem os anthropologists, não creio ser a dos polygenistas a que maior e mais valioso quinhão tenha de respirar na mèsse que ahí exponho às vistas dos dous grupos. Não sou suspeito nesta matéria em que até aqui me hei aliás mostrado mais inclinado ao autochtonismo americano; e embora o fosse, corre-me o dever de declarar que durante todo o tempo que empreguei no exame e na coordenação dos objectos aqui descriptos e figurados, sempre me ative à mais escrupulosa reserva, evitando que de modo algum interviesse a menor sombra das minhas próprias prevenções. Lanço, porém, agora os olhos sobre a quota parte contributiva da minha tarefa no comum repositório em que assenta a ethnologia do Novo Mundo e vejo que, maugrado meu, ou inesperadamente pelo menos, forneci talvez argumentos contrários à escola autochtono-polygenista americana a que eu quisera pertencer e a cuja frente vejo fulgir o vulto respeitável de Agassiz"*⁹⁸.

Desta forma, Ladisláu Netto aproximava-se das idéias de Humboldt, em parte influenciado por sua conclusão de que a cultura de Marajó seria oriunda de outros países, tendo sido o primeiro, ainda, a constatar que o teso do Pacoval tinha destinação cerimonial (chama-o de colina sagrada), apontando para uma possível hierarquia social documentada na decoração das urnas funerárias, e aceitando que tal decoração, na linha do proposto por L'Épine, seria uma forma de escrita simbólica.

Pela mesma época, João Baptista de Lacerda, diretor da seção da antropologia do Museu Nacional, inicialmente com a colaboração de J. Rodrigues Peixoto, começou a divulgar os resultados de estudos antropológicos sobre os crânios arqueológicos de Lagoa Santa, de Uruburetama (Ceará), dos sambaquis do litoral sul e nordeste, e dos sambaquis fluviais do Amazonas, concluindo

*"que a raça mais antiga do Brasil, contemporânea das grandes espécies extintas, teria transmitido, através dos séculos, as suas formas craniológicas típicas às populações que aqui viviam na época da descoberta"*¹⁰⁰.

Assim, Lacerda, que também ministrou o primeiro curso de antropologia biológica, em 1877, no Brasil¹⁰⁰, advogava a tese de que a raça de Lagoa Santa se havia espalhado por todo o país, sendo as modificações percebidas resultantes de cruzamentos com outras raças, hipótese também adotada por Couto de Magalhães.

Quanto a Rodrigues Peixoto, este proporia a afinidade biológica entre as populações dos sambaquis e os índios botocudos, embora em 1885 acabasse por aceitar que estes seriam o resultado do cruzamento da raça de Lagoa Santa com o homem dos sambaquis.

Assim, o volume seis dos **Arquivos do Museu Nacional** (1885), reúne artigos seminais para a arqueologia brasileira, as sínteses de Hartt e Ladisláu Netto, já citadas, e o estudo de antropologia física de Lacerda, polemicamente intitulado **O Homem dos Sambaquis**, embora o autor acreditasse que os sambaquis eram de origem natural, e os sepultamentos, fortuitos.

Também em 1885, Miranda de Azevedo chamou a atenção para a semelhança entre os sambaquis e os *kiokennmoddings* da Dinamarca, em apoio às teses artificialistas. Como observa A. Prous,

"na Dinamarca, sítios semelhantes despertavam a atenção dos naturalistas desde 1850 e o jovem pesquisador J.A. Worsaae levantou a hipótese de que se tratassem de depósitos de

lixo humano. Na discussão científica que se seguiu, a opinião de Lund, consultado em 1852 por uma Comissão Oficial, foi determinante para o reconhecimento da origem artificial destes sítios dinamarqueses e, logo depois, de outros países europeus. A argumentação do patriarca de Lagoa Santa baseava-se na comparação com os sambaquis brasileiros, que considerava de origem indígena. Curiosamente, a situação se inverteria trinta anos depois... Quando os primeiros curiosos quiseram admitir que os concheiros do litoral de São Paulo e Santa Catarina eram sítios arqueológicos, se fundamentaram na existência de concheiros de origem humana, reconhecidos cientificamente, na Dinamarca"⁶².

Pela mesma época ou um pouco antes, ainda por ordem do Imperador, havia sido publicada a obra do General José Vieira Couto de Magalhães, **O Selvagem**, que figuraria na biblioteca americana da exposição universal realizada na Filadélfia, em 1876.

Couto de Magalhães havia, em 1863, viajado pelo Araguaia, de Goiás ao Pará, tinha grande intimidade com as tribos do centro-oeste, e insurgia-se contra o preconceito vigente, de que a colonização do Brasil só seria possível à custa da importação de estrangeiros, desprezando o elemento nacional por inassimilável, incapaz de adquirir conhecimentos técnicos e abatido pela indolência. Por isto, todo o seu trabalho está voltado para a integração dos índios, através de trabalho a ser desenvolvido por intérpretes-soldados do exército ou da armada.

Conquanto forneça poucos dados arqueográficos, Couto de Magalhães fez importante contribuição teórica, que até hoje surpreende pelo rigor científico.

Admitindo que o povoamento da América do Sul deu-se pelos chapadões ou **araxás**, de onde prosseguiu até as planícies, e que havia uma única raça indígena que aqui se encontrava pelo menos desde a época do paleolítico europeu, Couto de Magalhães discutiu a ausência de artefatos lascados nas coleções de arqueologia brasileira, concluindo que, se tal acontecia e se não havia erros de coleta, tornava-se evidente que os antigos habitantes do Brasil estavam na idade da pedra polida. Disto se devia inferir duas conclusões:

"— O Brasil só possui os seus selvagens por via da emigração, e que esta deve ter-se efetuado depois que esses homens transpuseram em outra região o primeiro período da civilização ou barbárie humana; e

— Sendo o período da pedra polida posterior a outros, e encontrando-se instrumentos de pedra polida nos mais anti-

gos sedimentos da época quaternária, segue-se que o tronco vermelho é anterior a essa época"¹⁰⁷.

Com base nestas afirmações, Couto de Magalhães contestou Liaís, que alinhara uma extensa relação de achados, incluindo os de M. Clausen, companheiro de Lund, para atribuir uma grande antigüidade ao homem brasileiro.

"Parece-me que não se pode por agora admitir uma tão remota e antiga presença do homem no Brasil sem muita reserva, sobretudo quando, pelos fatos precedentes, mostramos que essa mesma raça já havia vivido em outra região o tempo suficiente para transpor os primeiros períodos da barbárie... Embora seja por enquanto impossível conhecer com precisão o espaço de tempo que decorreu do aparecimento do homem no Brasil até nossos dias, parece fora de dúvida que há mais de cem mil anos ele aqui existe, tendo-se em consideração que os sedimentos da época quaternária deviam ter consumido mais tempo do que isso para serem depositados. Contando-se o tempo pela vida dos patriarcas, tal como ela foi escrita por Moisés, Adão e Eva não existiram há mais de cinco mil anos. Os textos do Velho Testamento hebraico devem ser revistos, porque, pela forma que estão traduzidos, envolvem um erro que destrói pelos fundamentos toda a teoria da revelação imediata, do pecado original e da redenção; porque assentando-se todas elas no fato da criação daquela família há cinco mil anos, fica a revelação destruída com a existência de gerações humanas por muitos milhares de anos antes de Adão e Eva"¹⁰⁷.

Chegava, assim, Couto de Magalhães, onde Lund não ousou chegar, e, pelas suas propostas junto ao exército, tornava-se no grande precursor de Rondon.

Não só a partir do Rio de Janeiro, graças ao Imperador e ao Museu Nacional, a arqueologia brasileira se desenvolvia. Por todo este período, levantamentos de campo e proposições teóricas se multiplicam, em todo o país e no exterior.

Assim, Robert Southey discutiu a escrita pré-histórica brasileira em 1862, e, dois anos mais tarde, Charles Carter Blake publicou, na Inglaterra, um estudo sobre os restos humanos pré-históricos do Brasil. Em 1868, Johannes Theodor Reinhardt iniciaria a divulgação, na Dinamarca, em vários artigos, de aspectos da arqueologia de Lagoa Santa, e, logo após, o explorador inglês, Richard F. Burton (1869) discutiria a arte rupestre e seu significado. Será a partir de 1872, entretanto, que irão se suceder, na Eu-

ropa, numerosos estudos sobre os restos humanos arqueológicos do Brasil, com Rudolf Virchow e C. Rank analisando os crânios dos sambaquis, seguindo-se 3 trabalhos de Armand de Quatrefages, entre 1881 e 1897, e estudos de C. F. Lutken (1883), M.H. Ten-Kate (1885) e Soren Hansen (1888), todos sobre o homem de Lagoa Santa.

Um pouco antes (1874), no entanto, surgiam trabalhos sobre arqueologia amazônica, de Francisco Bernardino de Souza e de Maurício Heriarte, enquanto que, a partir de 1876, Fritz Miller iniciava suas pesquisas sobre sambaquis, mesmo ano em que Antonio Manuel Gonçalves Tocantins descrevia as pinturas do outeiro de Cantagalo, Arenchrê (Pará), e, logo após, as do rio Tapajós. Em 1878, seria a vez de Richard Ratburn, que registrou os sambaquis do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, mesmo ano em que Franz Keller-Leusinger documentou a arte rupestre do rio Amazonas, e J. Whitfield, a do Ceará, Piauí e Pernambuco, descartando a sua hipotética origem holandesa.

Seguem-se trabalhos de Phillipe Rey (1879), que publica dois artigos sobre pinturas e gravações do rio Doce, de Edward D. Mathews, que registra as dos rios Amazonas e Madeira, e o de Richard Schomburgk, editado na Inglaterra, com alguns dados sobre arqueologia e etnologia amazônica. Em 1880, Abílio J. Marques estuda as ostras de Santos, sugerindo que o homem do sambaqui habitava em cabanas sobre estacas (palafitas), daí resultando os acúmulos de conchas e detritos jogados sobre o solo pantanoso, e João Severiano da Fonseca copia inscrições rupestres da lagoa Guaiíba (Mato Grosso).

Entre 1884 e 1888, Karl von den Steinen pesquisa sambaquis do litoral catarinense, a arte rupestre da margem direita do rio Amazonas, que designava por *sinais comunicativos*, e os aborígenes do Brasil Central¹⁰², em duas expedições, contando na segunda com a participação de Paul Ehrenreich¹⁰³, que também estudaria os sambaquis, localizaria, finalmente, os petróglifos dos Martírios, e descreveria as populações indígenas interioranas.

O Museu Paraense, por sua vez, atravessaria uma grave crise em 1888, chegando a ficar ameaçado de completa extinção. Crise que seria contornada graças aos esforços de José Veríssimo, que já publicara, em 1883, um estudo sobre os ídolos amazônicos.

O primeiro rol mais extenso de sítios com arte rupestre seria publicado em 1887, por Tristão de Alencar Araripe¹⁰⁴, basicamente uma cópia, expurgada, das anotações do Padre Francisco Telles de Menezes, com acréscimos extraídos de trabalhos de Ferreira Penna, Orville A.

Derby, Domingos Jaguaribe Filho, João Barbosa Rodrigues e Francisco Soares da Silva Retumba, insistindo Araripe tratem-se de obra humana, de grande antigüidade, e, portanto, digna do estudo consciencioso. A insistência na possível existência das cidades perdidas, assunto que começava a aparecer com freqüência na correspondência publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acabaria por fortalecer tais idéias, que seriam muito populares nos primeiros quartéis do século XX.

Neste mesmo ano, Domingos Jaguaribe descreveu a arte rupestre da Faxina, e em 1889, P. Lisle du Dreneuc registrou novas descobertas de ídolos líticos amazônicos, mesmo ano em que Edmund King registrava o achado de urnas sem ossadas no rio Turvo, Iguape (São Paulo), e que Júlio Trajano de Moura publicava **Do Homem Americano**, compilando parte dos dados até então dispersos.

Seguem-se numerosos estudos sobre arte rupestre, de Francisco Castelnau (1890, Martírios), Felisbello Freire (1891, Sergipe), Irineu Joffily (1892, Paraíba), João Franklin de Alencar Nogueira (1892, Serrote da Rola), e Jaime Reis (1893, Minas Gerais).

Também em todo o Brasil meridional a arqueologia experimentava forte desenvolvimento. "Foram principalmente os colonos alemães, que explorando as matas virgens do Rio Grande do Sul, encontraram muitos objetos arqueológicos e os guardaram por curiosidade"¹⁰⁵, alguns criando grandes coleções, como Karl von Koseritz, A. Kunert de Forromecco, Ambrosio Schupp, e Berenhausen — cuja coleção seria adquirida pelo Museu do Homem do Sambaqui, de Florianópolis. Outros, publicariam os resultados de suas observações, como os mesmos Koseritz, Schupp e Kunert, além de Th. Bischoff.

Em São Paulo, Ihering começava a se interessar por estes assuntos, enquanto Alberto Löfgren retomava as observações que iniciara em 1875, publicando, em 1893¹⁰⁶, uma síntese dos seus próprios resultados com os de Rath, a quem considerava como tendo sido o primeiro explorador científico dos sambaquis. Löfgren, que viera para o Brasil a convite de Hartt, acreditava que os sambaquis eram amontoados de restos de comida, pré-colombianos mas não antediluvianos, e que os mais antigos estariam submersos em consequência da elevação do nível do mar.

Pela mesma época, Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, descreveria sepultamentos em urnas (Minas Gerais), inscrições lapidárias da Paraíba e outros tópicos etnográficos e arqueológicos, reunindo tais dados empíricos em sua **História Geral do Brasil**, e João Baptista Regueira da Costa publicaria, em Pernambuco, a segunda grande síntese de arqueologia brasileira, **O Brasil Pré-histórico**, em 1894.

Seria neste mesmo ano de 1894, que o governo de São Paulo decidiria destinar o Monumento do Ypiranga a um museu, para lá transferindo o acervo que se encontrava sob a guarda da Comissão Geográfica e Geológica, nomeando Hermann von Ihering para seu primeiro diretor.

A inauguração do Museu Paulista dar-se-ia a 7 de setembro de 1895, não deixando Ihering de fazer notar que se criava

"um Museu sobre bases científicas, como até agora no Brasil não existiu"

reconhecendo, porém, que

"além do Estado de São Paulo, um outro dos mais prósperos do país criou um museu com pessoal científico e sobre coleção mais ampla do que este; refiro-me ao Museu do Pará"¹⁰⁵.

Nenhuma menção ao Museu Nacional, atestando o antagonismo que durante muito tempo nortearia as relações entre as duas instituições, em parte, por uma ser do período monárquico, e a outra eminentemente republicana, antagonismo que se refletiria no campo científico, com Ihering defendendo a teoria de que os sambaquis seriam acúmulos naturais de conchas — o que o tornou em um dos principais vultos da corrente naturalista — e criticando acerbamente o trabalho de Ladisláu Netto¹⁰⁸.

Autor de mais de 20 obras e artigos sobre arqueologia brasileira, que vão de 1885 a 1908, Ihering faria arqueologia experimental, testando a eficiência das lâminas dos machados-de-pedra, aplicaria à arqueologia seus conhecimentos de zoologia, identificando os peixes consumidos pelas populações pré-históricas a partir dos otólitos⁶², desenvolveria análises páleo-ambientais, contestando a opinião de Ladisláu Netto de que os sambaquis seriam ocupados no inverno, e estudaria as inscrições rupestres de Solenteria e Virador (Rio Grande do Sul). Também adquiriu para o Museu Paulista numerosas coleções, como as de Carl von Koseritz (Rio Grande do Sul) e de Christovão Barreto (Amargosa, Bahia), e desenvolveu imenso esforço sistematizador, publicando uma síntese regional na sua **Archeologia Comparativa do Brasil**, (1904)^{108, 109}.

Seria o problema dos sambaquis, no entanto, que lhe tomaria grande parte dos esforços. Embora aceitando que a cultura sambaquieira fosse pré-história e pré-colombiana, Ihering não admitia que os sambaquis pudessem ser acúmulos artificiais de conchas.

"Em oposição a esta opinião geralmente divulgada fui eu o primeiro a reconhecer a origem natural dos mesmos"¹⁰⁹.

Josef von Sieradzki, Benedicto Calixto, Everardo Backeuser e João Baptista de Lacerda, dentre outros, aceitariam a opinião de Ihering, dando corpo à tendência naturalista.

Em 1894, tentando superar a crise do Museu Paraense, foi convidado para a sua direção, o zoólogo suíço Emílio Goeldi, o qual chegara ao Brasil neste mesmo ano, convidado pelo Imperador, para assumir a direção do Museu Nacional, depois que Ladisláu Netto se indisputou com D. Pedro II na discussão em torno de inscrições fenícias apócrifas¹¹¹.

Deslocado para a direção do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Goeldi desenvolveria grande esforço no sentido de reorganizá-lo e dotá-lo de infraestrutura científica, lançando, no mesmo ano, o **Boletim** e as **Memórias do Museu Paraneze**.

Por esta mesma época, aparecem os trabalhos de Wolthmann, Mello Netto e João Mendes de Almeida. Em 1895, A. Nehring publicaria dois artigos sobre os sambaquis de Santos, na Alemanha, seguindo-se, ainda, estudos de Herman Meyer (1896) sobre os sambaquis de Laguna (Santa Catarina), além de estudos mais gerais sobre o mesmo assunto, de H. J. Mueller (1896) e de A. Saeftel (1899), e do trabalho de J. N. Paldaoff (1899) sobre arqueologia do Rio Grande do Sul.

No norte, Goeldi, em companhia de Aureliano Lima Guedes (1895), descobriria e escavaria os hipogeus do Cunani, na Guiana Brasileira, mas sua contribuição foi pouco além disto, retornando à Europa em 1901. Ao mesmo tempo (1893-1899), Henri Coudreau¹¹⁰, a serviço do governo do Pará, estudou a arte rupestre dos rios Tocantins, Tapajós e Araguaia, e desenvolveu pesquisas mais detalhadas sobre os sítios do Cunani (Fase Aristé), no Amapá. Com sua morte, às margens do rio Trombetas, sua mulher, O. Coudreau, continuaria com estas investigações, trabalhando, principalmente, ao longo do rio Cuminá.

Ao encerrar-se o século XIX, portanto, algumas das principais linhas de pesquisa da arqueologia brasileira já se encontram definidas, e seus principais problemas colocados. Também três das principais instituições de pesquisa do país já se encontram funcionando — Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista —, buscando critérios cada vez mais científicos para o estudo da pré-história brasileira.

A quantidade de informações primárias e de dados arqueográficos é imensa, e algumas sínteses já foram intentadas, como as de Ladisláu Netto, João Baptista Regueira da Costa e Herman von Ihering, e há uma grande efervescência intelectual em torno das idéias e teorias colocadas, também, por Martius, Humboldt, Lund, Couto de Magalhães, e

outros. Parece claro, no entanto, que foi Hartt e os cientistas que consigo trabalharam, quem efetivamente iniciou a pesquisa arqueológica em bases científicas no Brasil.

De forma consentânea com o desenvolvimento da arqueologia no restante do mundo, a maioria dos pesquisadores têm formação em história natural, zoologia ou botânica — Löfgren, Ladisláu Netto, Barbosa Rodrigues, Ferreira Penna, Goeldi, Ihering —, ou em geociências — Hartt, Freire Alemão, Capanema, Derby, Casper Branner —, sendo poucos os historiadores a tratar do assunto — Gonçalves Dias, Varnhagen, Araripe — e existindo um grande número de autodidatas.

Com a proclamação da república, no entanto, havia que reconstruir a história nacional. A arqueologia é, então, absorvida por um amplo movimento ufanista, que buscava nas cidades perdidas as provas da existência de altas culturas no Brasil, em tempos pretéritos, das quais descenderiam, por involução, as populações indígenas contemporâneas.

O eixo das pesquisas desloca-se para instituições de variada tendência, sendo este o período de maior expansão das sociedades históricas, geográficas e cívicas, com a arqueologia ganhando as páginas dos jornais, e popularizando-se, ao ponto de quase diariamente surgirem notícias de novos achados, feitos por pessoas as mais diversas.

No final do século, o Museu Nacional começa a perder importância, estigmatizado como instituição monárquica. Este mesmo movimento, vai, ainda, estimular os estudos de antropologia física e sobre a formação racial do povo brasileiro, e gerar um certo sentimento de inferioridade que, a partir de então, leva à minimização do papel do índio na cultura nacional.

3.3 — DO IMPULSO POPULAR À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A busca das cidades perdidas, como foi visto, já vinha, de longa data, mantendo sempre vivo o interesse popular, desde que fora redescoberto, em 1893, o **Manuscrito dos Aventureiros**, provocando verdadeira convulsão entre a inteligência da época. De imediato, inúmeras pessoas insígnies começaram a pesquisar o assunto, surgindo grande quantidade de cartas, memórias e artigos, em revistas e jornais.

Tratou, então, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de nomear seu sócio correspondente, o cônego Benigno José da Cunha, residente em Salvador, para indagar do que havia de fundamento nestas notícias.

Das pesquisas e vicissitudes do cômego só nos é dado conhecer através de suas cartas e memórias. Foram trabalhosas e difíceis, mas, depois de muito mudar a localização da pretensa cidade perdida, em carta datada de 22 de janeiro de 1845, chegou a afirmar que a cidade estava descoberta. Provocou uma onda de notícias e buscas, mas morreria, provavelmente vitimado pela malária contraída em suas andanças, sem realizar seu intento, cercado pelo sarcasmo dos seus contemporâneos, que o viam como uma figura melancólica, andando em círculos nos lugares cômodos, fugindo ao perigo¹¹⁴.

O interesse por tal assunto, no entanto, manteve-se latente por todo o final do século XIX, tendo Richard F. Burton publicado uma tradução inglesa do referido manuscrito. O século XX iniciar-se-ia, portanto, com a chegada dos exploradores estrangeiros, interessados em desvendar tal enigma.

Os primeiros foram os Krupp von Essen, já em 1900, que consumiram mais de 500 mil dólares dos lucros provenientes das suas fábricas de armamento, sem nenhum resultado. Seguiu-se a tentativa de Theodor Roosevelt, em 1913, que em companhia de Rondon desceu o rio da Dúvida (atual rio Roosevelt), percorrendo mais de 900 milhas de selva, também sem nada encontrar.

Mais famoso de todos, no entanto, foi Percy Harrison Fawcett, oficial britânico que já fizera uma primeira tentativa, malograda, em 1920, na área dos planaltos centrais. Em 1924, na companhia do filho Jack Fawcett e do fotógrafo Raleigh Rimell, dirigiu-se para o nordeste de Cuiabá, alcançando o posto Bacairi, daí penetrando na selva e desaparecendo para sempre. Agora, buscava-se não apenas a cidade perdida, mas, também, Fawcett e seus companheiros, gerando expedições que se sucederam até início da década de '60, quando Orlando Villas Boas obteve a confirmação de sua morte através dos chefes Calapalo. Mas as ossadas recuperadas na ocasião não eram de Fawcett e seus acompanhantes, e o mistério permanece até hoje¹¹⁵.

No auge do ciclo de buscas às cidades perdidas, nas duas primeiras décadas do século, elas se multiplicam, surgindo notícias de que também existiriam no Piauí (Piracuruca, Sete Cidades), na Bahia, onde seriam mais de uma (Rio das Contas, Paraguassu, Monte Alto), no Paraná, onde também seriam mais de uma (Vila Velha, Castro), e outras. Na medida em que se desbravava o território nacional, iam-se deslocando cada vez mais para longe (Paraúna, Goiás, por exemplo), até se exilarem nos pontos mais inacessíveis da Amazônia (as cidades submersas da foz do rio Madeira — Sapucaia-oroca — e das proximidades de Itacoatiara, a

cidade com pirâmides — Akoko — perto do Pico da Neblina, Curicuriari, etc), o que não impediu que, embora jamais tenham sido localizadas, permaneçam no imaginário popular, propiciando o surgimento de abundante literatura, o que ofusca, ou, pelo menos, minimiza a produção científica do período.

O destaque obtido por tais buscas, com a popularização da arqueologia, associado às missões exploradoras do território brasileiro — a expedição Rondon desenvolve-se entre 1907 e 1909 —, e à relativa imobilidade das três instituições iniciais (Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista), aparentemente sem recursos para manter o mesmo ritmo de trabalho, leva a uma pulverização das pesquisas por inúmeros pequenos centros, mantendo-se, apesar de tudo, as investigações em todas as linhas de pesquisa.

Neste sentido, uma primeira contribuição deve ser mencionada já em 1900, quando Cândido Costa, como parte das comemorações ao quarto centenário do descobrimento, publica *As duas Américas*, onde tenta provar que este continente já era conhecido por Vikings, Gregos, Fenícios e outros povos da antigüidade clássica, muito antes de 1500, dedicando-se a buscar uma origem para os índios brasileiros¹¹⁶.

No que diz respeito aos sambaquis, a polêmica permanecia acesa, com as duas correntes — naturalista e artificialista — digladiando-se para explicar a origem de tais depósitos. Ihering, ainda ativo, seguido pelo argentino Florentino Ameghino e por Benedicto Calixto, o qual descreveu os sambaquis de Itanhaém e Santos em 1904, sustentava tratarem-se de formações naturais, enquanto que Ricardo Krone¹²¹, farmacêutico de Iguape, que escavou os sítios arqueológicos da área por mais de quinze anos, tendo publicado seu primeiro trabalho em 1902, juntamente com Alberto Löfgren, reafirmavam sua natureza artificial, decorrente da atividade humana pré-histórica.

Para o pintor Calixto, o índio era um eterno indolente e, portanto, a idéia de que pudesse mariscar Junto ao mar e trazer a coleta até dezenas de quilômetros, onde situavam-se os sambaquis, atingia as raias do absurdo¹¹⁷. E de forma fantasiosa, descrevia como os sambaquis ter-se-iam formado, graças a cataclismas, redemoinhos, dilúvios e correntes netunianas, num hipotético mar que teria existido onde hoje se encontra Santos (São Paulo).

Para Krone, pelo contrário, os sambaquis mais antigos encontravam-se mais afastados da orla marítima em virtude do rebaixamento do nível do mar, e neles predominavam as carapaças de ostras,

enquanto os mais modernos situavam-se junto à linha d'água, com domínio de conchas de berbigões, antecipando-se, assim, em mais de meio século, às propostas de Rauth, Empeaire, Laming-Empeaire e Fairbridge.

Não tardou, no entanto, a surgir uma *corrente mista*, buscando compatibilizar os debatedores, a qual contou com a rápida adesão de E. Roquette-Pinto e de E. Backeuser, antes fervorosos naturalistas⁷⁹.

De qualquer forma, as publicações se sucediam, abordando todos os ângulos do assunto: composição, localização, significado geomorfológico, antigüidade e antropologia física.

Assim, em 1904, Ernesto Guilherme Young descreveu os sambaquis de Cananéia e Ribeira (São Paulo). Em 1905, Gustav von Koenigswald estudou os do litoral meridional, o mesmo fazendo Edgard Roquette-Pinto em 1906, no Rio Grande do Sul, Vojtech Fric em 1907, no Paraná, e Francisco Isidoro R. da Costa em 1911, em Santa Catarina. A partir de 1912, Antonio Carlos Simões da Silva, no Rio de Janeiro, e Ermelino A. de Leão, no Paraná, publicam numerosos artigos sobre o assunto, seguindo-se os dois artigos fundamentais de E. Backeuser (1919) sobre os sambaquis da baía de Guanabara e suas relações com a geomorfologia¹¹⁷, subindo consideravelmente o nível dos debates, e os de Luiz Gualberto (1924) sobre os de Santa Catarina.

O grande salto qualitativo no estudo dos sambaquis, no entanto, seria dado por Sílvio Froes de Abreu, a partir de 1927. Em trabalho sobre os sambaquis de Santa Catarina, além de passar em revista as pesquisas até então realizadas, ou em curso, nos países cêntricos, procedeu a um detalhado levantamento do que se havia feito até então no Brasil, citando 33 autores¹¹⁸. Já então, preocupava-se com a antigüidade de tais testemunhos, e com a diferença intrínseca entre os seus conteúdos, o que o levaria, em 1932, com base na comparação entre os sítios-em-dunas de Cabo Frio (Rio de Janeiro) e os sambaquis de Torres (Rio Grande do Sul), a sugerir uma separação entre essas duas culturas, fato que o levou a se antecipar por mais de meio século no reconhecimento dos sítios-sobre-dunas como manifestação cultural distinta.

Com isto, vinha de encontro às idéias de Ladisláu Netto¹²⁰, em carta aposta aos **Estudos sobre Sambaquis do Sul do Brasil** (1876) de Carlos Wiener, e às de Ferreira Penna, visto que ambos já haviam observado o fato de determinados sítios não se enquadrarem nas classificações usuais, o que levou Froes de Abreu a propor a designação de *estações líticas* para agrupá-los, aí incluindo sítios que muitos anos depois seriam

designados como jazidas páleo-etnográficas, e escavados, por João Alfredo Rohr.

Neste mesmo trabalho Froes de Abreu reconhece que,

*"quanto aos sambaquis, infelizmente, não podemos dizer que se faz atualmente um estudo sistemático, calcado nos mais seguros métodos científicos. Continuam a ser feitos estudos esparsos, por observadores vários, cada qual seguindo uma norma diversa, de acordo com as idéias próprias e os recursos que dispõe. Há uma tendência acentuada para a unificação dos métodos de pesquisa, e tenciona-se proteger esses testemunhos do homem primitivo contra a invasão destruidora dos pequenos industriais, sequiosos de matéria prima para o fabrico de cal"*¹¹⁹.

E firmando posição na corrente naturalista afirmava que,

*"quem quer que analise todas as manifestações do homem pré-histórico atualmente conhecidas, se convencerá de que os sambaquis, por sua disseminação, pelo que encerram e pelo que nos permitem prognosticar, são indiscutivelmente, os mais importantes elementos para o estudo das populações pré-históricas do Brasil"*¹¹⁹.

Froes Abreu intentaria, ainda, estabelecer a correta inserção cronológica dos sambaquis. Descartando as hipóteses baseadas na distância do mar, por se tratarem de estruturas de cunho cultural, ou seja, artificiais, procedeu ao exame sistemático dos artefatos lascados, que, na sua opinião, sempre apareciam associados a artefatos polidos, e estudou as ocorrências naturais de cobre e estanho, acabando por concluir não existirem no Brasil as idades da Pedra Lascada e do Bronze. No entanto, juntando os sambaquis às grutas de Lagoa Santa e aos tesos de Marajó, classificou-os a todos como *jazidas paleontológicas*, distintas das *jazidas neo-etnológicas*, tais como os aldeamentos cerâmicos, muito mais recentes, tentando obter uma datação relativa desses sítios, pela análise dos teores de cálcio, fósforo e matéria orgânica nas ossadas humanas recuperadas, sem resultados conclusivos.

Juntamente com Everardo Backeuser, que o antecedeu, e com Othon Henry Leonardos, que em 1938 acabaria com a disputa entre as correntes naturalista e artificialista, Sílvio Froes de Abreu foi o principal responsável pela consolidação do paradigma geomorfológico na arqueologia brasileira, seguido, entre outros, por Teixeira Guerra, Mezzalana, Bigarella, Ab'Sáber, Paula Couto, Suguio e outros, tendo publicado,

até 1944, mais de uma dezena de artigos sobre o assunto e sobre arte rupestre.

Entre Froes de Abreu e Leonardos, a produtividade manteve-se estável. Devem ser citados Anibal Mascarenhas, que faz uma síntese sobre sambaquis em 1927, mesmo ano em que J.B. Steere pesquisou os sambaquis fluviais do Tocantins e Amazonas, Heloisa Alberto Torres, que escavou o casqueiro do Iriri em Magé (Rio de Janeiro) (1929), e Rudolph Gliesch, que descreveu os sambaquis gaúchos em 1930.

Trabalhos genéricos ou de cunho didático também começam a surgir. Estão neste caso R. Oliseh (1930), J. Boppré (1933), Moisés Gicovate (1933) e Ruy W. Tibiriçá (1935). Monografias de algum interesse são, ainda, as de V. Lebzelter (1933), sobre os sambaquis de Santos e Iguape (São Paulo), Paulino de Almeida (1935 e 1946), também sobre os sambaquis paulistas, Manoel Rodrigues Ferreira (1936), sobre os de Vitória (Espírito Santo), e A. Augusto de Miranda (1938), sobre os sambaquis do delta paraibano.

Em 1937, o estudo dos sambaquis receberia extraordinário impulso, com os estudos do argentino Antonio Serrano¹²² sobre a arqueologia do Brasil meridional. Como observa J.P. Brochado¹²³, ele chegou a modificar completamente a percepção dos problemas arqueológicos desta área, identificando cinco regiões arqueológicas culturalmente distintas. Já em 1938, Serrano havia publicado mais de 15 artigos sobre vários aspectos da arqueologia brasileira, estabelecendo novas linhas de pesquisa ao agrupar os sambaquis em quatro *facies* distintas: meridional, arcaica, média e amazônica¹²².

É neste mesmo ano, no entanto, que Othon Henry Leonardos, em grande parte estimulado por Heloisa Alberto Torres, publica seu trabalho seminal¹¹⁷.

Iniciando-o de modo até humilde, ao informar que as notas apresentadas não são um estudo propriamente dito, mas o resultado de ligeiras observações feitas à margem de outras atividades, Leonardos procede à mais rigorosa revisão de literatura feita até então. Após descrever a situação de tais estudos em outros países, Leonardos enfrenta de imediato o problema dos concheiros naturais ou falsos sambaquis, que descreve com rigor científico, o mesmo fazendo com os sambaquis propriamente ditos e os sambaquis mistos, patamar a partir do qual repassa toda a polêmica entre as correntes naturalista e artificialista, até posicionar-se em favor desta última. Não é sem um toque de humor que refuta, um a um, todos os argumentos de Ihering, Ameghino, Calixto e Backeuser, reco-

nhecendo que, no campo, muitas vezes, o cientista de laboratório é mau decifrador da natureza, e chegando a revelar que Froes de Abreu muito se divertia com a teoria dos naufrágios, utilizada por Ihering para explicar a presença dos ossos humanos nos sambaquis. Em seguida, faz um balanço das principais questões sobre o assunto, consolidando-as: raças sambaqueiras e origens do homem americano, sambaquis e levantamento da costa, idade dos sambaquis, valor econômico, distribuição geográfica e conteúdo cultural, propiciando uma completa descrição do *estado da arte* em 1938.

Infelizmente, este eminente geólogo só voltaria a se interessar pela arqueologia em 1972, quando propôs um currículo básico para um curso de graduação em arqueologia, não mais voltando a publicar nada sobre o assunto.

Face à destruição intensa que vinham sofrendo os sambaquis, as pesquisas tornavam-se cada vez mais urgentes. Em 1939, o Barão O. de Fiori publicaria os resultados de escavações sobre os sambaquis de São Paulo, o mesmo fazendo Ettore Biocca, A. Hoge e G. Schreiber, dois anos depois, relatando o que restou do sambaqui do Mar Casado (São Paulo), o qual, já em 1938, época das escavações, encontrava-se seriamente danificado.

Ainda em 1941, Ruy W. Tibiriçá publica o seu **Homem do Sambaqui**, e, em 1942, Luiz de Castro Faria, já no Museu Nacional, une-se aos defensores da preservação destes sítios, como se verá adiante. Seguem-se, em 1944, os trabalhos de Antonio J. Ribeiro e L. Catriu, este último recomendando o aproveitamento econômico dos sambaquis do Maranhão, posição que reveria em '53, quando passa a defender a sua preservação, e um último trabalho de Backeuser, em 1945.

Já em 1947, Paulino de Almeida volta a discutir os sambaquis como indicadores do recuo do mar, e Sérgio Mezzalana realiza e publica os resultados de escavações arqueológicas em sambaquis do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto João José Bigarella inicia sua vasta contribuição ao assunto, e Alberto Ribeiro Lamego começa a descrever os sambaquis da restinga norte-fluminense. São, todos, geólogos ou geógrafos, o que demonstra a importância que tiveram tais profissionais na consolidação desta linha de pesquisa. Em 1949, registram-se ainda os trabalhos de Carlos Borges Schmitz.

Por esta mesma época, o antropólogo português Antonio A. Mendes Corrêa publicaria seu trabalho sobre os crânios dos sambaquis, o mesmo fazendo Emílio Willens e Herbert Baldus em 1950, que afirmam

tratar-se de população heterogênea, negando a existência do *Homem do Sambaqui* como unidade antropológica. É este, também, o ano em que João Alfredo Rohr inicia suas pesquisas em Santa Catarina, o mesmo fazendo Luiz de Castro Faria em cabeçuda, José Silvestre publica uma síntese sobre os sambaquis do nordeste e Antonio Teixeira Guerra retoma a discussão da relação entre os sambaquis e a variação do nível do oceano, com base nas pesquisas que desenvolve em Santa Catarina e no Rio de Janeiro.

Com a década de '50, Ruy Osório de Freitas volta a utilizar-se dos sambaquis, na sua discussão sobre a moderna tectônica do Brasil, enquanto que em 1952, Ascânio Ilo Frediani descreve os sambaquis de Torres (Rio Grande do Sul), e Paulo Duarte, acompanhando Paul Rivet, escava um sambaqui em Cananéia (São Paulo), reforçando o paradigma etnográfico aplicado ao estudo destes testemunhos. Também no Paraná, as primeiras escavações sistemáticas estão sendo desenvolvidas, no sambaqui do Araújo II, por Adam Orsich de Slavetich e Elfriede Orsich, que mais tarde trabalhariam no litoral do Espírito Santo²⁵⁵.

Ainda no Paraná, e em Santa Catarina, é também, por esta época, que Guilherme Tiburtius inicia suas pesquisas, basicamente sobre sambaquis, as quais estender-se-iam até a década de '60.

*"Visitando periodicamente os sítios em fase de destruição, fazia croquis de cortes: suas notas são repletas de informações preciosas. Ajudado pelo conhecido geógrafo paranaense João José Bigarella e sua esposa, publicou um grande número de artigos: monografias de sítios hoje arrasados, esboços de tipologia e análises químicas de materiais"*⁶².

A associação entre Paul Rivet e Paulo Duarte, no entanto, revelar-se-ia extremamente proveitosa para a arqueologia brasileira, iniciando os entendimentos para a concretização de uma missão franco-brasileira para escavar, em moldes científicos modernos, e antes do Congresso de Americanistas, um destes sítios paulistas.

Assim, em fins de abril de 1954, chega a São Paulo o arqueólogo francês Joseph Empereire, o qual, de imediato, passou a escavar, com controle estratigráfico, o sambaqui de Maratuá, Ilha de Santo Amaro, que acabaria por ser o primeiro sítio arqueológico brasileiro a ser datado pelo método do C¹⁴. Neste mesmo ano, uma boa síntese sobre o assunto seria publicada por Mário Barata, no seu *O Homem do Sambaqui*.

Em 1955, Joseph Empereire retorna ao Brasil, com sua mulher Annette, retomando as pesquisas e publicando, no ano seguinte, uma síntese

se sobre os sambaquis do Brasil meridional. Ao mesmo tempo, José Loureiro Fernandes inicia escavações em sambaquis do Paraná, as quais seriam prosseguidas por Oldemar Blasi, que publica seus primeiros resultados em 1957, encetando, logo depois, juntamente com Wesley R. Hurt, as escavações do sambaqui do Macedo.

Por esta época, os Emperaire¹⁶², por acordo entre a Comissão de Pré-história de São Paulo e o Instituto de Pesquisas do Paraná, já estavam realizando escavações em sambaquis do litoral paranaense, enquanto que Paulo Duarte prosseguia com os estudos em Cananéia. Ainda em '57, Hannfrit Putzer volta a discutir as relações entre os sambaquis e os movimentos epirogenéticos, e, pouco depois (1959), Ernesto de Mello Salles Cunha¹⁶⁷, começava a publicar os resultados de suas investigações no Rio de Janeiro, voltadas principalmente para a paleopatologia dentária, iniciando uma contribuição que se estenderia por mais de 25 trabalhos, enquanto que Osvaldo F.A. Menghin, arqueólogo argentino dava início às suas pesquisas no Brasil, publicando um primeiro artigo sobre os sambaquis em 1961, mesmo ano em que Alan L. Bryan começa a escavar no sambaqui Forte Marechal Luz, em Santa Catarina.

Do ponto de vista do estudo dos sambaquis, portanto, o período se encerra com dois núcleos principais. Um, em São Paulo, estimulado por Paulo Duarte. Outro, no Paraná, integrado por três grupos independentes: o do Instituto de Pesquisas, com Loureiro Fernandes, o do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas com João José Bigarella e outros, que atuava principalmente em Santa Catarina, e o Museu Paranaense, estimulado por Hurt a retomar as pesquisas arqueológicas. Em Santa Catarina, João Alfredo Rohr, pressionado por suas obrigações didáticas e eclesiásticas, mantinha as observações em ritmo muito lento. No Rio de Janeiro, Salles Cunha desenvolvia um programa autônomo, desvinculado de instituições de pesquisas, o mesmo ocorrendo no restante do país, onde somente pesquisadores avulsos se apresentam, com os três principais museus completamente paralisados.

Também o estudo da arte rupestre inicia o século no bojo de uma grande polêmica, opondo aqueles que não lhe davam maior valor, aos que lhe buscavam significados os mais recônditos, estes últimos, por sua vez, divididos entre os que a viam como forma degradada de escrita, e os que a reconheciam como uma proto-escrita, origem de todas as formas de escrita do mundo.

Assim, já em 1900, Ermano Stradelli, conde italiano, que se radicara no Amazonas em 1879, divulga, na Itália, as inscrições do rio Uaupés. Antes, havia sido fervoroso adepto da corrente que considerava a

arte rupestre como produto do *ludus hominis*, simples rabiscos inconseqüentes (VI Congresso Internacional de Americanistas, Turim, 1886). Agora, após haver compilado seu gigantesco vocabulário *nheengatu* e uma quantidade muito grande de lendas indígenas, assumia, aos poucos, a convicção de que tal divertimento consistia-se em tarefa ciclópica¹²⁵.

Dedicou-se, então, à interpretação da arte rupestre, com base nas explicações que obtinha dos índios, criando uma chave segundo a qual os desenhos indicariam ordens de marcha, existência de víveres, segurança de posse, representações de deuses, instrumentos musicais, armas, animais, adornos, etc.

Pela mesma época, no entanto, também Theodor Koch-Grünberg, diretor do Museu de Etnografia de Stuttgart, dedicava-se a recolher informações sobre a arqueologia do alto Amazonas em geral, e sobre a arte rupestre do alto rio Negro, Uaupés e Orenoco, negando qualquer intuito de estabelecer comunicação a este gênero de evidências, que seriam, antes de tudo, produto do ócio⁶⁵. Para ele, quando um índio desenhava, estava apenas se distraindo, repreendendo a Stradelli, a quem chamava de *noveleiro*, convencido de que os desenhos nada significavam.

Desde então, estas duas inteligências poderosas, que haviam investigado as mesmas evidências, se digladiam através de suas publicações. Ambos morreriam no Amazonas, sem ver dirimida esta pendência. Stradelli, destruído pela lepra, faleceu em Manaus, em 1926, deixando mais de 22 livros e artigos sobre arqueologia, e etnologia, 8 mapas e numerosos estudos jurídicos. Koch-Grünberg, dois anos antes, em Vista Alegre, quando acompanhava a expedição de Hamilton Rice, deixando mais de 40 volumes sobre suas pesquisas no Brasil. Stradelli influenciou diretamente o pensamento de Antonio Serrano e Teodoro Sampaio. Koch-Grünberg teve suas idéias defendidas por Alfredo de Carvalho e Angyone Costa.

À margem deste debate, numerosos autores foram descrevendo a arte rupestre brasileira, durante toda a primeira década do século, ainda por força da progressiva expansão das frentes pioneiras de exploração territorial. Assim, já em 1901 O. Coudreau divulgava desenhos e fotografias dos petróglifos do baixo Amazonas, Trombetas e Cuminá, em 1904 J.B. Regueira da Costa traduzia e fazia publicar, em Pernambuco, o trabalho de J. Casper Branner, e Sebastião de Vasconcellos Galvão, em 1908, descrevia numerosas manifestações da arte rupestre pernambucana, classificando-as como "curiosidades naturais" no seu *Dicionário Chorographico*.

Somente em 1909, Cassio Humberto Lanari estudou as lapas de Minas Gerais, Francisco Soares da Silva Retumba copiou e divulgou os petroglifos de Pedra Lavrada, Paraíba, que acreditava representarem constelações celestes, José Fábio da Costa Lyra descreveu as antigüidades do Brasil com particular ênfase para a arte rupestre, Tristão de Alencar Araripe divulgou nova série de sítios deste tipo, e Alfredo de Carvalho publicou sua **Pré-história Sul-Americana**, uma apaixonada defesa das idéias de Koch-Grünberg¹²⁶ motivada por artigos de S. Brito e Armínio de Mello Franco¹²⁶, que filiavam-se à corrente de Stradelli.

Conquanto, pelo título, possa parecer um texto genérico, o trabalho de Alfredo de Carvalho dedica-se exclusivamente à arte rupestre, passando em revista, nas suas mais de 160 páginas, tudo o que até então se escrevera sobre o assunto, incluindo 114 referências bibliográficas. Lamentavelmente, preocupado em atacar Stradelli, a quem atribui a mais desenfreada fantasia, e ocupando-se em contestar todas as interpretações até então formuladas, inclusive as de Martius e Hartt, Alfredo de Carvalho não confere, ao seu erudito estudo, a necessária neutralidade científica.

Tal produtividade atesta, de forma incisiva, a preocupação para com este tema, por parte dos intelectuais da época. Na década seguinte, no entanto, tal produção seria um pouco menor, com Max Schmidt dando prosseguimento a seus estudos — petroglifos do Morro do Triunfo (Mato Grosso) — e aprofundando-se o debate, inócuo, sobre as pretensas inscrições fenícias da Pedra da Gávea (Rio de Janeiro).

Ainda assim, em 1913 o Barão Homem de Melo estuda as pinturas de São Thomé das Letras (Minas Gerais), e, em 1914, Alfredo Brandão publica sua primeira coleção de petroglifos da área de Viçosa (Alagoas), convencido de que tais testemunhos eram uma forma de escrita e comparando-os com escritas antigas de todas as partes do mundo. A partir daí, considera tais evidências como uma forma pré-histórica de escrita, dividindo os sinais em grupos e atribuindo-lhes significados, até conseguir **decifrar** algumas inscrições, as quais associa a uma civilização megalítica que descenderia da Atlântida, advertindo para o fato de que neles se encontrava, intacta, a magia, a ciência e a história dos primitivos habitantes do Brasil¹²⁷, proposições que enfatizaria em 1937, no seu livro **A Escripta Prehistorica do Brasil**.

Enquanto Alfredo Brandão dedica-se a embaralhar esta área de pesquisas, já em 1915, Theodoro Sampaio, iniciando sua fase mais produtiva, procede a uma quase completa revisão de literatura sobre a con-

tribuição dos naturalistas viajantes ao conhecimento da arqueologia brasileira⁶⁵.

Tendo, também, procurado as cidades perdidas, Theodoro Sampaio logo se convenceu de que não existiam, dedicando-se ao estudo da arqueologia baiana, tendo descrito a cerâmica do rio Paranapanema e a arte rupestre regional, além da do Outeiro do Cantagalo (Pará).

Em seu trabalho **Arqueologia Brasileira**, de 1922, uma síntese do que até então se fizera, Theodoro Sampaio reconhece que

*"não é um rico cabedal archeológico que até aqui temos conseguido reunir de procedência indígena. Aos primeiros trabalhos propriamente archeológicos realizados por Ferreira Penna, Steere, Derby e Ladisláu Netto, no decennio que se seguiu a 1870, no Baixo Amazonas, em Marajó, Maracá, Santarém, Miracãuera, quasi só ha a accrescentar os de Barbosa Rodrigues e os do Museu Goeldi, do Estado do Pará, na mesma região. Os estudos deste genero estacionam entre nós por muitos annos, e só um feliz achado ou uma descoberta de maior vulto os poderá reanimar outra vez..."*⁶⁵.

Este marasmo sentido por Theodoro Sampaio, na verdade, não era tão grave, mas não deixava de existir. A Primeira Guerra Mundial trouxera para a ordem do dia toda uma série de novos problemas, dando oportunidade aos brasileiros de reafirmar seu nacionalismo por outros meios que não aqueles envolvidos com a busca do passado. A partir de então, a arqueologia perde espaço nos veículos de comunicação de massa, passando a ser disseminada cada vez mais, através de publicações científicas multidisciplinares ou de áreas conexas, quase todas do sul e sudeste.

Embora equivocado neste aspecto, até por, aparentemente, desconhecer a produção do sul do país, mais voltada para os sambaquis, Theodoro Sampaio foi um incansável defensor da arte rupestre, à qual "maior valor se deve conferir que o de *ludus hominis*". Afastando as interpretações mais abrangentes, ele se fixa na hipótese de que representariam o nome do índio morto e de sua descendência, uma espécie de lápide mortuária, lançando-se à sua tradução, com base em vocabulários tupi e nheengatu.

Pela mesma época, outros pesquisadores divulgavam seus resultados. Em 1922, J.A. Corrêa de Araújo descreveu as inscrições lapidares de Pernambuco, seguido de Mário Melo, ainda no mesmo ano. Em 1924,

Luciano Jacques de Moraes, por sua vez, publicava seu **Inscrições Rupestres do Brasil**, basicamente sobre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, assumindo as posições teóricas de Koch-Grünberg. No ano seguinte, Carlos Studart Filho divulgava novas sinalações de Pernambuco, voltando ao assunto em 1927, quando Sílvio Froes Abreu descreveu as inscrições da Serra da Onça, J.T. de Barros as da Bahia e Apollinário Frot apresentou uma visão de conjunto sobre esta área de pesquisa. Em 1928, será a vez de Mário Mello estudar os litoglifos de Vila Bela (Pernambuco), ao mesmo tempo que Gustavo Barroso inicia as suas atividades, registrando as "inscrições primitivas" do Ceará.

Em 1930, finalmente, veio à luz o primeiro volume da monumental obra de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos¹²⁹, mandado editar postumamente pelo Congresso Nacional (Decreto 5.572 de 14/11/28). O segundo volume apareceria em 1939, e, em conjunto, representam o ápice da tendência a se atribuir aos gregos e fenícios a autoria da arte rupestre brasileira, que Bernardo Ramos "traduz" ao longo de suas mais de mil páginas, em textos sempre fortemente marcados pelo misticismo.

Homem do seu tempo, Bernardo Ramos não errou sozinho, e o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, em Parecer que seria, indiretamente, aceito pelo Congresso Nacional, reconhecia ter existido no Brasil uma civilização trazida pelos gregos e fenícios, "visto que, os desenhos rupestres, por sua precisão e simetria, jamais poderiam ser feitos pelas tribus indígenas existentes à época da descoberta do Brasil"¹²⁹.

Bernardo Ramos deixou considerável quantidade de informações sobre sítios arqueológicos no Amazonas, mas seus postulados não têm maiores conseqüências para o conhecimento científico da pré-história brasileira. Na verdade, apenas geraram uma onda de interpretações equívocas, que receberam forte apoio de Alfredo Brandão, acabando por jogar ao descrédito esta linha *interpretativa* de pesquisa, que somente seria retomada na década de '70, a tal ponto que, Angyone Costa, ao intentar sua síntese sobre a arqueologia, como se verá adiante, considerou a arte rupestre como "material suspeito", junto com as cidades perdidas.

Os levantamentos arqueográficos, no entanto, prosseguiram. Ainda em 1930, Ruber van der Linder registrava a Pedra do Navio (Pernambuco), e J. Vellard, em 1931, descrevia os petroglifos do Araguaia, seguindo-se A.A. Mendes Corrêa, que em 1932 produziu um típico estudo de **gabinete** sobre o significado deste gênero de testemunho.

Apesar de todo descrédito, já em 1937 surgia uma primeira visão estritamente antropológica da arte rupestre, quando Herbert Baldus¹⁶⁵

publica sua descrição das pinturas de Sant'Ana da Chapada. Pela mesma época, na Paraíba, Leon Clerot começa a se interessar pelo assunto, e monsenhor Frederico Lunardi, principalmente através da sua correspondência pessoal, passa a divulgar seus achados em Mato Grosso. Em 1938, será a vez de J. Tupi Caldas registrar tais manifestações no Rio Grande do Sul, enquanto Pio Otoni Jr. retoma o tema de São Thomé das Letras, seguindo-se, no ano seguinte, as pesquisas de A. Russel Wallace, que copia uma grande quantidade de inscrições da margem esquerda do rio Amazonas e tributários, julgando-as muito antigas, porque os índios não tinham qualquer lembrança da sua origem. Infelizmente, toda a sua documentação iconográfica perdeu-se no incêndio do navio em que viajava.

Seria a partir de 1941, no entanto, que José Anthero Pereira Jr.¹³⁰ encetaria a publicação dos resultados de suas observações, tendo chegado a mais de 60 artigos ou livros. Embora tenha abordado todos os temas da arqueologia brasileira, como se verá adiante, Anthero dedicou substancial parte de seus esforços à arte rupestre, refutando as teorias que lhe atribuíam origens míticas — fenícios, holandeses, ciganos, atlântidas, etc — e classificando-a quanto à técnica e ao estilo, propondo metodologia analítica que, em suas linhas gerais, ainda está em uso na atualidade.

Segue-se, em '42, o levantamento de Henry Koster para o nordeste setentrional, e, em '43, a descrição dos lajedos gravados do rio Tocantins, por Lysias Rodrigues, que achava que representavam "o aspecto do céu em Áries".

No ano seguinte, Luciano Jacques de Moraes voltaria ao tema, declarando que na Pedra da Gávea, o que existiam eram pseudo-inscrições fenícias produzidas pela erosão, esperando, assim, por um ponto final na teoria fenícia, enquanto que Braz Dias de Aguiar descrevia as gravações de Itaquatiá (Minas Gerais), retomando uma pesquisa que fora iniciada por José Bonifácio de Andrade e Silva, e que acabaria por levar Anthero Pereira Jr. a propôr uma relação direta entre as inscrições rupestres brasileiras e as *tabuinhas* da Ilha de Páscoa — Kohau Hongo-hongo.

Também no nordeste o assunto continuava a merecer atenção, motivando cartas, notas, notícias e artigos, publicados principalmente nas revistas dos numerosos Institutos Históricos e Geográficos. Apenas em 1946, Clóvis Lima, o cônego Florentino Barbosa e o padre Francisco de Lima, independentemente, descreveram numerosos sítios com arte rupestre da Paraíba.

É esta, também, a época em que Josaphat de Paula Penna inicia sua paciente documentação da arte rupestre mineira. Para o final do período, no entanto, esta linha de pesquisa nada mais acrescenta de novo. Deve-se mencionar as contribuições de Odorico Rodrigues de Albuquerque, sobre a serra da Escama, Óbidos, em 1952, a contribuição de Thomaz Pompeu Sobrinho, em 1954, sobre o Ceará, a de Odetto Guersoni, sobre Cerca Grande (Minas Gerais), em 1957, e, finalmente, as pesquisas de Marcos Magalhães Rubinger, também em Minas, o qual só teria a sua obra publicada em 1979.

O tema, portanto, encerra o período exaurido, excessão feita para o trabalho de José Anthero Pereira Jr.

Aparentemente, buscando crescente profissionalização e posturas mais explicitamente científicas, os arqueólogos de então não desejavam ver-se confundidos com aventureiros ou caçadores de tesouros, nem com místicos e fantasistas, preferindo afastar-se de assunto tão polêmico.

No que diz respeito à arqueologia amazônica, esta, no início do século, está subordinada ao estudo da arte rupestre, como foi visto. Um bom exemplo disto, é a obra em 3 volumes de Hamilton Rice, médico e milionário norte-americano, que percorreu a região entre 1909 e 1925, a serviço da American Geographical Society.

Também em 1909, seriam retomadas as escavações em Marajó, por Erland Nordenskiöld, para o Museu de Gottemburg, Suécia, que teriam prosseguimento em 1913/14, quando escavou também os sítios de Maracá, Amapá. Seus resultados estão publicados em **Ars Americana**, onde, entre outros assuntos, reproduz os muiraquitãs adquiridos por Curt Nimuendaju e publica um mapa sobre os principais centros arqueológicos brasileiros.

Seguem-se, em 1910, J.F. Betendorf, que escava em Santarém, e, entre 1914/16, W.F. Farabee, do Museu de Filadélfia, USA, que desenvolve pesquisas em Marajó. O padre Camillo Torrend, por sua vez, em 1919 registra novos muiraquitãs, e, em 1922, Emília Snethlage, alemã à serviço do Museu Paraense, encerra seus estudos na região, mesmo ano em que Luciano Pereira da Silva descreve o cemitério com urnas ao lado do Forte da Barra, no núcleo urbano de Manaus, hoje completamente destruído.

Novos estudos sobre muiraquitãs são publicados por Hofrat Fraws Heger, em 1924, ao mesmo tempo em que iniciam-se as pesquisas de Antenor de Moraes Coutinho, que não levaram a maiores resultados. Em 1927, J.B. Steere, e, em 1928, Alfred Metraux, começam a publicar seus

resultados, o mesmo fazendo Heloisa Alberto Torres, primeira mulher a escavar no Pacoval, em 1929, mesmo ano em que Curt Nimuendaju divulga os resultados de suas escavações nos sítios do Cunani e expande a área de observações, até estudar, anos mais tarde, a cultura tapajônica (Santarém). Ainda em 1929, Antonio Mordini publica seu estudo sobre as tangas marajoaras, seguindo-se trabalhos sobre esculturas líticas e outros temas regionais, até 1947, quando volta a se dedicar à cultura marajoara, concluindo pela involução cultural do grupo.

Neste interregno, Raimundo de Moraes começara a publicar, a partir de 1931, suas sínteses regionais, das quais destacam-se **O País das Pedras Verdes** e **O Homem do Pacoval**¹³². A década, no entanto, é fortemente marcada pelos achados de Nimuendaju.

Publicam artigos sobre a cultura tapajônica, ainda, Alden Mason (1935), Antonio B. Rossani (1938) e Carlos Estevão de Oliveira (1939). Observações genéricas são feitas por Victor Oppenheim (1936). Estudos estilísticos ou estéticos também se multiplicam, dando origem a uma nova abordagem neste gênero de estudos. Aqui incluem-se os trabalhos de Marina Vasconcelos (1939) sobre a cerâmica de Marajó, as duas obras de Gastão Cruls¹³³, **Arqueologia Amazônia**, em '42, e **Hiléia Amazônica**, em '44, nas quais intenta uma síntese regional, o artigo de Lourdes de Andrade Toledo (1942), e a obra de Frederico Barata¹³⁴, iniciada em 1944, que também se dedica a uma análise estilística da cerâmica de Santarém, além dos estudos de João Barbosa Rodrigues sobre a cerâmica dos rios Trombeta e Jamundá (1946).

O trabalho de Cruls, em particular a sua **Hiléia**, merecem ser tidos como das mais completas análises sobre as culturas arqueológicas amazônicas, sintetizando todo o conhecimento até então disponível, com base em revisão de literatura que inclui mais de 75 referências, e em viagens feitas à região, além de informações pessoais de Curt Nimuendaju e Heloisa Alberto Torres. Infelizmente, a primeira edição, com tiragem reduzidíssima e muito encarecida pelas excelentes aquarelas, fez com que permanecesse praticamente desconhecida por muito tempo, até aparecer uma segunda edição, já na década de '50.

Por volta de 1935, no entanto, já Helen Palmatary iniciara seus estudos amazônicos, em coleções norte-americanas e suecas, que culminariam com a publicação de uma série de artigos de importância fundamental para o conhecimento estilístico da cerâmica de Marajó (1949) e de Santarém (1960), além das suas possíveis correlações com outras cerâmicas americanas. Palmatary estudaria praticamente todas as coleções do mundo, e viria três vezes ao Brasil. Na segunda, à época que o Museu

Paraense era dirigido por Carlos Estevão de Oliveira, percorreu o rio Arari. Na última, em 1953, quando Antonio Bordalo da Silva era o diretor do Museu, esteve em Santarém e outros locais, acompanhado, dentre outros, por Peter Paul Hilbert. A sua obra, que inclui um minucioso inventário das peças e uma excelente documentação iconográfica, talvez pela dificuldade de acesso, jamais teve grande ressonância entre os arqueólogos brasileiros, excessão feita para aqueles vinculados ao enfoque artístico ou estético¹³⁵.

Um pouco antes da última viagem de Palmatary, no entanto, já Betty J. Meggers e Clifford Evans¹³⁶ haviam iniciado escavações sistemáticas na área do baixo Amazonas, especialmente na ilha de Marajó (1948), surgindo, a partir de então, uma estreita relação entre estes dois pesquisadores e o Brasil, que estender-se-ia até a atualidade, com profundos reflexos sobre a arqueologia nacional, como se verá.

Quase como consequência dos trabalhos de Palmatary e de Meggers e Evans, o arqueólogo que os acompanhara, Peter Paul Hilbert, permaneceu na Seção de Arqueologia do Museu Paraense, tendo publicado, a partir de então, mais de 10 artigos, inicialmente através do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, mais tarde absorvido pelo próprio museu, tendo, ainda, continuado a acompanhar outros pesquisadores, como a missão do Museu Paulista, integrada por Harald Schultz e Myrthes Nogueira, que explorou, entre janeiro e março de 1950, a zona dos tesos do igarapé dos Camutins, os tesos do Severino e a ilha do Pacoval¹³⁷.

Pouco depois, também Elizabeth K. Easby começava a divulgar seus resultados sobre Santarém (1952), assim como Etta Becker-Donner (1956/58) e Wanda Hanke (1959), até que, em 1961, Gertrude E. Dole pesquisa o alto Xingu, época em que Protássio Friel e Eduardo Galvão começam suas observações etnológicas, registrando, eventualmente, aspectos arqueológicos das áreas em que trabalharam.

Também outros temas da arqueologia brasileira começam a ser estudados neste período.

Ihering, por exemplo, examina os montículos funerários de Amargosa (Bahia), enquanto Carlos Teschauer e Ambrósio Schupp, ambos padres jesuítas, publicam, entre 1901 e 1904, vários artigos sobre a arqueologia do Rio Grande do Sul, prosseguindo, o primeiro, até 1929, quando procede a um amplo balanço da contribuição dos naturalistas viajantes ao conhecimento da etnografia indígena.

Seguem-se trabalhos de Paul Rivet, que em 1908 publica seus resultados sobre a raça de Lagoa Santa, e, em 1912, Frederico C. Mayntz-

husen, que registra urnas Guarani no alto Paraná, mesmo ano em que João Coelho Gomes Ribeiro descreve o ídolo antropomorfo de Iguape (São Paulo). Os estudos de antropologia física aplicada à arqueologia, por sua vez, recebem grande impulso e E. Roquette-Pinto, a partir de 1913, estuda o material proveniente do sambaqui de Guaratiba (Rio de Janeiro), mesmo ano em que novas pesquisas em território gaúcho são divulgadas por Hugo Luedecker, com Jorge Clarke Bleyer fazendo o mesmo para o planalto, e logo após, em 1917, com José Franco Grillo estudando a arqueologia do Paraná.

No nordeste, em 1917, Bernardino J. de Souza registra urnas funerárias na Bahia, Felipe de Araújo Sampaio, em 1918, partindo do achado de ossadas humanas em 1860, recupera e descreve novos restos diretos das grutas de Quixadá (Ceará), e, em 1923, Raymundo Lopes publica os resultados de suas pesquisas sobre as esteiarias do Maranhão abrindo nova frente de pesquisas, tendo sido o primeiro pesquisador a intentar uma sistematização do conhecimento sobre as pontas-de-arremesso em sílex lascado do Brasil, estudos que desenvolveria até 1956¹³⁸.

Contribuições importantes, para a época, são as de Sigval Linné (1925), baseado nos dados de Curt Nimuendaju, de A.A. Mendes Corrêa, propondo nova via de povoamento da América que confere destacado papel ao território brasileiro, de Jorge Clarke Bleyer, que em 1928 investigou o homem pré-histórico do Brasil meridional, discutindo o canibalismo dos aborígenes de Santa Catarina, e de S. Riden, sobre os machados semi-lunares, principalmente do norte e nordeste¹⁴².

Foi a partir de 1926, no entanto, que Jorge Augusto Padberg-Drenkpol, arqueólogo austríaco contratado pelo Museu Nacional, iniciaria suas escavações na área de Lagoa Santa, preocupado com o debate mundial sobre a antiguidade do homem americano. Padberg-Drenkpol não encontrou evidências de associação entre o homem e a fauna extinta, e nada publicou sobre arqueologia brasileira, levando o setor de arqueologia do museu a um longo período de imobilidade. Sequer formou discípulos brasileiros, e suas escavações na área frontal da gruta de Confins, conhecidas através dos relatórios arquivados na sua instituição, somente tiveram o mérito de despertar o interesse da intelectualidade mineira para o problema. Assim, já em 1929, Arnaldo Cathoud apresentava comunicação à Academia de Ciências de Minas Gerais, sobre um crânio fóssil, catalizando o interesse de Anibal Mattos e H.V. Walter, os quais, a partir de 1933, já estavam escavando na área.

Seria Anibal Mattos quem daria contribuição mais volumosa. Diretor por muito tempo da Escola de Belas Artes e Arquitetura de Belo Hori-

zonte e da série **Biblioteca Mineira de Cultura**, das Edições Apollo, todas por ele criadas, Mattos, começou a aglutinar numerosos intelectuais mineiros preocupados com a arqueologia de Lagoa Santa, até que, em 1934, quando presidente da Academia Mineira de Letras, fundou ali a Academia de Ciências, como parte das comemorações nacionais pelo centenário de Peter Lund, a qual se constituiu em ativo núcleo de pesquisas arqueológicas regionais. Mattos publicou mais de 25 livros e artigos sobre arqueologia brasileira, destacando-se sua contribuição ao **Handbook of South American Indians** e uma síntese da arqueologia brasileira, **Pré-história Brasileira**¹³⁹, de 1939, editada na coleção Brasileira.

Harold V. Walter¹⁴⁰, outro membro da Academia por sua vez, realizou extensas escavações na área, publicando cerca de uma dezena de artigos e livros, enquanto que Arnaldo Cathoud, mais preocupado com restos diretos e o seu hipotético "Homem de Confins" pleistocênico¹⁴¹ teve uma produção menor, em torno de 5 contribuições.

Eram, todos, cientistas do seu tempo, sintonizados com os avanços metodológicos de então. Walter, em particular, preocupou-se com introduzir análises tipológicas dos materiais recuperados, e chegou, com o apoio de T.D. Steward, a tentar datar os ossos humanos de Confins, por recurso às dosagens dos teores de flúor, em 1955, propondo, logo após, um esquema evolutivo para a arqueologia regional.

As mudanças que se incrementavam na arqueologia de pós-guerra, aliadas a interesses paroquiais e a necessidade de afirmação dos grandes centros nacionais de pesquisas arqueológicas, que voltam a ficar ativos no final do período, com a chegada de numerosas missões estrangeiras, no entanto, impediu que este grupo prosseguisse com suas observações, acusados, que eram, de amadorismo e de destruidores dos sítios arqueológicos. Como observa André Prous,

*"a vinda, em 1956, de uma Missão Americano-Brasileira chefiada por W. Hurt poderia ter sido uma oportunidade para melhorar as técnicas utilizadas; contudo, resultou em mais um confronto entre amadores e profissionais"*⁶².

Desgostoso com a situação, A. Cathoud, aos poucos, abandonou seu interesse pela arqueologia. A. Mattos, da mesma forma, passou a pintar paisagens das grutas mineiras, de forma impressionista, com estilo forte, quase violento, até morrer, aos 89 anos, praticamente esquecido, em 1969. H.V. Walter ainda financiou algumas explorações feitas por operários, até falecer em 1976, após uma violenta polêmica com A.

Laming-Emperaire, chefe da Missão Franco-Brasileira, que iniciara escavações sistemáticas na região em 1974.

Quase a mesma trajetória tiveram outros membros mais ou menos próximos do grupo original. Josaphat de Paula Penna apresentaria, ainda, uma exposição das suas cópias das pinturas rupestres mineiras, e daquelas feitas por Alfredo Mucci, no II Encontro Intelectuais de São Paulo, em agosto de 1961. Marcos Magalhães Rubinger faleceria após o golpe militar de '64, por força dos maus-tratos recebidos. Hélio Diniz, descobridor de vários sítios e guia do grupo, se recolheria à sua residência, com sua importante coleção, que inclui numerosos e importantes espécimes de restos humanos fossilizados de Sumidouro, passando a hostilizar os *pesquisadores oficiais* e a dificultar-lhes o acesso a este material. Finalmente, Sigefredo Marques Soares, companheiro de Josaphat de Paula Penna no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicaria alguns artigos e um livro sobre a arte rupestre mineira, adotando uma linha interpretativa destas evidências e resgatando muito das anotações originais de Marcos Magalhães Rubinger.

A contribuição deste grupo mineiro não deve ser minimizada. Sentindo-se confiantes, a partir de suas observações, para contestar as teses de Padberg-Drenkpol, passam a advogar abertamente a contemporaneidade do homem com a fauna extinta, retomando as idéias de Lund.

É verdade que, pela mesma época, já Alfredo Castellanos (1932) e J. Bastos D'Ávila (1940), haviam reforçado a tese da existência de raça humana específica, muito antiga, a que denominavam *Homem de Lagoa Santa*, com base, principalmente, nas escavações de Ruy de Lima e Silva, Ney Vidal e Bastos D'Ávila, em duas grutas do vale do rio Ribeira da Mata, Carrancas (Minas Gerais), em 1937, onde exumaram cerca de 12 sepultamentos, mas foi o grupo da Academia de Ciências quem reinventou Lagoa Santa como área de pesquisas arqueológicas.

Em virtude desta polêmica, já em 1950 Clifford Evans publicava algumas notas sobre o assunto, o mesmo fazendo Paul Rivet, que visitou o região logo após os Encontros Intelectuais de São Paulo, enquanto que Carlos de Paula Couto, paleontólogo do Museu Nacional, se debruçava sobre o problema, partindo de sua outra ponta, a fauna extinta¹⁴⁶. O principal aporte, no entanto, seria de Wesley R. Hurt, que efetuou breves levantamentos durante o verão de 1955, elaborando um amplo projeto de escavações arqueológicas controladas, em seis sítios, a ser desenvolvido no ano seguinte, em Cerca Grande.

Desta missão de pesquisas, em 1956, participaram, além de Hurt, Oldemar Blasi, do Museu Paranaense, iniciando uma colaboração que,

como foi visto, estender-se-ia aos sambaquis do Paraná, Luiz de Castro Faria e Carlos de Paula Couto, do Museu Nacional, Fernando Altenfelder Silva e Gerson Danelli, vinculados à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, contando, ainda, com o apoio de Josaphat de Paula Penna na localização dos sítios arqueológicos. As escavações foram de agosto a dezembro¹⁴⁷, mas os resultados só foram publicados 13 anos depois, propiciando as datações radiocarbônicas mais antigas, até então obtidas para o Brasil, que atribuíam idade superior a 8.000 anos para a cultura lagossantense. Mas, ao refutar a contemporaneidade com a fauna extinta, tais resultados acabaram por acirrar a disposição do grupo mineiro, o qual embora não dispusesse de condições para obter datações semelhantes, possuía elementos de convicção derivados de suas escavações, já com algum controle estratigráfico, crescendo a polêmica em torno do assunto.

Esta questão seria resolvida muitos anos depois, por Annette Laming-Emperaire e a Missão Franco-Brasileira, que acabariam por dar ganho de causa aos membros da Academia de Ciências. Ao mesmo tempo que as grutas mineiras iam se tornando no principal centro arqueológico nacional, outros temas iam, também, surgindo e se desenvolvendo.

Assim, em 1938, Carlos Estevão de Oliveira¹⁴³ registrava o ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica (Pernambuco), primeiro sítio pré-cerâmico descoberto no nordeste, mais tarde estudado por Valentin Calderón. Seguiram-se trabalhos como o de Francisco Rodolfo Sinch (1940), sobre os tembetás, e o de Thomaz Pompeu Sobrinho, sobre os crânios humanos da serra da Canastra (Ceará), um dos quais, por sua espessura, deu origem à discussão sobre a presença do **Homo sapiens neanderthalensis** em território americano. Altamiro Nunes Pereira, por sua vez, registraria sítios arqueológicos no interior do Paraná (1942), o mesmo fazendo Admar Neves para o Espírito Santo (1943).

A partir de 1944, e até 1958, Carlos Ott¹⁴⁴, por sua vez, começa com suas contribuições à arqueologia baiana, que culminaria com uma razoável síntese sobre o assunto. Seguem-se trabalhos de Luiz Amaral (1946), uma admirável síntese etno-arqueológica¹⁴⁵, de Manuel Pereira de Godoy (1946), estudando a cerâmica paulista e procedendo à análise química da sua pintura, de Herbert Baldus ('46), sobre os artefatos líticos de São Paulo, de Balduino Rambo ('46) sobre arqueologia sul-riograndense, de Francisco de Aparício ('48) sobre a arqueologia do rio Paraná, de O.F. Cropani ('49) sobre a arqueologia de São José dos Campos (São Paulo), de Carlos Drumond ('50), com uma análise comparativa das cerâmicas arqueológicas brasileiras, de Octacílio Barbedo ('51) e de Ruy Osó-

rio de Freitas ('51), com mais informações sobre a cerâmica paulista, de Augusto Ruschi ('53) sobre artefatos líticos de Santa Thereza (Espírito Santo), V.M. Brandano ('54) sobre as artes plásticas indígenas do baixo curso do Paraná, e o estudo equivocado de F.L. de Azevedo Silva sobre a gênese dos povos americanos, misturando teosofia e arqueologia, que obteve bastante repercussão junto à imprensa.

Por esta época, Aziz Ab'Sáber (1953) havia estudado o páleo-arquipélado santista, propondo a existência de diversas ilhas, o que levou Paulo Duarte a se interrogar quanto à possibilidade dos sambaquis representarem clãs segregados, separados por braços de mar¹⁴⁸.

Pouco depois, José Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi iniciam suas pesquisas nos planaltos paranaenses, enquanto Eurico Theofilo Miller começa suas observações no Rio Grande do Sul e Pompeu Sobrinho publica uma síntese regional de grande importância, sobre o Ceará. E, logo em seguida, tornava-se público o primeiro caso de falsificação de peças arqueológicas no Brasil.

De fato, José Maria Cruxent, passando pelo Rio de Janeiro, percebeu que eram falsos numerosos artefatos líticos procedentes de Rio Claro (São Paulo) adquiridos pelo Museu Nacional — a conhecida coleção Gualter Martins — que se julgava ser a prova definitiva de que os caçadores antigos detectados em Lagoa Santa, estavam presentes em outros pontos do território brasileiro. Na medida em que Gualter Martins, um colecionador paulista, havia reunido tais artefatos por compra, Cruxent, acompanhado por Antonio dos Santos de Oliveira Jr., dirigiu-se para Rio Claro obtendo elementos comprobatórios de sua denúncia e gerando um sério problema para as teorias arqueológicas então vigentes¹⁴⁹.

Neste mesmo ano (1959), Pedro Ignácio Schmitz inicia a publicação dos resultados de suas pesquisas sobre os paradeiros guarani (Rio Grande do Sul), e, um ano depois, Ondemar Ferreira Dias Jr., estrearia com um artigo sobre os polidores líticos de Cabo Frio (Rio de Janeiro), seguidos logo depois por Igor Chmyz, no Paraná, e Aristides Neves, em Minas Gerais, que começam a divulgar seus resultados em 1961.

O que mais caracteriza este período, no entanto, são as tentativas de sínteses, motivadas pelo extraordinário acúmulo de dados não tratados, e os movimentos políticos visando a preservação do patrimônio arqueológico.

Quanto às sínteses, tanto regionais como temáticas, além das já mencionadas, devem ser destacadas a do Padre Raymundo Ulysses Penafort, já em 1900, da qual só foi publicado o primeiro volume, a de Nel-

son C. de Senna, em 1907, a de Anyone Costa, de 1934, e as de Estevão Pinto (1935), Anibal Mattos (1936) e Mário Barata (1952), podendo-se mencionar, ainda, os trabalhos de Fernando Taddei (1919), Júlio Trajano de Moura (1928), Henrique Jorge Hurley (1931) e José Magarinos (1933).

O trabalho de Senna, **A Idade da Pedra no Brasil**, surpreende por seu formato moderno, começando com uma bibliografia crítica "dos principais autores citados e dos que devem ser consultados para o estudo do assunto", e prosseguindo com uma avaliação de tais estudos, onde repassa a contribuição de Lund e de Ferreira Penna, aos quais o trabalho é dedicado, avalia a contribuição dos naturalistas viajantes e discute os monumentos e os vestígios pré-históricos, das grutas aos sambaquis, mas passando ao largo da arte rupestre. Em seqüência, periodiza tais testemunhos, não hesitando, Senna, em atribuir o homem de Lagoa Santa ao paleolítico, e o dos sambaquis ao neolítico.

A grande contribuição neste aspecto, no entanto, seria a publicação da **Introdução à Arqueologia Brasileira**, de Anyone Costa.

Tendo Gustavo Barroso criado, em 1932, no Museu Histórico Nacional, o curso de museologia, convidou o professor de história da América e crítico de arte, Anyone Costa, para responsabilizar-se pela cadeira de arqueologia, inaugurando o ensino formal deste assunto no Brasil. Anyone Costa, homem sério e dedicado, logo percebeu que

*"no domínio exclusivo da arqueologia, a situação se desenha pior do que na etnografia. Seu material é deficiente. Sua literatura, em idioma nacional, perfeitamente escassa, sem continuidade, nem a seqüência que estudos dessa natureza requerem. Ladisláu Netto, H. von Ihering e Theodoro Sampaio foram os experimentadores que reuniram os elementos e tentaram uma síntese de conjunto. Outros ficaram nos detalhes, não gruparam, não seriaram, não deduziram. Meros ensaios laterais. São deste número, apenas no que se refere à arqueologia, acentue-se, Hartt, Ferreira Penna, Steere, Derby, Barbosa Rodrigues, figuras maiores seguidas de alguns estudiosos de menor relevo"*⁷⁰.

Feita tal constatação, lançou-se Anyone Costa na tentativa de metodizar o conhecimento acumulado até então, buscando dar unidade, clareza e entendimento ao material existente. Para tanto, contou com o apoio de Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, que colocou, à sua disposição, uma sala e a mais completa bibliografia reunida até esta época.

De fato, Anyone Costa produziu uma grande obra, com um plano irretocável, o primeiro compêndio sobre arqueologia brasileira, que se inicia com uma descrição do cenário, o meio ambiente, passando por uma completa revisão da literatura, até apresentar os principais resultados disponíveis, agrupados por linhas de pesquisa — raça de Lagoa Santa, esteirias, sambaquis, estações líticas, arqueologia amazônica, etc — e terminando com uma reconstituição da cultura dos índios brasileiros à época do descobrimento, não esquecendo de refutar a hegemonia do termo *tapuia*, que agrupava todas as nações não túpicas. A bibliografia que apresenta, com 192 citações, é de longe a mais completa do período. Por tudo isto, seu livro foi saudado por, dentre outros, Paul Rivet, A.A. Mendes Corrêa e A. Métraux, tendo merecido quatro edições (1934, '39, '58 e '80), feito jamais igualado, até hoje, na arqueologia brasileira⁷⁹.

Anyone Costa produziria, ainda, mais de uma dezena de artigos e livros sobre a arqueologia, e manteria, até o final da vida, exclusiva dedicação a este assunto, tanto como professor (dentre outros, Luiz de Castro Faria e Antonio dos Santos de Oliveira Jr. foram seus alunos), como integrando o Conselho Nacional de Expedições Científicas. Aos 60 anos, empreendeu visita aos sambaquis de Iguape e percorreu Lagoa Santa, um de seus últimos esforços. Mas, mais importante, ele fixou uma tradição de ensino da arqueologia no Museu Histórico Nacional, propiciando o surgimento de grupos de interesse e de instituições de pesquisas, e, indiretamente, levando à criação dos cursos de graduação em arqueologia no Brasil. Se alguma crítica pode merecer, é a de ter sido extremamente cético, o que o levou a esposar as idéias de Koch-Grünberg. Como observa seu filho Dante Costa¹⁵⁰, todo ele era escrúpulo na informação, cautela no enunciado de teorias, cuidado na documentação o que não impedia a capacidade criadora que o seu estilo reflete. De fato, excluindo-se seu livro de estréia, todo o restante da sua obra refere-se à arqueologia, o que o ombreia a Ladisláu Netto, com a vantagem de seu íntimo conhecimento do Brasil, sendo, ainda de acordo com Dante Costa, um dos últimos autodidatas que prestaram serviço útil à cultura brasileira, "um daqueles muitos homens admiráveis que no começo do século adquiriram cultura num país infenso a ela".

Logo a seguir, ainda na mesma coleção Brasileira, Estevão Pinto publicaria, em 1935, dois volumes com um amplo estudo sobre os indígenas do nordeste, dedicando mais de 80 páginas a uma avaliação dos problemas arqueológicos do Brasil, na verdade, um amplo levantamento do *estado da arte*, com excelente revisão bibliográfica.

Pouco depois, em 1938, seria a vez de Anibal Mattos, com sua **Pré-história Brasileira**, já mencionada, na qual, além de traçar uma breve história da arqueologia no país, passa em revista os principais temas postos até então, sambaquis, Lagoa Santa, arqueologia amazônica, sítios do interior e antropologia biológica¹³⁹.

Haveria, então, um interregno, até que, em 1952, Frederico Barata publicaria a sua **Arqueologia**¹³⁴, capítulo inicial de **As Artes Plásticas no Brasil**, coordenado por Rodrigo de Mello Franco Andrade, trabalho que permaneceu por mais de uma década como referência obrigatória, chegando a ter curso próprio, com várias edições independentes. Em que pese a progressiva aproximação de Barata a uma perspectiva etnológica, inclusive com estudos sobre o homem do sambaqui, esta síntese ainda se ressentia da sua formação em Belas Artes, dominada por uma ótica estética. Por outro lado, o esmerado acabamento gráfico e a profusão de ilustrações, a tornam no principal documento iconográfico produzido até então.

O que caracteriza essencialmente o período, como foi visto, são as decisões políticas. De fato, como foi visto, todo o período se caracteriza por um amplo debate entre grupos comprometidos com a preservação do passado e seus adversários, voltados para o progresso a qualquer preço, ganhando importância, principalmente após o início da industrialização, estes últimos, preocupados com a possibilidade que uma política preservacionista efetiva acabasse por trazer entraves à exploração econômica do território¹⁵³, notadamente no que diz respeito aos sambaquis.

A toda esta efervescência, evidentemente, não estavam alheias a pulverização das instituições, nem a popularização da arqueologia, sendo importante destacar que, para os intelectuais da época, o resgate de nossas raízes pré-históricas era dever de consciência. Assim, ao lado das instituições tradicionais (museus Nacional, Paraense e Paulista), posicionam-se, agora, outros museus, como o Paranaense, além de instituições regionais, pesquisadores isolados e centros privados, muitas vezes estabelecendo-se acirradas competições. Muitas destas instituições tiveram vida efêmera, como o Museu Rocha (Ceará), o Museu Salles (Bahia) e o Museu Simões da Silva (Rio de Janeiro), que chegaram a ter suas coleções citadas como muito importantes. Da mesma forma como ocorreu com os acervos particulares, também neste caso instituições estatais absorveram grande parte das coleções, mas muita coisa perdeu-se, passou para as mãos de outros colecionadores, ou tomou o rumo do exterior, como, por exemplo, quase todo o material coletado por Barbosa Rodrigues, e a coleção Mário Barata.

No período, ainda, os Institutos Históricos e Geográficos também se dedicam à arqueologia, o mesmo fazendo o Instituto do Ceará, fundado em 1887, que passa a se interessar pelo assunto a partir de 1920, com Carlos Studart Filho, mas esta tendência começa a declinar ao aproximar-se a metade do século.

Também o patrimônio arquitetônico, histórico e artístico, passa a ser objeto de preocupação, face à possibilidade iminente de sua destruição. Somados todos esses fatores, levantou-se uma grita contra tal situação, o que levou Bruno Lobo, em 1920, a encomendar ao arqueólogo Alberto Childe, do Museu Nacional, um ante-projeto de lei para a defesa do patrimônio cultural. Este, adaptou o que de melhor havia na legislação européia, imprimindo-lhe espírito federativo que atribuiu a propriedade desses bens aos estados da União. As propostas de Childe¹⁵⁴, no entanto, foram recusadas, por privilegiarem a proteção dos bens arqueológicos, que ele definia de forma extremamente abrangente, em detrimento de outras áreas, como a história e as belas artes, e por — corretamente — proporem a desapropriação dos bens de interesse nacional.

Como observa Celso Furtado¹⁵⁵,

"a consciência de estar representando papel equivocado na história, esteve no centro das preocupações dos intelectuais que promoveram o movimento contestador mal chamado de Semana de Arte Moderna de 1922. Começava, então, a desmoronar o velho edifício da economia primário-exportadora, quadro formativo de nossa sociedade, que se mantinha de pé graças às muletas da política dita de valorização do café".

Como consequência direta deste movimento, sucederam-se os projetos de leis visando organizar a defesa do patrimônio cultural do país. Em 1923, 1924, 1925 e 1930, o Congresso Nacional, por um argumento ou outro, rejeitou várias propostas formuladas nesse sentido, o que acabou por levar os estados da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928, a promulgarem legislações próprias.

Enquanto isto se dava, Mário de Andrade recolhia urnas no interior de São Paulo e percorria o nordeste, Minas Gerais, e o rio Amazonas, acabando por publicar, em 1928, Macunaíma.

Devidamente contextualizada a trama deste romance, percebe-se que Mário de Andrade estava atento ao problema do patrimônio arqueológico, desenvolvendo sua história em torno da posse de um muiraquitã.

Embora o período seja rico de atitudes, como foi visto — ensino da arqueologia, sínteses publicadas na coleção Brasileira —, devendo-se

menção ainda a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, e da Universidade de São Paulo, em 1934, a qual acabaria por absorver o Museu Paulista, pouco avança a preservação efetiva do patrimônio cultural. Ainda de acordo com Celso Furtado,

*"assentado o pó do desmoronamento da economia primário exportadora, um Ministro da Educação, Gustavo Capanema, cometeu a Mário de Andrade a tarefa de dar respostas, numa obra coletiva, às perguntas que haviam permanecido no ar, desde que o país fora acordado do seu sono letárgico pelos estampidos de 22. Mas o tempo havia feito o seu trabalho. Através dos solavancos políticos dos anos 20, da crise econômica de 29 e das rupturas institucionais dos anos 30, o Brasil abrira caminho entre os escombros da velha ordem desmoronada... Compreende-se, portanto, que Mário de Andrade haja devolvido a missão, confessando a inviabilidade do projeto, certo de que não seria fácil retratar um personagem em pleno processo de metamorfose, com um perfil ainda não definido"*¹⁵⁵.

Apesar de tudo, em 1934, a Assembléia Constituinte promulgou nova carta fundamental, de cunho autoritário, inspirada na Constituição de Weimar e fortemente marcada pela posição conservadora do clero católico, a qual, em seu artigo 148, determinava caber à União, aos Estados e Municípios, "favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalho intelectual".

Ao mesmo tempo em que Capanema crescia como Ministro, cercando-se de intelectuais de variada tendência; voltava-se à prática do mecenato estatal, instituído por D. Pedro II. A avaliação de sua obra é, ainda hoje, motivo para polêmica¹⁵⁶, mas, em 1937, criaria a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), que incorporou 15 faculdades e 16 instituições, inclusive o Museu Nacional, e, no mesmo ano, instituiria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN —, cuja direção entregou a Rodrigo de Mello Franco Andrade.

Em 15 anos, no entanto, os interesses econômicos haviam conseguido apagar a idéia de se preservar o patrimônio cultural de forma abrangente. Deste modo, não é de surpreender que no Decreto Lei Nº 25, que organizou o SPHAN, tenha-se restringido consideravelmente o papel da arqueologia, quedando esses bens praticamente sem nenhuma

proteção, salvo o recurso extraordinário ao tombamento de sítios. Como observou Aloisio Magalhães, o conceito de bem cultural era bem mais amplo no projeto que Mário de Andrade elaborou em 1936, do que o conceito afinal codificado, o que levou o SPHAN a concentrar-se, no patrimônio de pedra e cal — palácios, igrejas, fortalezas — inventariando o acervo que nos legara o passado, mas um passado filtrado pela ótica das elites, que deseja obliterar suas raízes indígenas e negras¹⁵³.

Ainda sob o impulso da Semana de Arte Moderna, e frente a tal desenvolvimento, os arqueólogos acirraram a defesa do patrimônio pré-histórico, principalmente contra as empresas de mineração e o saque sistemático aos sítios arqueológicos, por parte dos países cêntricos.

Assim, em 12 de julho de 1935, Luiz de Castro Faria, que se notabilizaria pela defesa intransigente deste patrimônio, Antônio dos Santos de Oliveira Jr., e outros, já haviam fundado no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Archeológicos, o qual endossava grande parte das teses propostas por Childe, e acabaria servindo de exemplo para a criação de outras instituições congêneres por todo o Brasil.

Este centro, que acabaria absorvido pelo Museu Nacional, era, já, como foi visto, fruto do ensino formal da arqueologia no curso de museologia²⁵⁶. Isto, mais a absorção dos museus Nacional e Paulista por Universidades, conferia, pela primeira vez no Brasil, nível acadêmico à arqueologia, permitindo maior articulação entre os preservacionistas.

Apesar de tudo, a destruição prosseguia, com os políticos imobilizados, pressionados pelo poder econômico. Assim muito embora o primeiro número da **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico** (1937), já incluísse artigos de Heloisa Alberto Torres¹⁵⁷ e de Raimundo Lopes¹⁵⁸, versando problemas de preservação do patrimônio arqueológico, a legislação em vigor somente permitia a interveniência do SPHAN no caso de sítios arqueológicos inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o que era muito raro acontecer, porque esta inscrição devia ser autorizada pelo Conselho de Tombamento, órgão onde predominavam os interesses das elites, e por que alguns arqueólogos, Castro Faria à frente, insurgiam-se contra tal medida, por entenderem que nunca seria possível indicar todas as jazidas, e porque o tombamento, uma vez processado, implicaria na conservação inalterada da coisa tombada, impedindo as pesquisas¹⁵⁹.

Por tais razões, o tombamento de sítios arqueológicos quase não aconteceu, limitando-se, de início, ao sambaqui do Pindaí (1939), em São Luiz do Maranhão, por iniciativa de Raimundo Lopes, e às Itacoatia-

ras do Ingá (1944), na Paraíba, atendendo às solicitações de José Anthe-ro Pereira Jr., não sem muita oposição¹³¹.

Sem poder interferir, por falta de legislação específica, o SPHAN permanecia impotente ante a exploração comercial e industrial dos sambaquis, utilizados no fabrico de cal, para correção da acidez de solos agrícolas, para pavimentação de estradas, e, até, como ração de animais domésticos. Como registra Paulo Duarte,

*"o martiriológio dos sambaquis do Brasil marca uma era sombria de vergonha cultural, quando os responsáveis pela guarda do patrimônio público permitiram o arrasamento de jazidas insubstituíveis... Para defender essa exploração necrófila e bárbara, durante anos mobilizaram-se todas as influências, as eleitorais à frente, contra os que, durante anos seguidos, defenderam a integridade das jazidas como reserva para a pesquisa científica"*¹⁴⁸.

Somente em 1942, ainda por iniciativa de geólogos, geógrafos e paleontólogos, tornou-se possível alguma defesa, graças ao Decreto Lei Nº 4.146, que dispõe, de forma extremamente vaga, sobre a proteção aos depósitos fossilíferos, categoria em que, forçando um pouco o conceito, podiam ser incluídos os sambaquis e as grutas calcárias de Lagoa Santa, subordinando sua exploração industrial à prévia pesquisa paleontológica.

Uma pequena mudança significativa, no entanto, foi introduzida pela Constituição de 1946, que, no artigo 175 (depois 180), em seu parágrafo único, determinava: "Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas". Por bem pouco estas não foram omitidas, mas, de qualquer forma, o artigo, para ser eficaz, remetia ao problema do tombamento, mantendo-se o *status quo*.

Sucedem-se, então projetos de leis específicas, apresentados ao Congresso Nacional, como o de 1947, que até certo ponto atendia ao apelo formulado pelo Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo, para que os sambaquis fossem preservados para fins científicos. Tanto este projeto, de Plínio Barreto, como o substitutivo de Aureliano Leite, do mesmo ano, previam o tombamento dos sítios arqueológicos, mas não lograram andamento e acabaram definitivamente arquivados.

Enquanto prosseguiram os debates, os museus Nacional e Paulista atravessavam mais uma crise, esta devido à incorporação às Universida-

des e às turbulências institucionais do período, e o Museu Goeldi praticamente encerrava suas atividades, sem condições técnicas e materiais, até ser incorporado pelo CNPq em 1955. Ao mesmo tempo, no entanto, surgiam as primeiras *associações de amigos*, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948), que dez anos mais tarde viria a dar substancial apoio à arqueologia, e, a **Revista de Antropologia**, criada em 1953 por Egon Schadem, ampliando-se o arco social envolvido na causa do patrimônio arqueológico. Mas, na medida em que a situação se perpetuava, mais uma vez alguns estados adiantaram-se ao governo central, providenciando legislações regionais.

No Paraná, graças principalmente aos esforços de José Loureiro Fernandes surgiram condições de fazer avançar uma política preservacionista, graças à tradição local de pesquisas arqueológicas, até que o governador Munhoz da Rocha, através do Decreto Nº 1.346, de 30 de maio de 1951, reservou para fins de pesquisas de proto-história, os sambaquis existentes no litoral paranaense. Ainda que precária, e não podendo se superpor às licenças de lavra concedidas pelo governo federal, esta lei, além de confirmar a posição de liderança que o Paraná vinha assumindo¹⁵³, no âmbito da pesquisa arqueológica, deu aos pesquisadores novo ânimo para a luta.

Em São Paulo, Paulo Duarte, por sua vez, mantinha acesa a luta, que viria a ser beneficiada pela visita de Paul Rivet em 1952, e pela proximidade das comemorações do IV Centenário da cidade, num cenário de intrigas palacianas que não excluiu delações e pendências apaixonadas.

É importante destacar o papel de Paulo Duarte, num momento em que o museu Paulista somente se dedicava à história, e onde Herbert Baldus era "pessimamente aproveitado"¹⁴⁸. Iniciando, em 1892, ainda como jornalista, uma campanha pela preservação dos sambaquis paulistas, Paulo Duarte acabou exilado na França, durante o Estado Novo, onde estudou e conviveu com Paul Rivet, até que com a ocupação alemã, tiveram que fugir, iniciando, assim, uma amizade que profundas influências exerceu na arqueologia brasileira.

Antes da queda da França, no entanto, Paulo Duarte ainda viria ao Brasil. Como ele mesmo relata,

"quando pudemos regressar ao Brasil, quase dez anos depois, viemos já com uma missão do Museu do Homem, de Paris, a de formar uma equipe brasileira que, com alguns investigadores daquele museu, pudesse dar início a uma pesquisa siste-

mática num sambaqui. O então interventor de São Paulo, J.C. de Macedo Soares, já no fim do mandato, deu um auxílio ponderável, que se juntou a um crédito importante fornecido pelo governo francês. Mudado o governo, aquele crédito não só desapareceu, mas ainda foi baixado um decreto, em julho de 1947, incentivando a exploração comercial e industrial das jazidas! E os sambaquis de São Paulo foram oferecidos de mão beijada às fábricas de adubo e ao papo de todas as galinhas brasileiras”¹⁴⁸.

Tratava-se do Decreto 17.468B, do governo Paulista, que instituiria uma comissão de seis membros para tratar do problema dos sambaquis, subordinando sua preservação às atividades econômicas.

Tal situação foi prontamente denunciada por numerosos intelectuais, que juntaram seus protestos aos de Paulo Duarte, destacando-se o agrônomo Heitor Cordeiro, e o advogado Luciano Pereira da Silva, este último, denunciando a Companhia Nacional de Álcalis (Arraial do Cabo, RJ), como a maior inimiga dos sambaquis. No Rio de Janeiro, Luiz de Castro Faria, que recém passara a integrar os quadros do Museu Nacional, junta sua voz aos defensores destes monumentos, Heolisa Alberto Torres (então Diretora do Museu), Othon H. Leonardos e Sílvio Froes Abreu.

Finalmente, o governador Lucas Garcês, promulgou o Decreto Nº 21.935, em 19 de dezembro de 1952, criando, diretamente subordinada ao Governador, uma Comissão de pré-história, com no mínimo 5 e no máximo 7 membros, destinada à proteção do interesse científico dos sambaquis, grutas e lapas, situadas em território estadual. A este seguiu-se o Decreto Nº 22.550, de 4 de agosto de 1956, o qual, segundo Paulo Duarte, é “a primeira demonstração lúcida a favor das jazidas pré-históricas”¹⁶².

Criada a Comissão de Pré-história, Paulo Duarte passaria a lutar pela federalização da proteção, e pela criação de uma instituição decalcada da estrutura do Musée de l’Homme (França), inicialmente designada Instituto do Homem Americano, já em 1954 vista como tendo por núcleo o futuro Instituto de Pré-história¹⁶².

Enquanto isto, o governo federal continuava concedendo lavra de sambaquis, gerando pendências judiciais e impondo-se à autonomia federativa. Como narra Paulo Duarte

“a luta tinha de prosseguir por um amparo decisivo na legislação federal. Era preciso que a proteção se estendesse ao Bra-

*sil inteiro. Durou 10 anos a batalha! Tivemos escaramuças com seis Ministros da Agricultura, sem que nenhum deles compreendesse a importância do assunto"*¹⁴⁸.

No Paraná, com a criação do Instituto de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná em 1954, que incluía uma seção de arqueologia, iniciava-se um novo estágio na formação dos arqueólogos brasileiros, como relata Igor Chmyz¹⁶³.

"O crescente interesse de licenciados pela especialização, e a necessidade de funcionamento da disciplina de arqueologia pré-histórica no currículo universitário, motivou, em 5 de dezembro de 1956, a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas — CEPA — por ato do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. De imediato, passou a ministrar cursos, começando com um sobre arqueologia pré-histórica, ministrado por Joseph Emperaire, seguindo-se, em 1958/59, o curso de Pré-história da América, a cargo de Wesley R. Hurtt, e cursos ministrados por especialistas nacionais.

Com o CEPA, o Paraná, que já contava com o Museu Paranaense e com o grupo de pesquisadores vinculados ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, consolidava uma posição de pioneirismo no estudo da arqueologia, que manteria por muitos anos, influenciando decisivamente os demais estados.

Também o Rio Grande do Sul começava, então, a assumir posição de destaque na arqueologia brasileira, com grande influência sobre Santa Catarina, principalmente graças ao lançamento do seriado **Pesquisas**, Série Antropologia, em 1957, e em São Paulo, consolidava-se o Instituto de Pré-história. No Rio de Janeiro, a forte penetração popular obtida pela arqueologia, levava à multiplicação de instituições privadas, a Associação Brasileira de Pesquisas Arqueológicas, em 1958, o Instituto de Arqueologia Brasileira, em 1961, e o Centro Brasileiro de Arqueologia, no mesmo ano, nesta ordem, um derivando do outro por dissidências internas. Embora todas estas instituições tenham sobrevivido, somente o Instituto de Arqueologia Brasileira permaneceu plenamente em atividade nos anos subseqüentes, como se verá.

Enquanto tudo isso ocorria, a campanha pela federalização da preservação prosseguia, até que um Ministro da Educação, Clóvis Salgado, interessou-se pelo assunto, levando Juscelino Kubitschek a, finalmente, instituir uma comissão, integrada pelos diretores do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional, da Comissão de Pré-história de São Paulo, do Centro de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, do Museu Nacional, e por assessor jurídico do Ministério da Agricultura, a qual redigiu um anteprojeto de lei, motivo da Mensagem 512, encaminhada pelo Presidente ao Congresso Nacional em 26 de novembro de 1957, recebendo o número 3.537-57 na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que Mario Meneghetti, então Ministro da Agricultura, baixava portaria suspendendo a exploração econômica dos sambaquis¹⁴⁸. A política meteu-se para defender o interesse comercial, mas a ajuda de Lauro Gomes, Munhoz da Rocha, Pereira Lima e Raniere Mazzilli, então deputados, permitiu que, em 1960, o projeto aprovado fosse para o Senado. Após difícil tramitação, Jânio Quadros acabaria por sancionar a lei 3.924, de 26 de julho de 1961, a qual, da mesma forma como ocorrera à época de Mario de Andrade, consistia em óbvio retrocesso com relação às propostas apresentadas, consistindo numa adaptação da legislação francesa sobre o assunto, com algumas modificações oriundas de sugestões parlamentares, e de uma aproximação inexplicável ao Código de mineração então em vigor, fato consignado nas exposições de motivo da comissão.

Como já foi dito, os arqueólogos brasileiros vinham lutando, há longa data, pela preservação deste patrimônio, e é importante destacar-se que, a proteção do patrimônio arqueológico nacional não se constituiu, em nenhum momento, numa concessão do Poder Público. Pelo contrário, foi uma conquista desta comunidade científica, a qual, embora tenha obtido a lei, não logrou a sua regulamentação. Apesar disto, ela continha alguns dispositivos bem intencionados, e os arqueólogos, julgando alcançados seus objetivos, a defenderam e divulgaram, desejosos que estavam por um diploma legal que detivesse a destruição acelerada de sítios arqueológicos.

Assim, muito embora seus efeitos tenham sido parcos e demorados, foi a lei 3.924 que deu aos arqueólogos brasileiros um primeiro impulso cooperativista. Arqueólogos ligados às instituições federais, aproveitando-se do salvo-conduto que tal legislação lhes conferia, ao isentá-los da necessidade de comprovar competência científica, reforçaram suas posições auto-atribuídas de *arqueólogos profissionais*, iniciando um movimento de refluxo que se opunha à pulverização das pesquisas do início do século, afastando todos aqueles a quem atribuíam a alcunha de *arqueólogos amadores*, muito embora não existisse, ainda, formação universitária específica para a área.

A este movimento não estiveram alheios, também, interesses financeiros — era necessário reforçar a importância dos grandes museus

para obter maiores dotações orçamentárias — e de alguns pesquisadores estrangeiros, que já trabalhavam aqui, mantendo forte vínculo com grupos nacionais, os quais chegaram, inclusive, a dificultar ou impedir o acesso de outros compatriotas às pesquisas no Brasil. Por tudo isso, mais por seus efeitos psicológicos e políticos, a lei 3.924 representou um momento de ruptura, dando origem a um novo período na arqueologia brasileira.

3.4 — DO ENSINO FORMAL À CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Se é bem verdade que o patrimônio arqueológico, por ser parte integrante do patrimônio cultural da Nação, deve estar sob a guarda permanente do Poder Público (em todos os seus níveis), conhecimentos gerados a partir do estudo deste patrimônio, não é, nem pode ser, monopólio estatal. Assim sendo, o patrimônio arqueológico, que só tem significado em função da informação arqueológica que pode propiciar, é, também, a *matéria prima* de um número bastante significativo de intelectuais, pesquisadores ou pensadores, os quais, utilizando-se destes dados, propõem-se a recuperar o passado, de modo a incorporá-lo ao espaço cultural da comunidade, o identificando e demarcando¹⁶⁹.

Ocorre, porém, que esta Lei, tanto por seus termos como pela burocracia que gerou em torno de si, acabou por introduzir sérias distorções, destacando-se, de imediato, a concepção museográfica que a norteia, que ao preservar os sítios dificulta a pesquisa, além de conter utopias e equívocos que, desde o início, tornaram extremamente difícil a sua aplicação, a tal ponto que, já em 1969, Paulo Duarte a declarava letra morta, incapaz de conter a exploração comercial e industrial dos sítios.

Assim, o período contemporâneo da arqueologia brasileira se implanta no bojo de uma grande crise artificial, com esta legislação sendo usada *internamente*, pela comunidade, na definição de quem era ou não arqueólogo, o que acabou por gerar uma luta encarniçada, principalmente contra arqueólogos independentes ou instituições privadas, mesmo que já houvessem prestado contribuições significativas, situação que se agrava após 1964 e 1968, com o golpe militar e o endurecimento do regime.

A situação assim descrita, tornou-se evidente quando Paulo Duarte realizou, em São Paulo, o II Encontro Intelectuais, este voltado para a discussão das Origens do Homem Americano, o qual dá, já uma boa idéia da luta pela hegemonia que se seguiria. Embora a introdução de escavações sistemáticas, com controle estratigráfico, fosse relativamente

recente, devido principalmente ao casal Emperaire e a Wesley R. Hurt, arqueólogos nacionais, como Luiz de Castro Faria, Fernando Altenfelder Silva, Oldemar Blasi, José Anthero Pereira Jr. e Paulo Duarte, não se furtaram a fazer severas críticas aos trabalhos dos novos arqueólogos. E este foi o tom mantido em todo o encontro, como se pode ver na Moção N° 2, em que se declara que a legislação proporcionou aos *quadros institucionais especializados*¹⁸⁸ (grifo nosso) um instrumento extremamente eficiente de salvaguarda, afastando, desta forma, os autônomos e as associações não estatais, tendência que é confirmada logo após, no debate que se segue ao *Protesto* apresentado por Carlos de Paula Couto contra os membros da Academia de Ciências de Minas Gerais — sem citar nomes —, que gerou numerosos registros semelhantes¹⁸⁸. A solução, para os arqueólogos que não dispunham de suporte de grandes instituições, seria, obviamente, buscar titulações compatíveis com as novas exigências.

No entanto, quase ao mesmo tempo em que a Lei 3.924 era promulgada, já E.R. Durhan e Ruth L. Cardoso haviam registrado a inexistência de cursos de graduação ou pós-graduação em arqueologia, embora reconhecendo os esforços da Universidade Federal do Paraná. Mais grave, discutindo as disciplinas antropológicas ministradas no Brasil, constatavam a imensa diversidade entre os conteúdos curriculares, as divergências e atritos pessoais entre pesquisadores, e o abandono da arqueologia, raramente incluída no programa, omissão que consideravam extremamente grave. A partir de então, ser acusado de *amador*, podia representar o fim de uma carreira, e, para qualquer finalidade, amador era o pesquisador não vinculado a um órgão público¹⁸⁸.

Tão longe foi esta tendência, que em 1971, um editorial do *Boletim Informativo*²¹⁸ afirmava que

"arqueólogos amadores pura e simplesmente não existem! E já é hora de todos disso se convencerem. Existem instituições particulares de pesquisa, assim como existem hospitais particulares, universidades particulares e colégios particulares, mas ninguém concebe a existência de médicos ou professores amadores".

Desfa forma, tornou-se cada vez mais importante a comprovação de habilitação específica e de títulos universitários. No entanto, a única disciplina de arqueologia, ministrada no curso de museologia (Rio de Janeiro), tinha caráter excessivamente teórico, e apresentava muita variação de conteúdo, não tendo acompanhado as tendências mais recentes

nesta área. Surgiu, então, um número muito elevado de cursos livres e de extensão, às vezes ministrados por professores estrangeiros, mas, na maioria dos casos, com mestres improvisados.

Por esta época, o setor de arqueologia do Museu Goeldi encontrava-se praticamente paralisado, com o retorno de Peter Paul Hilbert à Alemanha, substituído por Mário Ferreira Simões, que recém dedicara-se a organizar as coleções. Também o Museu Paulista nada fazia, voltado que estava para a História do Brasil, e, no setor de arqueologia da SPHAN, Alfredo Teodoro Russins ainda discutia como proceder para tornar exequível a aplicação da Lei 3.924.

Com as restrições impostas aos arqueólogos isolados e às pequenas instituições, restavam, portanto, o Museu Nacional, o Museu Paraense, muito deslocado do centro político nacional, e o Instituto de Pré-história e Etnologia de São Paulo, com Paulo Duarte às voltas com a sua transformação em Museu do Homem.

Valendo-se disto, o Museu Nacional buscou, então, assumir a responsabilidade por toda a pesquisa arqueológica no país¹⁸⁹, gerando numerosos problemas, que incluíam ações policiais e a frustração de novas vocações¹⁹⁰, sem, contudo, conseguir atingir seu intento.

Assim, ainda em 1961, no próprio Distrito Federal (Rio de Janeiro), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (ABEPA) realizava o I Simpósio de Arqueologia Brasileira, enquanto que Claro Calazans Rodrigues, Braz Francisco Pepe e outros criavam o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), que pouco depois passaria a contar com a colaboração de Ondemar Ferreira Dias Jr., e Alfredo Medeiros Falcão, Francisco Otávio da Silva Bezerra, Gilberto Emílio Chaudon e Affonso Celso Villela de Carvalho fundavam o Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA).

Da mesma forma que o IAB era uma dissidência da ABEPA, ocorrida em abril, o CBA era uma dissidência da IAB surgida em novembro, dando origem a uma tradição da arqueologia carioca, responsável pela criação do Centro de Informação Arqueológica, da Faculdade de Arqueologia e do Instituto Superior de Cultura Brasileira, todas, instituições privadas.

O ano seguinte ainda decorre sob influência destas indefinições. Em São Paulo, é criado o Instituto de Pré-história, no lugar do pretendido Museu do Homem Americano, com a absorção da Comissão Estadual de Pré-história e do Instituto de Pré-história e Etnologia, e, quase ao mesmo tempo, é constituída uma comissão integrada por Sérgio Buarque de Ho-

landa, Eurípedes Simões de Paula, Francisco Matarazzo Sobrinho e Paulo Duarte, para estudar a instalação de um museu de arqueologia na USP, ligado ao Departamento de História, de que resultaria a criação, em 1964, do Museu de Arte e Arqueologia, depois, Museu de Arqueologia e Etnologia, o qual funcionou no Instituto de Pré-história até ser efetivamente instalado¹⁹³.

É neste mesmo ano, que Paulo Duarte começa a oferecer cursos — o primeiro foi sobre as origens do homem americano —, para os quais exigia nível universitário ou experiência mínima de 5 anos em arqueologia, propondo, à USP, a criação de um curso de graduação.

Também em Belém se inicia a preocupação com o ensino formal da arqueologia. Mário Ferreira Simões, dando por concluído seu trabalho de organização da seção de arqueologia, estrutura os estágios em dois níveis, iniciação e aperfeiçoamento, ambos com um ano de duração, incluindo aulas, seminários e práticas de campo e laboratório. Para ingresso no segundo ano, que era considerado o passo inicial da carreira, o candidato devia ser graduado em ciências sociais ou história, e ter sido aprovado no estágio de iniciação.

Núcleos regionais importantes, vinculados a universidades federais, começam a surgir, também, em 1962. É o caso do Laboratório de Arqueologia da UFBA, dirigido por Valentin Calderón, e do Instituto de Antropologia da UFRN, onde Nássaro de Souza Nasser irá desenvolver suas pesquisas.

Seria no Paraná, no entanto, que a arqueologia acabaria por adquirir, definitivamente, *status* universitário, com o curso ministrado, no mesmo ano, por Annette Laming-Emperaire, sobre métodos de campo e laboratório aplicáveis aos sambaquis, o qual pode ser considerado como a matriz da nova geração de arqueólogos brasileiros, tendo contado com a participação, dentre outros, de José Wilson Rauth, Maria José Menezes, Margarida Andreatta, Maria da Conceição de M.C. Beltrão, Walter Piazza, José Proenza Brochado, Ondemar Ferreira Dias Jr., Igor Chmyz e Celso Perota. Como consequência, logo a seguir

a disciplina arqueologia pré-histórica passa a integrar o departamento de antropologia da Universidade Federal do Paraná, constando do currículo regular do curso de história, e, mais tarde, do curso de geografia"¹⁶³.

Independente desta modificação, no entanto, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da mesma universidade, prosseguiria

com seus cursos de extensão e seminários, por conta dos trabalhos desenvolvidos por Loureiro Fernandes.

Com o ano de 1963, João Alfredo Rohr passaria a dedicar-se ao Museu de História Natural do Colégio Catarinense de Florianópolis, ao qual agregou um setor de arqueologia e etnologia, alterando-lhe a designação para Museu do Homem Americano, e, depois, para Museu do Homem do Sambaqui, desenvolvendo uma carreira fulgurante. "Pode-se dizer, sem medo, que ele foi o arqueólogo que mais escavou no Brasil, e cujos trabalhos foram lidos pelo maior número de pessoas"¹⁹⁴.

Embora Rohr não tenha tido particular preocupação com o ensino da arqueologia — ministrou um curso no Rio de Janeiro — e a formação de discípulos, e tenha-se mantido afastado da política científica, sua postura íntegra acabou por torná-lo um conselheiro informal de Alfredo Rusins, responsável pelo setor de arqueologia da SPHAN, que sempre o consultava, nas fases iniciais de aplicação da Lei 3.924.

Neste mesmo ano, a comunidade volta a sentir a necessidade de reuniões e encontros, para conhecimento mútuo — é uma fase de reconhecimento e redescoberta — e troca de informações.

Assim, enquanto que no Rio Grande do Sul, uma instituição privada, a Organização para Estudos Científicos começava a promover os Seminários de Arqueologia Sulriograndense, coordenados por Fernando G. Sampaio, em São Paulo, por ocasião da VI Reunião Brasileira de Antropologia, participavam, e apresentavam trabalhos em arqueologia, Fernando Altenfelder Silva, Napoleão Figueiredo, Mário Ferreira Simões, Maria da Conceição M.C. Beltrão, Valentin Calderón, Annette Laming-Emperaire, Oldemar Blasi, José Wilson Rauth, Protássio Friel, Wilma Chiara, Maria José Menezes, Niéde Guidon, Luciana Pallestrini e Igor Chmyz¹⁹⁵, marcando claramente, a convergência entre a antropologia e a arqueologia no Brasil.

No ano seguinte, realizar-se-ia o Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, promovido pelo CEPA/UFPR, no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, a cargo dos arqueólogos Betty J. Meggers e Clifford Evans, da Smithsonian Institution (USA), visando, principalmente, as técnicas de seriação cultural para construção de cronologias relativas (método Ford). Participaram, Mário Ferreira Simões, Nássaro A. de Souza Nasser, Valentin Calderón, Maria Heloisa Fenelón Costa, Ondemar Ferreira Dias Jr., Fernando Altenfelder Silva, Ghislene Celazquez Hudziak, Igor Chmyz, José Wilson Rauth, João Alfredo Rohr e Walter Piazza¹⁷³. Deste encontro resultou a **Terminologia Arqueológica**

Brasileira para Cerâmica, a qual marca o início da preocupação com a unificação metodológica e terminológica. Ao mesmo tempo, ao permitir o conhecimento e a convivência pessoais, este seminário acabaria por se tornar na principal matriz do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — PRONAPA — que seria desenvolvido nos anos subseqüentes.

Em prosseguimento ao seminário, Clifford Evans e Betty J. Meggers percorreram, durante o mês de novembro de 1964, diversos estados, visitando universidades, museus e institutos, para ver as condições locais de cada participante e entrar em contato com outros brasileiros envolvidos em arqueologia¹⁹⁶.

*"O interesse e o entusiasmo por nós encontrados, e a possibilidade de um grupo de arqueólogos treinados em um único sistema de teoria arqueológica, análise e interpretação de dados, especialmente de culturas ceramistas, sugeriram a possibilidade de projetarmos um programa coordenado de pesquisas, para todo o Brasil"*¹⁹⁶.

Concebido para durar 3 anos, depois estendidos a 5, o PRONAPA pressupunha padronização metodológica, em campo e laboratório, da coleta de informações, análises e classificações, da terminologia e do formato de apresentação dos resultados, insistindo no valor das coletas sistemáticas de superfície e reservando as escavações detalhadas para o futuro, após a análise e seriação de todo o material¹⁹⁶. Em cada estado selecionado foram, então, definidas áreas com maior potencial de informações, com base nas bacias hidrográficas, visando obter dados sobre as direções de influências, migrações e difusão da cerâmica. "Como não era possível a obtenção de verbas a longo prazo, os participantes eram obrigados a conduzir o trabalho de campo, analisar o material, e preparar relatórios para publicar, durante cada ano, como requisito para solicitar continuação de apoio"¹⁹⁷.

A implantação do programa não foi pacífico, mas a constatação de que o Brasil, com cerca de 8.500.000 quilômetros quadrados, possuía menos arqueólogos que um só estado norte-americano¹⁹⁸, aliada à necessidade de se equiparar o conhecimento arqueológico do território aos demais países latino-americanos, acabou por gerar as condições políticas necessárias para a sua efetivação. Assim, no mesmo ano, a Smithsonian Institution assinou convênio com o CNPq, com a interveniência da SPHAN, dando início ao PRONAPA.

Participaram, deste programa, Eurico T. Miller, José Proenza Brochado, Walter F. Piazza, José Wilson Rauth, Igor Chmyz, Fernando Alten-

felder Silva, Ondemar Ferreira Dias Jr., Valentim Calderón, Nássaro A. de Souza Nasser e Mário Ferreira Simões. Já no segundo ano, Altenfelder se afastaria, entrando Sílvia Maranca e Celso Perota.

Ainda que se possa interrogar se tal programa poderia ter sido implantado, em tais moldes, sob outro regime político,

*"não há como pôr em dúvida a relevante contribuição científica do PRONAPA, responsável pelo primeiro modelo abrangente para a ocupação pré-histórica de nosso território, e por haver introduzido a primeira nomenclatura normatizada no âmbito da arqueologia nacional"*¹⁵³.

Adicionalmente, ao selecionar arqueólogos em início de carreira — na sua maior parte —, distribuídos por vários estados, alguns vinculados a instituições privadas, como o Instituto de Arqueologia Brasileira, ou sem tradição em pesquisas arqueológicas, como as universidades federais de Santa Catarina e do Espírito Santo, o PRONAPA deu importante contribuição no sentido de impedir a estrutura centralizada que se planejava implantar a partir do eixo Rio-São Paulo.

Por outro lado, na medida em que a SPHAN não tinha condições de atuar em todo território nacional, designou os participantes do PRONAPA como seus representantes regionais, atribuindo-lhes responsabilidade pela preservação deste patrimônio, e competência para decidir sobre quem poderia, ou não, desenvolver pesquisas em suas áreas, o que resultou na cartelização da arqueologia brasileira, dificultando, ainda mais, o surgimento de novos arqueólogos.

Somente permaneceram alheios a este problema, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso, os três primeiros, justamente porque já haviam alcançado um estágio pluralista de pesquisas, Santa Catarina, porque graves problemas levaram ao afastamento do representante do PRONAPA e à designação de João Alfredo Rohr, e os estados do centro-oeste, por não se inserirem no projeto original do programa¹⁵³.

Neste período, que vai até o início dos anos '70, a SPHAN praticamente não autoriza nenhuma nova pesquisa de campo. Excluindo-se o Museu Nacional e o Instituto de Pré-história, quase todas as demais instituições não vinculadas ao PRONAPA irão estagnar ou desaparecer, com a tendência concentracionista chegando ao seu ápice.

Pela mesma época, Paulo Duarte queixava-se, em São Paulo, das dificuldades que encontrava na tentativa de implantar um curso de gra-

duação em arqueologia¹⁴⁸, mas, no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Arqueologia, implantava seu curso básico de arqueologia, com duração de um ano, o mesmo fazendo o Museu Goeldi, que ministraria curso semelhante com duração de dois anos.

Já em 1966, ainda no Paraná e por iniciativa do CEPA, era realizado o Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Pré-cerâmicos, ministrado por Anette Laming-Emperaire para graduados com experiência em arqueologia, com aulas práticas na ilha das Rosas, Antonina, daí resultando o **Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul**, um novo passo no sentido de instrumentar os arqueólogos brasileiros com terminologia unificada e metodologia moderna. Participaram João Alfredo Rohr, Margarida D. Andreatta, Pedro Ignácio Schmitz, Celso Perota, Anamaria Beck, Braz Francisco Pepe e Marcos Albuquerque¹⁷⁵.

A partir deste ano, as principais mudanças ocorrem, principalmente, a partir dos Estados sulinos e do Rio de Janeiro. Assim, é criado o Museu do Colégio Mauá, em Santa Cruz do Sul, RS, por Hardy E. Martin, que contava com a colaboração de Gastão Carlos Baumhardt e sua mulher Úrsula, Lothar F. Heuser e Roberto Steinhaus, adquirindo ou obtendo, por doação, numerosas coleções particulares da região até constituir importante acervo. No Rio de Janeiro, surgiria o setor de arqueologia da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, dirigido por Carlos Manes Bandeira, que se dedicaria à arqueologia histórica, cujos sítios eram protegidos pela legislação em vigor, dando origem a uma nova linha de pesquisa. Em Belém, com o Museu Goeldi apoiado pelo CNPq, ocorriam dois congressos, a VII Reunião Brasileira de Antropologia e o Simpósio sobre a Biota Amazônica, com trabalhos de Clifford Evans, Napoleão Figueiredo, Anaiza Vergolino e Silva, Betty J. Meggers e Mário F. Simões²⁰¹. Enquanto isto, João Alfredo Rohr publicava um inventário parcial de sítios arqueológicos de Santa Catarina²⁰⁰, dando início a uma tendência que cresceria até o final do período, com a publicação de numerosos catálogos de sítios.

Seria em 1967, no entanto, que seria fundado o Museu Estadual de Arqueologia, em Taquara, Rio Grande do Sul, enquanto que Pedro Ignácio Schmitz implantava um programa com metodologia semelhante à do PRONAPA para todo o estado, e realizava o I Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e adjacências, o qual seria repetido em 1968, contando com a participação da maioria dos pesquisadores do sul: Margarida D. Andreatta, Igor Chmyz, Maria José Menezes, João Alfredo Rohr, Anamaria Beck, Pedro Ignácio Schmitz, Ítala Irene Basile Becker, Guilherme Naue, Pedro A. Mentz Ribeiro, Fernando La Sálvia e José Proenza Brochado²⁰².

Em 1967, ainda, José Anthero Pereira Jr., publicaria a sua **Introdução à Arqueologia Brasileira**, a mais bem documentada síntese sobre o assunto até hoje publicada, abordando todos os aspectos da arqueologia brasileira, com base em extensa revisão da literatura, e, em julho, Paulo Duarte organizaria o I Simpósio de Arqueologia Brasileira, na reunião anual da SBPC.

Já em 1968, em Belém, quando o PRONAPA completou 3 anos de execução, foi realizado um Seminário com a presença de seus integrantes, do qual resultou a publicação de **Arqueologia Brasileira em 1968**, ordenando e sumarizando os dados obtidos nas etapas vencidas, aos quais foram incorporados os resultados de Pedro Ignácio Schmitz, Peter Paul Hilbert, Joseph Emperaire, Annette Laming-Emperaire e Wesley R. Hurt. Esta síntese²⁰⁶, em que pese sua atualidade e importância, ignora por completo a contribuição mais antiga, inaugurando uma tendência para a reinvenção da arqueologia no Brasil.

Neste mesmo ano, o II Simpósio de Arqueologia, realizado na XIX Reunião Anual da SBPC, reuniu um número expressivo de pesquisadores: Carlos de Paula Couto, Olympio da Fonseca Filho, Paulo Duarte, Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, Carlos Isotta, Fernando Altenfelder Silva, Miya Awazu Pereira da Silva, João Alfredo Rohr, Fernando La Sálvia, Pedro Ignácio Schmitz, Ítala Irene Basile Becker, Pedro A. Mentz Ribeiro e Guilherme Naue¹⁹².

Ainda em 1968, seria criado o Instituto de Antropologia da UFSC, que de imediato passaria a ministrar cursos de curta duração, e que teria sua designação alterada, no ano seguinte, para Museu de Antropologia, e, em São Paulo, Paulo Duarte abandonaria seu projeto de criar uma faculdade de arqueologia.

Iniciado 1969, Pedro Inácio Schmitz promove o III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e adjacências, conferindo-lhe caráter nacional. Participaram Marcos Albuquerque (PE), Celso Perota (ES), Maria da Conceição M.C. Beltrão, Lina Maria Kneip e Ondemar Ferreira Dias Jr. (RJ), Tom O. Miller Jr., M.E.B. Prado e L. Vivam (SP), Igor Chmyz (PR), João Alfredo Rohr, Margarida D. Andreatta, Anamaria Beck, Gerusa M. Duarte e Maria José Reis (SC), e Pedro Ignácio Schmitz, Ítala I.B. Becker, Pedro A. Mentz Ribeiro, Úrsula Baumhardt, José Proenza Brochado, Danilo Lazzaroto, Rolf Steimetz, Fernando La Sálvia, Guilherme Naue, Wander Valente e Maria Helena Abrahão Schorr (RS). Na mesma ocasião foram criados 5 grupos, para sistematizar o conhecimento disponível: sambaquis e sítios litorâneos, sítios tupi-guarani, sítios de ceramistas não tu-

pi-guarani (subdividido em norte, centro e sul); sítios líticos do interior; e sítios de contacto.

Neste mesmo ano o CEPA/UFPR ganha instalações próprias, e Igor Chmyz participa do Seminário de Tropicologia, na UFPE, apresentando uma síntese da arqueologia brasileira. Comentada por Valentim Calderón e por Veríssimo de Melo, e com debates em que participaram Gilberto Freire e Marcos Albuquerque. Daí resultou um texto de formato irregular, mas pleno de informações valiosas, em que as principais questões da arqueologia brasileira são colocadas, especialmente aquelas que referem às relações entre cultura e meio ambiente. Infelizmente, só viria a ser publicado em 1976, sendo um texto de difícil acesso²⁰³. Ao mesmo tempo, João Alfredo Rohr publicava novo inventário parcial dos sítios arqueológicos de Santa Catarina²⁰⁷.

Entre 1969 e 1970, o Museu Goeldi, por sua vez, tornava a ministrar um curso de especialização, o primeiro especificamente voltado para a arqueologia brasileira, e, em 1970, encerrar-se-ia oficialmente o PRONAPA, deixando resultados excepcionais: mais de 1.500 sítios pesquisados em 11 estados, cerca de 125 fases definidas — 37 pré-cerâmicas, 88 cerâmicas —, 14 tradições ceramistas estabelecidas, mais de 80 datações radiocarbônicas e dezenas de seqüências seriadas direcionadas, permitindo o refinamento do modelo até então aceito para a pré-história brasileira^{197, 205, 206}.

No momento, mesmo em que era encerrado o PRONAPA, em vários pontos do Brasil surgiam novas instituições, em parte, como consequência da própria atividade dos pesquisadores que integraram o programa, por outro lado, como reação à excessiva concentração mantida até então. Assim, Anthonio Teodoro Grilo criaria o Centro de Estudos Arqueológicos de Passos (MG), de vida efêmera, enquanto que Acary de Passos Oliveira implantaria o Museu Antropológico da UFGO, que incorporaria grande parte da sua importante coleção etnográfica.

O ano de 1971 seria marcado pelo retorno de Annette Laming-Emperaire, chefiando a Missão franco-brasileira, dedicando-se, de imediato, às escavações na área de Lagoa Santa, Minas Gerais.

Também no Rio de Janeiro, mantendo uma antiga tradição, surgia o Centro de Informação Arqueológica, por dissidência do Centro Brasileiro de Arqueologia, do qual fora um setor de documentação e disseminação. Até por força desta circunstância, desde o início adotou uma aguerrida política de democratização da informação arqueológica, editando o **Boletim Informativo**, mimeografado e distribuído gratuitamente.

te, o qual despertou grande interesse, como atesta a volumosa correspondência publicada. Este mesmo Centro iniciaria a prática de cursos intensivos — um mês, com aulas nos três turnos, em regime de internato.

O ano seria marcado, porém, pelo surgimento de **Conheça a Pré-história Brasileira**²⁰⁸, do paleontólogo Josué Camargo Mendes, uma síntese bem estruturada e didática dos conhecimentos disponíveis até então, filtrada por critérios científicos extremamente rigorosos. Já no ano seguinte, seria a vez de Renato Castelo Branco publicar sua **Pré-história Brasileira**²⁰⁹, a qual, além do inconveniente da excessiva simplificação, dá curso a algumas lendas e teorias superadas. Estas, juntamente com a de José Anthero Pereira Jr., um engenheiro, são as únicas sínteses publicadas em livro no período, demonstrando que as preocupações dos arqueólogos profissionais voltavam-se, na época, para outras questões.

Ao mesmo tempo, João Alfredo Rohr²¹⁰ e Gerusa Duarte²¹⁴, lançavam, independentemente, catálogos parciais de sítios de Santa Catarina, enquanto que o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP adquiria a maior coleção de peças da cultura tapajônica em mãos de particulares, e desenvolvia planos para escavar em Santarém.

No que diz respeito ao ensino, porém, a situação ainda não tinha sido adequadamente equacionada. Assim, em **Proposição** apresentada ao II Encontro dos Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Nássaro A. de Souza Nasser, Valentin Calderón, Celso Perota, Claro Calazans Rodrigues, Lehel de Silimon, Igor Chmyz e Pedro Ignácio Schmitz, solicitavam que se recomendasse às universidades “a criação de cadeira de Arqueologia Pré-histórica como pré-requisito para a capacitação de futuros arqueólogos”¹⁷⁶. Neste mesmo documento, o número de arqueólogos com nível universitário era estimado em 36 profissionais.

Algumas novidades estavam ocorrendo, ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, onde, com a manutenção dos cursos do Centro Brasileiro de Arqueologia, agora com apoio do Museu Histórico Nacional e contando com professores do Museu Nacional em seu corpo docente, e com os numerosos cursos oferecidos pelo Centro de Informação Arqueológica, pelo Instituto de Arqueologia Brasileira, pela Associação dos Amigos do Museu Nacional, surgia uma forte demanda por cursos de graduação na especialidade, tanto para equiparar as pesquisas arqueológicas às aquelas desenvolvidas em outros países, como para diminuir a dependência aos quadros oriundos do estrangeiro. Por esta razão, ao longo de todo este ano, reuniões se sucedem, entre representantes das instituições fluminenses, na tentativa de criar um curso de graduação em arqueologia. Em

São Paulo, ao mesmo tempo, foi criada a pós-graduação (mestrado e doutorado) em antropologia, que logo após passa a aceitar concentração na área de arqueologia.

Enquanto isso, era criada em Patos (Paraíba), uma Associação de Pesquisas Científicas Regionais, voltada para o estudo da arte rupestre, também de vida efêmera, e, em Brasília, a Associação Brasiliense de Pesquisa e Cultura começava a se interessar por arqueologia, daí resultando o levantamento da arte rupestre de Goiás, desenvolvido por Carlos E.P. Mills, na área do rio Paranã.

Será Mills quem irá levar Pedro Agostinho (BA), Pedro Ignácio Schmitz (RS) e Alfredo Mendonça de Souza (RJ), a conhecer tais sítios, despertando o interesse pela arqueologia dos planaltos centrais.

Como conseqüência, já em 1972 é firmado convênio entre a Universidade Católica de Goiás e o Instituto Anchietano de Pesquisas (RS), formalizando o Programa Arqueológico de Goiás^{211, 212}, e criando o gabinete de Arqueologia, depois, Instituto Goiano de Antropologia e Pré-história, dirigido por Altair Salles Barbosa e com a coordenação científica de Pedro Ignácio Schmitz, enquanto Alfredo Mendonça de Souza, a convite da SBPC, ministrava curso em Brasília e iniciava entendimentos com Acary de Passos Oliveira, diretor do Museu antropológico da UFGO, de que resultaria a ida de Iluska Simonsen para o museu, e a implantação do Projeto Bacia do Paranã.

Ainda em 1971, no entanto, a arqueologia brasileira perdia um dos seus mais tradicionais institutos. No Paraná, constatando-se a duplicidade de funções entre o CEPA e o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, foi decidida a extinção do primeiro, que contava, então, 10 anos de profícua atividade. O MAAP, porém,

*"por questões estruturais e conjunturais, não pode dar continuidade às atividades até então mantidas pelo organismo anexado. Nas antigas dependências do Centro, em Curitiba, instalou-se o Laboratório de Arqueologia, do Departamento de Antropologia, permitindo que seus integrantes, professores e estagiários, realizassem suas pesquisas"*²¹³.

Em São Paulo, no mesmo ano, realizava-se a XXIV Reunião Anual da SPBC, onde Ulpiano Bezerra de Meneses promoveria importante mesa redonda sobre a situação da arqueologia no Brasil, com a presença de Mário Ferreira Simões, Valentin Calderón, Oldemar Blasi, João Alfredo Rohr e Pedro Ignácio Schmitz. Estes dois últimos autores, privilegiando informações científicas em detrimento das políticas e estruturas, acaba-

riam por produzir duas importantes sínteses regionais, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente^{215, 216}.

Esta reunião seria, ainda, agitada pela notícia da próxima instalação de um laboratório para datações radiocarbônicas na USP, o primeiro do Brasil, e pelas denúncias de Rohr, sobre a destruição dos sambaquis de Santa Catarina, o que levaria a SBPC a encaminhar memorial à Câmara dos Deputados, retomando a linha nacionalista de defesa deste patrimônio, ressaltando que tais atos representavam ponderável parcela das acusações produzidas no estrangeiro para deturpar a imagem do Brasil diante dos países civilizados e da cultura intelectual de todo mundo.

Como o ano de 1972, o Centro de Informação Arqueológica inicia suas gestões junto ao Conselho Federal de educação, para a fixação de um currículo mínimo de arqueologia, passo essencial que permitiria, a qualquer instituição brasileira, a implantação de cursos de graduação nesta especialidade.

Um amplo levantamento realizado pelo Centro de Informação Arqueológica, nesta ocasião, sobre amostra de 89 pesquisadores, alguns com pequena atividade na área de arqueologia, demonstrava que, então, a maioria destes profissionais vinham de outras áreas, sendo 21,35% de história, 19,10% de ciências sociais, antropologia e sociologia, 21,35% de história natural, biologia e geociências, 11,34% de belas artes e museologia, e, 24,62% de outras áreas, com apenas 2,24% possuindo algum tipo de educação formal específica. Por região, 46,05% concentravam-se no sul, 33,70% no sudeste, distribuindo-se os restantes por Sergipe, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Brasília, Goiás e Mato Grosso, não existindo nenhum arqueólogo nos demais estados¹⁷⁹.

Tais dados acabaram por convencer o Conselho Federal de Educação, o qual, através do Parecer 1.483, de 15 de dezembro de 1972, fixou o currículo mínimo de arqueologia, com 14 disciplinas, que incluíam arqueologia geral e brasileira, pré-história, metodologia da pesquisa, paleontologia, geologia, etnias americanas, antropometria e anatomia comparada, estabelecendo que a graduação teria duração mínima de 2.500 horas de aula, com 125 horas de estágio de campo obrigatório.

Ainda em 1972, cabe mencionar, por fim, a publicação do **Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras**²⁰⁵, de Mário Ferreira Simões, que tornou acessível, a todos os arqueólogos brasileiros, as fontes de dados produzidos pelo PRONAPA.

Já em 1973, realizou-se o I Congresso de Arqueologia Brasileira, patrocinado pelo Centro de Informação Arqueológica com o apoio do Instituto de Arqueologia Brasileira, em Teresópolis (RJ), do qual participaram João Alfredo Rohr, Ondemar Ferreira Dias Jr., Alfredo Mendonça de Souza, Fernando La Sálvia, Sheila M.F. Mendonça de Souza, Lília Cheuiche Machado, Braz Francisco Pepe, Eliana Teixeira de Carvalho, M. Arminda C. Mendonça de Souza, Acary de Passos Oliveira, Iluska Simonsen, Nilce G. Soares, Elisa M. Botelho de Mello, Lourival Leite, e outros. Concebido para ter caráter nacional, este congresso criou 5 comissões, incumbidas de unificar a terminologia arqueológica brasileira, mas somente João Alfredo Rohr publicaria seus resultados (terminologia quera-to-ósteo-odonto-malacológica). Seria nele, ainda, que seria feito o lançamento da idéia de se criar uma faculdade de arqueologia no Rio de Janeiro.

Em julho deste mesmo ano, Ulpiano Bezerra de Meneses organizaria, na XXV Reunião Anual da SBPC (Rio de Janeiro), o IV Simpósio Internacional de Arte Rupestre Americana²¹⁷, o qual contou com a participação de João Alfredo Rohr, Carlos E.P. Mills, Braz Francisco Pepe, M. Arminda C. Mendonça de Souza, Iluska Simonsen, Nilce G. Soares, Maria da Conceição M.C. Beltrão, Maria Heloisa Fenelon Costa, Ondemar Ferreira Dias Jr., Alfredo Mendonça de Souza, Sheila M.F. Mendonça de Souza, Mário Ferreira Simões, Dorath Pinto Uchôa, Marília C. Mello e Alvim, Lília Cheuiche Machado, Eliana Teixeira de Carvalho, Claro Calazans Rodrigues, dentre outros.

Seria, ainda, Ulpiano Bezerra de Meneses quem procederia ao levantamento dos centros de pesquisa: USP (através dos seus três institutos); Museu Nacional; Museu Goeldi; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Rio Claro, SP; Instituto Anchieta de Pesquisas, RS; Museu Antropológico da UFSC; CEPAC/UFPR; Museu Paranaense; Gabinete de Arqueologia da UFRGS; e Laboratório de Arqueologia da PUCRS. "Além desses, há também outras instituições ou núcleos universitários, algumas vezes dependentes de um único especialista (Vitória, Taquara RS, Natal, Recife, Ijuí RS, Caxias do Sul RS, Mauá RS, Goiânia, Alagoas, Cuiabá, Joinville SC, Paranaguá PR, Florianópolis, etc, etc). Cumpre notar, ainda, a presença de sociedades particulares, principalmente no Rio de Janeiro, como o Centro de Informação Arqueológica e o Centro Brasileiro de Arqueologia"¹⁸¹. Havia, então, 11 doutores e 2 mestres atuando em arqueologia.

Neste mesmo mês, João Alfredo Rohr ministraria um curso para graduados com experiência em arqueologia, no Sambaqui do Rio das Pedrinhas, em Magé (RJ), tendo como alunos, dentre outros, Alfredo

Mendonça de Souza, Iluska Simonsen, Sheila M.F. Mendonça de Souza, M. Arminda C. Mendonça de Souza, Acary de Passos Oliveira, Elisa M. Botelho de Mello, Nilce G. Soares e Carlos Alberto Sertã. Participaram, eventualmente, das escavações e/ou seminários, Alfredo Russins, Odeimar Ferreira Dias Jr., Guilherme Naue, Braz Francisco Pepe e Vicente César, além de numerosos pesquisadores estrangeiros, que se encontravam no Rio de Janeiro, participando do Seminário Internacional de Arte Rupestre¹⁸⁰. Pouco depois, o Centro de Informação Arqueológica transformaria o curso em especialização (pós-graduação), com aulas teóricas complementares ministradas, dentre outros, por Bruno Trombetta e Othon Henry Leonardos.

Também deste ano seria o curso ministrado por Annette Laming-Emperaire, sobre técnicas arqueológicas aplicáveis a sítios pré-cerâmicos, no sambaqui do Centenário (PR), com 14 alunos, dentre os quais, Afonso Imhoff, Lilia M. Cheuiche Machado e Eliana T. de Carvalho, e a publicação da síntese sobre a arqueologia paulista, de Niède Guidon e outros.

Enquanto isto ocorria, o Centro de Informação Arqueológica (RJ) se organizava como sociedade mantenedora, adotando o nome de Instituto Superior de Estudos Humanos (ISEH), e pleiteando junto ao Conselho Federal de Educação, autorização para a abertura de cursos de graduação em arqueologia e antropologia, que foi negada, por *já existirem cursos de antropologia em excesso no Brasil*. Mantendo seu curso de pós-graduação, com uma segunda turma em 1974, o ISEH solicitou, então, autorização para manter cursos de arqueologia, museologia e ciências sociais.

O Centro Brasileiro de Arqueologia, por sua vez, graças a convênio firmado com a Sociedade Universitária Augusto Motta, passava a oferecer seu curso básico de arqueologia em dois anos, quase um curso livre de graduação. Em São Paulo, o curso de mestrado/doutorado em antropologia começava a colher seus primeiros resultados em arqueologia, com as dissertações de Águeda Vilhena de Moraes Vialou, Sílvia Maranca e Lina Maria Kneip, e as três instituições paulistas recomeçavam a oferecer cursos de extensão em arqueologia, com mais frequência, inclusive fora de sede, como o que foi ministrado por Luciana Pallestrini, Margarida D. Andreatta e Sílvia Maranca no Museu Antropológico da UF-GO, em 1975.

Neste interregno, o ISEH, no Rio de Janeiro, vinha cumprindo as exigências do Conselho Federal de Educação, abrindo mão do curso de ciências sociais, ampliando sua biblioteca e laboratórios, e buscando

pesquisadores de outras instituições para completar seu corpo docente. Para o restante da comunidade dos arqueólogos brasileiros, no entanto, esta possibilidade passou despercebida, ou foi julgada francamente improvável.

Assim, quando em fins de '75, o CFE autorizou o funcionamento do primeiro curso de graduação em arqueologia no país (Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon, Parecer CFE 1.591/75), gerou-se, de imediato, grande polêmica, com pressões contrárias de toda ordem, originadas em instituições ou pesquisadores que viam ameaçada a estrutura sistólica então vigente. Apesar disto, a faculdade realizou seu primeiro exame vestibular no mesmo ano, com 60 vagas anuais, que foram insuficientes para atender a demanda reprimida por tanto tempo. Seu primeiro diretor foi Agenor Pinheiro Rodrigues Valle, arqueólogo oriundo da ABEPA, cujo pai, José Rodrigues Valle, tinha acompanhado as pesquisas de Antonio Carlos Simões da Silva. Na mesma ocasião, Alfredo Mendonça de Souza foi indicado para chefiar o departamento de arqueologia, dedicando-se a organizar as pesquisas de campo.

Ainda em 1975, o Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais começou a ministrar cursos avulsos em arqueologia, sob coordenação de André Prous, que depois os transformaria em cursos de especialização, contando, para isso, com o apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, que firmara convênio com a UFMG, do qual resultou a instalação do Setor de Arqueologia. Também o Museu Paulista firmava convênio com a Universidade Federal do Piauí, para ministrar cursos de arqueologia pré-histórica neste estado, e surgia no Rio de Janeiro o Instituto Superior de Cultura Brasileira, uma dissidência do antigo Centro de Informação Arqueológica, que de imediato firmaria convênio com a Universidade Federal de Goiás, passando a desenvolver o Projeto Bacia do Paranã, sob coordenação de Alfredo Mendonça de Souza.

Seguem-se a criação do Museu de Pré-história e Antropologia de Juiz de Fora (MG), instalado na Academia de Comércio e com importante coleção marajoara, a instalação de um setor de arqueologia no Museu das Monções (MT), com a contratação de Fernanda Araújo Costa e de João Carlos de Oliveira Gomes, o surgimento do setor de arqueologia da Sociedade Brasileira de Espeleologia, dirigido por Guy Christian Collet, e a implantação de uma nova frente de pesquisas em Goiás, o Projeto Anhangueria, graças ao convênio firmado entre a UFGO e o Museu Paulista.

Por esta mesma época, começam a funcionar o Centro de Estudos Arqueológicos (RJ), criado em função de convênio entre o Instituto de Arqueologia Brasileira e o governo estadual, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, sob a direção de Pedro Augusto Mentz Ribeiro, o Museu Didático de Ubatuba (SP), subordinado ao Instituto de Pré-história da USP e implantado em consequência das pesquisas de Caio Del Rio Garcia e Dorath Pinto Uchôa na área, e o Museu do Sambaqui de Joinville, que incorpora a importante coleção Tiburtius, e que já no início de 1976 promove cursos de extensão universitária, ministrados por Tom Miller Jr., Alroino Eble, e outros. É desta época, ainda, a primeira experiência para introduzir noções de arqueologia no conteúdo curricular do 1º grau, feita por Armino Sérgio de Oliveira, no Pará¹⁸², idéia que só viria a ser retomada em 1984, por César Augusto Lotufo, da primeira geração de bacharéis em arqueologia.

A faculdade de arqueologia, no entanto, embora houvesse realizado seu 2º exame vestibular, apresentava sérias divisões internas, motivadas pela inidoneidade do presidente da mantenedora¹⁸³, o que a levou a atravessar um período de intensa turbulência institucional, que culminou com a solicitação, feita por sua diretoria, para que o CFE decretasse intervenção na instituição, a qual foi decretada em 11 de novembro do mesmo ano, depois de mais um vestibular.

Parcela ponderável dos arqueólogos brasileiros, que até então tinha-se mantido indiferente, e que se havia surpreendido com o efetivo funcionamento da faculdade, com a fragilização da instituição, reuniu-se em torno de uma proposta hegemônica, decidida a não permitir o prosseguimento da experiência.

Face tal situação, e embora os problemas jurídicos estivessem sendo solucionados sem maiores percalços, o grupo remanescente percebeu que não mais seria possível reunir as condições políticas para manutenção do ISEH. Assim, em fins de 1976, decidiu passar para o Instituto Superior de Cultura Brasileira todo o acervo, banco-de-dados e pesquisas, entregando às Faculdades Integradas Estácio de Sá a manutenção dos cursos¹⁸⁴, onde continuaram ministrando normalmente suas disciplinas. A atual Faculdade de Arqueologia Estácio de Sá, é, ainda, a única do país, tendo sido dirigida, sucessivamente, por Orlando Fernandez, Osvaldo Raimundo Herédia, Agenor Pinheiro Rodrigues Valle e Alfredo Mendonça de Souza, formando, a partir de 1980, em média, 20 bacharéis em arqueologia por ano.

Ainda em 1976, seria criado o Gabinete de Arqueologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, com Pedro Ignácio Schmitz, José Proenza Brochado, e outros, surgiria o Museu Municipal de Paulínia (SP), com a colaboração de Desidério Aitay e Maria de Lourdes Novaes de Castro, e seria firmado novo acordo entre a Smithsonian Institution, o CNPq, a SPHAN, e o INPA, para a concretização do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica — PRONAPA-BA —, com coordenação de Mário Ferreira Simões, Clifford Evans e Betty J. Meggers, o qual, no primeiro ano, contaria com a participação de Eneida Malerbi, Fernanda Araújo-Costa, Ondemar Ferreira Dias Jr. e Eurico Theofilo Miller, enquanto que em Minas Gerais propunha-se a criação do Museu do Homem, passando o setor de arqueologia do Museu de História Natural da UFMG a ser o núcleo em funcionamento desse museu, tendo André Prous como seu coordenador científico, e, na USP, Paul Courbin ministrava um curso problematizando a pesquisa arqueológica de campo.

Entre 1976 e 1977, Napoleão Figueiredo publicaria duas importantes sínteses sobre a arqueologia amazônica^{220, 221}, seguindo-se a de Ondemar Dias Jr., sobre Minas Gerais e Rio de Janeiro²²².

Já em 1977, foi criada a Associação de Arqueologia e Pré-história da Bahia, no Museu de Arte Sacra, com Valentin Calderón, Yara D.B. Ataíde Jacomé e Yvan Dorea Crâncio Soares, voltada, basicamente, para o salvamento arqueológico na área de Sobradinho, enquanto que André Prous publicava uma síntese sobre a arqueologia de Santa Catarina²⁵⁴.

Neste mesmo ano, Tom O. Miller Jr., vai para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é criada a Associação Ribeirãopretana de Antropologia, também de vida efêmera, mas que no início se volta para as pesquisas arqueológicas regionais, é fundado o Instituto Paulista de Arqueologia, com Aurélio M.G. Abreu, Roberto de Aquino Lordy e outros, é estruturada uma seção de arqueologia no Museu Gama d'Eça, Universidade Federal de Santa Maria (RS), e no Rio de Janeiro, é inaugurada a mostra *Abordagem da Arqueologia Brasileira*, nos remanescentes tombados do convento de Santa Teresa, em Niterói, com material proveniente dos sítios-em-dunas da área, e das escavações de Lina Maria Kneip no sambaqui do Forte, em Cabo Frio, que seria o núcleo do atual Museu Arqueológico de Itaipu.

Enquanto se desenrolava a crise na Faculdade de Arqueologia, o debate sobre quem era, ou não, arqueólogo, chegou a afetar o CNPq, que patrocinou reuniões com arqueólogos *notáveis* para discutir o assunto.

Nesta oportunidade, voltou-se a debater a possibilidade de regulamentação da Lei Nº 3.924/61, mas a idéia morreu, por não praticável. Na mesma ocasião pensou-se em exigir, dos arqueólogos responsáveis por pesquisas de campo, títulos de mestre ou doutor, mas também esta proposição não foi adotada, por não existirem cursos suficientes, a estes níveis, embora tenha ocorrido um rápido florescimento dos cursos de especialização.

Enquanto isso, Tom O. Miller Jr. ministrava cursos na UFRN, e, ainda em '78, Luciana Pallestrini realizava outra **Avaliação e Perspectivas** para o CNPq, a mais restritiva e elitista de todas que foram feitas, registrando, somente, 8 instituições de pesquisa: Museu Paulista, Museu Nacional, Museu Goeldi, UFPR, Museu Antropológico da UFSC, Instituto Anchieta de Pesquisas, UFMG, e UFGO¹⁸⁵, fazendo crer que houvera uma substancial redução das atividades nesta área.

Um destaque importante em 1978, no entanto, seriam a síntese de Pedro Augusto Mentz Ribeiro²²³, que já havia publicado, no ano anterior, um manual prático de arqueologia²²⁴, sobre a arte rupestre no Brasil, a síntese de André Prous²²⁵, sobre as esculturas zoomorfas do litoral meridional, o extenso inventário dos sítios arqueológicos da Amazônia, publicado por Mário Ferreira Simões e Fernanda Araújo-Costa²²⁶, e o inventário para o Rio de Janeiro, publicado por M. Conceição de M.C. Beltrão¹⁸⁹.

Ainda em 1978, seria realizada nova mesa redonda sobre arqueologia, por ocasião da XI Reunião Brasileira de Antropologia, em Recife, com a participação de apenas 6 arqueólogos, e o Instituto Superior de Cultura Brasileira, com o apoio do Centro Brasileiro de Arqueologia e do Museu do Índio (FUNAI), promoveria, no Rio de Janeiro, a I Jornada Brasileira de Arqueologia. Esta 1ª JBA, convocada explicitamente para a criação de uma sociedade de arqueólogos brasileiros, voltada para a defesa dos interesses comuns, a ampliação do mercado de trabalho e a regulamentação profissional, ao impor como pré-requisito ao voto, a apresentação de trabalho original, acabaria sendo, também, um êxito científico, com a participação de mais de 42 arqueólogos de quase todas as instituições brasileiras. Com duração de uma semana, fato raro à época, contou com duas comissões, uma para elaborar propostas de melhoria do ensino, outra, voltada para a ampliação do mercado de trabalho. Atendendo moção encaminhada por Fernando La Sálvia, Bruno Trombetta, Dorath Pinto Uchôa, Ítala Irene Basile Becker, Braz Francisco Pepe, Maria Helena Abrahão Schorr, Altair Salles Barbosa, Afonso Duque Portugal e Acary de Passos Oliveira, no entanto, a criação desta sociedade

foi adiada por um ano, de forma a poder-se consultar toda a comunidade, tendo sido instituída uma comissão de 5 membros, para preparar nova minuta de estatutos, a qual foi constituída por Maria da Conceição de M.C. Beltrão, Dorath Pinto Uchôa, Altair Salles Barbosa, Fernando La Sálvia e Alfredo Mendonça de Souza²²⁷.

O ano seguinte, portanto, iniciar-se-ia já com a II Jornada convocada pelo ISCB, com apoio do Museu do Índio, da SPHAN, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, do Centro Brasileiro de Arqueologia e da Faculdade de Arqueologia Estácio de Sá, com a participação de 52 arqueólogos, que produziram 32 trabalhos, além de estudantes de graduação e demais interessados. Funcionaram duas comissões, sobre terminologia arqueológica e sobre mercado de trabalho, mas o assunto principal era a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira — SAB —, que provocou acesas polêmicas.

Reconhecendo, porém, que haviam ocorrido numerosos imprevistos, a comissão eleita no ano anterior propôs, e foi aceito, adiar tal decisão para o ano seguinte, adotando um calendário bastante rígido, o qual previa o envio de sugestões até 15 de fevereiro, reunião plenária em Goiânia, por ocasião do III Seminário Goiano de Arqueologia, nova reunião antes de julho, como envio da minuta dos estatutos a todos os arqueólogos, e sua aprovação por ocasião da Reunião Brasileira de Antropologia, oportunidade logo depois alterada para a III Jornada, que passou para novembro de 1980, de modo a assegurar maior prazo à comissão, que ficou constituída por Maria da Conceição M.C. Beltrão, Alfredo Mendonça de Souza, Dorath Pinto Uchôa, Napoleão Figueiredo e Gabriela Martin, sob presidência do primeiro²²⁸.

Estes sucessivos congressos, reuniões e seminários haviam, ao longo dos últimos dez anos, propiciado um melhor conhecimento entre os arqueólogos brasileiros, acima das tendências de cada um, os quais passaram a se reconhecer e comunicar.

De certa forma, aqueles que mais freqüentemente participavam de tais eventos, apresentando trabalhos e integrando comissões, constituíam-se no núcleo central da comunidade, a partir dos quais as informações se disseminavam para a totalidade.

Sentiam tais pesquisadores, porém, que a criação da SAB no Rio de Janeiro, com sua ampla tradição de ensino da arqueologia, poderia levar a um relaxamento dos critérios de seleção, com o aumento artificial da comunidade. Assim, quando da realização do III Seminário Goiano de Arqueologia, em 1980, foi antecipada a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Neste entretempo, a SAB, que deveria ser uma associação profissional, tornara-se uma sociedade científica, nos moldes da Associação Brasileira de Antropologia, dificultando consideravelmente o ingresso de novos sócios, principalmente os bacharéis em arqueologia.

Estiveram em Goiânia 48 pesquisadores, e no primeiro mês, mais 72 a estes se juntaram. Sua primeira diretoria foi integrada por Pedro Ignácio Schmitz (Presidente), Ondemar Ferreira Dias Jr. (Vice-presidente), Alfredo Mendonça de Souza (Secretário), e Dorath Pinto Uchôa (Tesoureiro). Atualmente a SAB conta com cerca de 176 membros, entre sócios efetivos, honorários e colaboradores²⁵⁷, e reúne grande parte dos arqueólogos ativos no país. Sua fundação representa um marco importante na consolidação da arqueologia brasileira, levando os arqueólogos a superar tradicionais divergências e a aprender a conviver com teorias e metodologias distintas.

Não bastasse a criação da SAB, a reunião de Goiânia seria importante, ainda, por ter permitido a elaboração dos 5 volumes de **Temas de Arqueologia Brasileira**, uma importante coleção de dados até então inéditos e dispersos.

Outros congressos ocorreriam no mesmo ano. Em julho, o Museu de História Natural da UFMG promoveria o Simpósio Lund, com a participação de Oldemar Blasi, Fernando Altenfelder Silva, André Prous, Maria da Conceição Beltrão, Ondemar Ferreira Dias Jr., Eliana T. de Carvalho, Marília C. Mello e Alvim, Paulo Alvarenga Junqueira e Maria Heloisa Fernelon Costa. Logo a seguir, em julho, reunir-se-iam Osvaldo Herédia, Maria da Conceição Beltrão, Marília C. Mello e Alvim, Lilia Cheuiche Machado, Maria Dulce B. Gaspar de Oliveira, Mário Ferreira Simões, Ondemar Ferreira Dias Jr., Sheila M.F. Mendonça de Souza, e outros, por ocasião da XII Reunião Brasileira de Antropologia.

Neste mesmo ano de '80, o Museu Nacional passaria a ministrar um curso de pós-graduação, especialização, em arqueologia, quase ao mesmo tempo em que o mestrado em história, da UFPE, graças ao trabalho de Gabriela Martin, passava a aceitar concentração na área de arqueologia brasileira. Um pouco depois, em 1981, também o Centro Brasileiro de Arqueologia ministraria curso de especialização em arqueologia pré-histórica, que só duraria um ano, e, em 1985, a Faculdade de Arqueologia e Museologia Estácio de Sá implantaria seu curso de pós-graduação (especialização) em arqueologia histórica.

Assim, em '81 e '82, realizaram-se, no Rio de Janeiro, as III e IV Jornadas Brasileiras de Arqueologia, com 36 e 37 pesquisadores, respec-

tivamente. Ainda no Rio e em 1981, ocorreria a I Reunião Científica da SAB, com 66 pesquisadores presentes.

Verifica-se facilmente, que até o final do período, quase todo o ensino formal da arqueologia situou-se no eixo Rio-São Paulo, revestindo-se de particular importância a USP, onde até 1985 haviam sido defendidas 7 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado em arqueologia.

Assim sendo, quando do levantamento feito, por Pedro Ignácio Schmitz, para a **Avaliação e Perspectivas** do CNPq, em 1982, foi possível registrar 32 doutores ou livres docentes, 19 mestres e 68 pesquisadores em geral, elevando para 119 pesquisadores o tamanho desta comunidade científica. Existiam, na mesma ocasião, em 9 instituições, 7 alunos de doutorado, 32 de mestrado, 26 de especialização e 125 de graduação, com 23 instituições dedicando-se à pesquisa arqueológica.

Sendo insuficiente, no entanto, o número de egressos desses cursos, a maioria das instituições acaba mantendo programas informais de treinamento.

Com a manutenção das Jornadas Brasileiras de Arqueologia e o surgimento das Reuniões Científicas da SAB, ambas bienais, as reuniões da SBPC e da ABA perderam importância, mas continuaram contando com a participação de arqueólogos. Todos estes eventos, somados a numerosas reuniões regionais e temáticas, acabaram por permitir um melhor delineamento da comunidade dos arqueólogos brasileiros.

A partir de 1981, com os principais problemas estruturais encaminhados, esta comunidade vai-se voltar para a organização dos dados disponíveis, mantendo-se as pesquisas em todas as linhas, muito embora a ênfase tenha deixado de recair sobre temas específicos, ganhando importância a abordagem por área. Como consequência, houve uma tendência para o crescimento dos projetos, que se tornaram mais longos — até por força de critérios mais rigorosos nas escavações — e passaram a envolver maior número de pessoas. Com a crescente profissionalização, a interdisciplinaridade e uma postura mais estritamente científica, tende a mudar o formato de apresentação dos resultados, que evolui da publicação de listas de itens recuperados, para estudos interpretativos formais, muito embora, as linhas tradicionais continuem gerando resultados.

Assim, no que diz respeito aos sambaquis e demais sítios de pescadores-recoletores adaptados a recursos marinhos, muitos estudados no período anterior, ocorre uma evidente retração das pesquisas. Muitos

arqueólogos ativos um pouco antes, irão se afastar das pesquisas, como João José Bigarella, Guilherme Tiburtius, e o grupo que se reunia no Paraná, o mesmo ocorrendo com Ilo Frediani, em São Paulo, e com Ernesto Salles Cunha no Rio de Janeiro. Dos que já trabalhavam com estes sítios no período anterior, somente João Alfredo Rohr e Annette Laming-Emperaire prosseguiriam, embora esta última, após 1971, tenha-se dedicado a escavar em Lagoa Santa.

João Alfredo Rohr, em Santa Catarina, dedicou-se, até a sua morte, em 1984, ao estudo dos sambaquis, assunto sobre o qual publicou mais de 20 trabalhos, embora também se tenha dedicado à arqueologia do planalto catarinense e o estudo da arte rupestre. Também Alan L. Bryan estudou estes sítios, tendo escavado sistematicamente o sambaqui Forte Marechal Luz, em Santa Catarina, em 1961, embora os seus resultados permaneçam inéditos em grande parte.

Pouco depois, José Wilson Rauth, que tinha sido aluno de Annette Laming-Emperaire, começou a divulgar os resultados de suas pesquisas nos sambaquis paranaenses, assunto ao qual se dedicaria até fins da década de '70, em parte, como membro do PRONAPA. Também em São Paulo, Andrea Bartorelli e Carlos Isotta, e no Rio de Janeiro, Ondemar Ferreira Dias Jr., começam a trabalhar com sambaquis. Seguem-se as escavações de Valentin Calderón no sambaqui da Pedra Oca, Bahia, única pesquisa, nesta linha, no nordeste, e as pesquisas sobre os cerritos do Rio Grande do Sul, que começam a ser desenvolvidas por Guilherme Naue a partir de 1965, enquanto que, Eurico Miller, no Rio Grande do Sul, e Walter Piazza, em Santa Catarina, também iniciavam suas observações em sambaquis.

Em 1967, no Paraná, seria a vez de Maria José Menezes e Margarida Andreatta passarem a tratar do assunto, o mesmo ocorrendo em Santa Catarina com Anamaria Beck, em torno de quem se reuniram Gerusa M. Duarte, Edson Medeiros de Araújo, Teresa D. Fossari, e outros. Pela mesma época, Lina Maria Kneip iniciava suas escavações no Rio de Janeiro, passando a dedicar-se, quase que exclusivamente, a este tema. Ainda neste ano, Mário Ferreira Simões e Maria da Conceição Gentil Correia iniciariam o Projeto Salgado, um programa de salvamento para os sambaquis do litoral paraense, enquanto Valentin Calderón descrevia à fase Periperi, agrupando os sambaquis baianos. Já no ano seguinte, dois arqueólogos paulistas, Caio Del Rio Garcia e Dorath Pinto Uchôa, também passariam a pesquisar este assunto, que seria predominante na produção científica de ambos, e, em 1970, Arno A. Kern escavaria os sambaquis de Torres, RS, o mesmo fazendo, pouco depois, Celso Perota, no Espírito Santo.

arqueólogos ativos um pouco antes, irão se afastar das pesquisas, como João José Bigarella, Guilherme Tiburtius, e o grupo que se reunia no Paraná, o mesmo ocorrendo com Ilo Frediani, em São Paulo, e com Ernesto Salles Cunha no Rio de Janeiro. Dos que já trabalhavam com estes sítios no período anterior, somente João Alfredo Rohr e Annette Laming-Emperaire prosseguiriam, embora esta última, após 1971, tenha-se dedicado a escavar em Lagoa Santa.

João Alfredo Rohr, em Santa Catarina, dedicou-se, até a sua morte, em 1984, ao estudo dos sambaquis, assunto sobre o qual publicou mais de 20 trabalhos, embora também se tenha dedicado à arqueologia do planalto catarinense e o estudo da arte rupestre. Também Alan L. Bryan estudou estes sítios, tendo escavado sistematicamente o sambaqui Forte Marechal Luz, em Santa Catarina, em 1961, embora os seus resultados permaneçam inéditos em grande parte.

Pouco depois, José Wilson Rauth, que tinha sido aluno de Annette Laming-Emperaire, começou a divulgar os resultados de suas pesquisas nos sambaquis paranaenses, assunto ao qual se dedicaria até fins da década de '70, em parte, como membro do PRONAPA. Também em São Paulo, Andrea Bartorelli e Carlos Isotta, e no Rio de Janeiro, Ondemar Ferreira Dias Jr., começam a trabalhar com sambaquis. Seguem-se as escavações de Valentin Calderón no sambaqui da Pedra Oca, Bahia, única pesquisa, nesta linha, no nordeste, e as pesquisas sobre os cerritos do Rio Grande do Sul, que começam a ser desenvolvidas por Guilherme Naue a partir de 1965, enquanto que, Eurico Miller, no Rio Grande do Sul, e Walter Piazza, em Santa Catarina, também iniciavam suas observações em sambaquis.

Em 1967, no Paraná, seria a vez de Maria José Menezes e Margarida Andreatta passarem a tratar do assunto, o mesmo ocorrendo em Santa Catarina com Anamaria Beck, em torno de quem se reuniram Gerusa M. Duarte, Edson Medeiros de Araújo, Teresa D. Fossari, e outros. Pela mesma época, Lina Maria Kneip iniciava suas escavações no Rio de Janeiro, passando a dedicar-se, quase que exclusivamente, a este tema. Ainda neste ano, Mário Ferreira Simões e Maria da Conceição Gentil Correia iniciariam o Projeto Salgado, um programa de salvamento para os sambaquis do litoral paraense, enquanto Valentin Calderón descrevia à fase Periperi, agrupando os sambaquis baianos. Já no ano seguinte, dois arqueólogos paulistas, Caio Del Rio Garcia e Dorath Pinto Uchôa, também passariam a pesquisar este assunto, que seria predominante na produção científica de ambos, e, em 1970, Arno A. Kern escavaria os sambaquis de Torres, RS, o mesmo fazendo, pouco depois, Celso Perota, no Espírito Santo.

sis, S. Anthonioz, Mario Consens, Suzane Monzon, e outros, muitos dos quais trabalhariam também em Minas Gerais, com André Prous, Rosângela Albano, Carlos Magno Guimarães, Paulo Alvarenga Junqueira, Ana Lúcia Lanna, Fabiano Lopes de Paula, Maria Elisa Solá e Gisele Rocha Silva. Outros grupos menores surgiriam, ainda, em Pernambuco, em torno de Gabriela Martin, com Alice Aguiar, Marcos Galindo Lima, Jacionira S. Rocha, e em Goiás, com Pedro Ignácio Schmitz, Altair Sales Barbosa, Sílvia Moehlecke, Angélica Stobäus, e outros. No Rio, Alfredo Mendonça de Souza intentou a aplicação de métodos quantitativos não interpretativos à arte rupestre de Goiás, em 1970, formando um grupo especializado, com Joaquim Perfeito da Silva, M. Christina Leal Rodrigues, Adilson Rodrigues, e outros.

Algumas contribuições individuais, no entanto, devem ser destacadas. É o caso dos levantamentos desenvolvidos por Pedro A. Mentz Ribeiro em Virador, RS; por João Alfredo Rohr em Santa Catarina; por Oldemar Blasi no vale do rio Tibagi, PR; por Cid Albernaz em Goiás e Mato Grosso, que serviriam de base para estudos de M. Conceição de M.C. Beltrão e para a tese de Livre-Docência de J. Afonso M. Bueno Passos; por Valentin Calderón nas chapadas baianas, que o levou a agrupá-las em 3 estilos ou fases; por Marcos Albuquerque em Buique e outras áreas de Pernambuco; por Alfredo Mendonça de Souza e outros no Ceará; e por Acary de Passos Oliveira em Mara Rosa, GO.

Seguem-se trabalhos de Ruth Trindade de Almeida, que publicaria um levantamento bastante abrangente da arte rupestre da Paraíba, e de Carlos E.P. Milss, o primeiro a registrar a arte rupestre dos planaltos centrais.

A partir deste período, no entanto, torna-se evidente que a arte rupestre tornou-se assunto para especialistas ou para sonhadores. Não existe meio-termo possível, o que tem levado a um abandono dos levantamentos de campo.

Quanto às demais linhas de pesquisa, até por interferência dos resultados do PRONAPA, torna-se muito difícil estabelecer uma cronologia das pesquisas.

Assim, a arqueologia amazônica, permaneceria vinculada ao Museu Goeldi, por quase todo o período, até 1976, quando seria criado o PRONAPABA, abrindo espaço para pesquisadores de outras regiões, como foi visto. Iniciada a década de '80, no entanto, em função do número de hidrelétricas em construção, outros pesquisadores foram se engajando em projetos de salvamento, destacando-se Pedro A. Mentz Ribeiro, em Roraima, e Osvaldo R. Herédia, em Roraima e no Amazonas. Neste

mesmo Estado, Armindia Mendonça de Souza e Walter Castilho da Rocha, a serviço da Comissão Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural, implantam um setor de arqueologia, que desenvolve pesquisas em áreas selecionadas do Estado, e também desenvolveram projetos de salvamento.

Com relação às pesquisas sobre caçadores-recoletores, estas tornam-se cada vez mais freqüentes, com trabalhos de Eurico Miller, Pedro Ignácio Schmitz e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, no Rio Grande do Sul, João Alfredo Rohr, em Santa Catarina, Igor Chmyz, no Paraná, M. Conceição de M.C. Beltrão, Tom Miller Jr., Luciana Pallestrini, José Luiz de Moraes, Águeda Vilhena de Moraes, Solange Bezerra Caldarelli e Guy-Christian Collet, em São Paulo, Ondemar Ferreira Dias Jr, Alan L. Bryan e Ruth Gruhn e André Prous, em Minas Gerais, Valentin Calderón, na Bahia, Gaston Armand F. Laroche e Jeannette M. Dias de Lima em Pernambuco, Niéde Guidon no Piauí, Pedro Ignácio Schmitz, Altair Sales Barbosa, Iluska Simonsen e Alfredo Mendonça de Souza, em Goiás, e Eurico Miller em Rondônia.

Deve-se fazer menção especial, no entanto, ao trabalho da Missão Franco-brasileira, tanto em Minas Gerais como no Piauí, destacando-se, como foi dito, que estas pesquisas acabariam por confirmar a contemporaneidade entre o Homem de Lagoa Santa e a fauna pleistocênica extinta.

Também no estudo dos sítios cerâmicos, as pesquisas irão se tornar numerosas e complexas, devendo-se destacar, no seu todo, a contribuição dos arqueólogos vinculados ao PRONAPA, como foi visto. Das pesquisas isoladas, deve-se registrar os trabalhos de Pedro Ignácio Schmitz, Fernando La Sálvia, Pedro Mentz Ribeiro e Guilherme Naue, no Rio Grande do Sul, João Alfredo Rohr, em Santa Catarina, Luciana Pallestrini e Sílvia Maranca, em São Paulo, Paulo Alvarenga Junqueira, em Minas Gerais, e outros.

Enquanto os estudos geomorfológicos, aparentemente, perdiam importância, estudos de antropologia biológica, paleopatologia, paleonutrição e paleodemografia, tornavam-se cada vez mais freqüentes, graças, principalmente, às contribuições de Marília de Carvalho Mello Alvim, Tarcísio T. Messias, Maria Júlia Pourchet, Lília Cheuiche Machado, Margareth Carvalho Soares e João Carlos Gomes, aos quais juntam-se as pesquisas de paleodemografia e paleopatologia, a partir de 1977, de Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, e, na Fundação Oswaldo Cruz, as de Luiz Fernando Ferreira, Adauto H.G. de Araújo e Ulisses Confalonieri, pesquisas em paleoparasitologia, iniciadas no Rio de Janeiro, en-

quanto que em São Paulo, com a ida de Miya Awazu Pereira para a França, permaneciam Dorath Pinto Uchôa e Walter A. Neves. Nos demais Estados, tais estudos são incipientes, podendo-se registrar o trabalho de André Jacobus, com paleonutrição, no Rio Grande do Sul, as análises de Edson Medeiros de Araújo, em paleodontologia, em Santa Catarina, até meados da década de '70, e os estudos osteométricos de João Alfredo Rohr, em Santa Catarina.

Duas últimas linhas de pesquisa parecem tornar-se cada vez mais fortes. A Arqueologia Histórica, com o impulso tomado com as escavações de Marcos Albuquerque em Guararapes, Pernambuco, tem cada vez mais pesquisadores associados, inclusive com forte apoio da SPHAN. Também a arqueo-etno-história, depois dos estudos pioneiros de Ítala Irene Basile Becker e de Nobue Miyasaki, vem apresentando resultados estimulantes. Cabe mencionar, por fim, que depois dos trabalhos pioneiros de Igor Chmyz, as pesquisas de salvamento tendem a se tornar numa subespecialidade com amplo mercado de trabalho e infinitas possibilidades teóricas.

As últimas questões estruturais pendentes começam a ser definitivamente equacionadas em 1983, ano em que se realizaria nova Reunião Científica da SAB, na UFMG, com 146 participantes, que contou com simpósios sobre a formação de arqueólogos, coordenado por Ulpiano Bezerra de Meneses, e sobre a situação da arqueologia no Brasil, coordenado por Ondemar Ferreira Dias Jr²³⁷. A regulamentação da profissão, por sua vez, começa a ser debatida na V Jornada Brasileira de Arqueologia, em 1984, no Rio de Janeiro, que contou com cerca de 150 participantes, seguindo-se a III Reunião Científica da SAB, em Goiânia, 1985, que acabou assumindo importante papel político.

De fato, esta reunião caracteriza o momento em que esta comunidade se afirma como tal e reconhece a própria existência, propondo-se pela primeira vez, a discutir, de modo abrangente, o próprio destino, o papel da arqueologia e do arqueólogo, as deficiências da legislação em vigor, e a interferência do Poder Público na atividade científica, daí resultando a **Carta de Goiânia**, propondo uma orientação ética comum a todos os arqueólogos profissionais.

A partir de então, esta comunidade científica começa a atuar coletivamente, na busca de soluções para seus problemas atribuindo à SAB competência para dirimir dúvidas e pendências entre seus membros, e entre estes e os órgãos governamentais de pesquisa e fomento, atuando como um órgão de classe, ainda que informal.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LAMING-EMPERAIRE, A. *L'Archéologie Préhistorique*. Paris, Editions du Seuil, 1963.
2. DANIEL, G. *Historia de la Arqueología*. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
Sobre HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA, ver também:
 BOULE, M. *Les Hommes Fossiles*. Paris, Masson, 1946.
 MASPERO, G. *Histoire Ancienne des peuples de l'Orient*. Paris, Hachette, 1902.
 ———. *Causeries d'Egypte*. Paris, Guilmoto, 1909.
 GUIBERT, J. & CHINCHOLE, L. *Les Origines*. Paris, Letouzey & Ané, 1929.
 HOERNES, M. *L'Uomo, storia naturale e preistoria*. Milano, Società Editrice Libreria, 1912, 2 v.
 MACDURDY, G.G. *Early Man*. Philadelphia, J.B. Lippincott, 1937.
 MONTAGU, A. *Homo Sapiens*. Madrid, Guadiana, 1969.
 MONGAIT, A. *La Arqueología en la URSS*. Moscu, Academia de Ciências de la URSS, 1960.
 TOPINARD, P. *L'Anthropologie*. Paris, Reinwald, 1884.
 WENDT, H. *A Procura de Adão*. São Paulo, Melhoramentos, 1953.
3. WHEELER, M. Aspecto Histórico. In: — *Arqueología de Campo*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1961.
4. PELTO, P.J. *Iniciação ao Estudo da Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
Sobre HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA, ver também:
 BEALS, R.L. & HOIJER, H. *An Introduction to Anthropology*. New York, MacMillan, 1953.
 BEZERRA, F. *Problemas e Perspectivas em Antropologia*. Rio de Janeiro, MEC, 1980.
 BOAS, F. *Race, Language and Culture*. New York, The Free Press, 1940.
 HERSKOVITS, M.J. *Man and his Works — Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro, Mestre Jou, 1963, 3 v.
 KROEBER, A.L. *Antropología general*. México, Fondo de Cultura Económica, 1945.
 KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1973.

- LOWIE, R.H. *Antropología Cultural*. México, Fondo de Cultura Económica, 1947.
- MARTINS, J.P.O. *Elementos de Antropologia*. Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1909.
- SHAPIRO, H.L. *Homem, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1956.
- TITIEV, M. *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1963.
5. BARBOSA SUEIRO, M.B. Prefácio. In : HEBERER, G. et alii. *Antropologia*. Lisboa, Meridiano, 1967.
6. NAVAL, F. *Curso Breve de Arqueologia e Bellas Artes*. Madrid, Ed. Corazón de Maria, 1918.
7. KENYON, K.M. *Beginning Archaeology*. London, Phoenix House, 1952.
8. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Esboço Preliminar de um Sistema de Classificação Analítico-Sintético para as Ciências Antropológicas*. Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, IBICT/UFRJ, 1982, ms.
9. COMTE, A. *Cours de Philosophie Positive*. Paris, Schleicher Frères, 1907.
10. BOUTHOL, G. *Histoire de la Sociologie*. Paris, PUF, 1956.
11. HATCH, E. *Theories of Man & Culture*. New York. Columbia University Press, 1973.
12. ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
13. MATTA, R. *Relativizando*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
14. MALINOWSKI, B. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
15. HEBERER, G; KURTH, G. & SCHWIDETZKY-ROESING, J. *Antropologia*. Lisboa, Meridiano, 1967.
16. KAPLAN, D. & MANNERS, R.A. *Teoria da Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
17. RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Structure and Function in Primitive Society*. Glencoe, Free Press, 1952.
18. LEAF, M. *Uma História da Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
19. Ver, por exemplo:
 MEZHÚIEV, V. *La Cultura y la Historia*. Moscu, Ed. Progreso, 1980.
 KELLE, V. & KOVALZON, M. *Ensayo sobre la Teoría Marxista de la Sociedad*. Moscu, Progreso, 1977.
 DIAKOV, V. & KOVALEV, S. *A Sociedade Primitiva*. Lisboa, Estampa, 1972.

KAHN, J.S. & LLOBERA, J.R. *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*. London, MacMillan, 1981.

Como marco histórico, ver também:

MORGAN, L.H. *La Sociedad Primitiva*. Buenos Aires, Lautaro, 1946.

20. WILLEY, G.R. & SABLOFF, J.A. *A History of American Archaeology*. San Francisco, W.H. Freeman, 1974.
21. SERVICE, E. *Os Caçadores*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
22. SAHLINS, M. *Stone Age Economics*. London, Lavistock, 1974.
 ————. *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
23. FRIED, M. *The Evolution of Political Society*. London, 1967.
24. SANDERS, W.T. & MARINO, J. *Pré-história do Novo Mundo — Arqueologia do Índio Americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
25. COHEN, M.N. *The Food Crises in Prehistory. Overpopulation and the origins of agriculture*. London, Yale Univ. Press, 1977.
26. CHILDE, V.G. *Teorias da História*. Lisboa, Portugalíia, 1964.
 ————. *O que aconteceu na História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
 ————. *A Evolução cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
 ————. *A Pré-história da Sociedade Européia*. Lisboa, Europa-América, 1957.
 ————. *L'Aube de la Civilization Européenne*. Paris, Payot, 1949.
27. LAET, S.J. *de Archaeology and its Problems*. London, 1957.
28. BRAIDWOOD, R.J. *Archaeologists and what they do*. New York, 1960.
29. CHILDE, V.G. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa, Europa-América, 1961.
30. CLARCK, G. *Arqueologia e Sociedade*. Coimbra, Almedina, 1966.
31. TRIGGER, B.G. *Além da História: os métodos da Pré-história*. São Paulo, EDUSP/EPU, 1973.
32. ROUSE, I. *Introducción a la Prehistoria: un enfoque sistemático*. Barcelona, Bella Terra, 1973.
33. PACE, B. *Handbuch der Archäologie*. Munich, 1939.
34. RIZZO, G.E. *Storia del l'Arte greca*. Turin, 1911.
35. PERINETTI, F. *Introducción a la Arqueología*. Barcelona, Labor, 1975.
36. LAVALLEYE, J. *Introduction aux études d'Archéologie et d'Histoire de l'Art*. Paris, Casterman, 1946.
37. WILLEY, G.R. & PHILLIPS, P. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1958.

38. KROEBER, A.L. Introduction. In: _____ (Ed.). *Anthropology Today*. Chicago,, Univ. of Chicago Press, 1953.
39. BINFORD, L. Archaeology as anthropology. *American Anthropology*, 28(2): 217-255, 1962.
40. WOODAL, J.N. *An Introduction to modern archeology*. Cambridge, Massachussets, Schenkman Pub., 1972.
41. MILLER, JR., T.O. Homem, Ambiente e Sistema — Para uma arqueologia antropológica e intersubjetiva. *Arquivos do Museu de História Natural*, UFMG, 3: 179-200, 1978.
42. BINFORD, S. & BINFORD, L.R. *New Perspectives in Archeology*. Chicago, Aldine, 1968.
BINFORD, L.R. (Ed.) *For Theories building in Archaeology*. New York, Academic Press, 1977.
43. CLARKE, D.L. *Analitical Archaeology*. London, Methwen, 1978. (2nd edition revised by Bob Chapman).
44. CHORLEY, R.J. & HAGGETT, P. *Modelos em Geografia*. Rio de Janeiro, EDUSP/ETC, 1974/75, 3v.
45. CLARKE, D.L. Models and Paradigms in contemporary Archaeology. In: _____ (Ed.). *Models in Archaeology*. London, Methwen, 1972.
46. HILL, J.N. The Methodological debate in contemporary Archaeology. In: CLARKE, D.L. (Ed.). *Models in Archaeology*. London, Methwen, 1972.
47. KUHN, T.S. *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago, Univ. Chicago Press, 1962.
48. MOBERG, C.-A. *Introduction à l'Archéologie*. Paris, Maspero, 1976.
49. WATSON, P.J.; LEBLANC, S.A. & REDMAN, C.L. *El método científico en Arqueología*. Madrid, Alianza, 1974.
50. ROWE, J.H. Archaeology as a Career. *Archaeology*. New York, 14(2): 45-56, 1961.
51. ASCHER, R. Teaching archaeology in the University. *Archaeology*. New York, 21(4): 282-287, 1968.
52. GARDIN, J.-C. *Une Archéologie Theorique*. Paris, Hachette, 1979.
53. BETTELHEIN, C. A problemática do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, L. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
54. BENJAMIN, W. *Infância Berlinense por volta de 1900*.
55. BOLLE, W. Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, A.A. (Org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
56. ECO, U. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

57. STEWARD, J.H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Washington, *Bulletin* nº 143, v. 1, 1946; v. 3, 1948; v. 4, 1948; v. 5, 1949; v. 6, 1950.
As idéias de Steward aparecem mais claras no volume 5, onde publica seu modelo South American cultures: An interpretative summary, que inclui seu modelo de áreas culturais para a América do Sul.
58. PARROT, A. *Introdução à arqueologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
59. UNESCO. *Recomendação definindo os princípios internacionais a serem aplicados em questões de escavações arqueológicas*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Nova Déli, 1956.
60. BEZERRA DE MENEZES, U.T. Paul Courbin, Qu'est-ce l'Archéologie? Essai sur la nature de la recherche archéologique. *Revista de História*. São Paulo, Nova Série, 114: 167-172, 1983.
 COURBIN, P. *Qu'est-ce l'Archéologie? Essai sur la nature de la recherche archéologique*. Paris, Payot, 1982.
61. RODRIGUES, J.H. *História da História do Brasil — Historiografia Colonial*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1979.
62. PROUS, A. História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*. UFMG, 4/5: 11-24, 1979/80.
63. RIVET, P. *As Origens do Homem Americano*. São Paulo, Anhembi, 1958.
64. SOARES DE SOUZA, G. *Notícia do Brasil*. São Paulo, DAC/MEC, 1974.
 Edição comentada por Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweis.
65. SAMPAIO, T. *Os Naturalistas Viajantes e a etnografia indígena*. Salvador, Progresso, 1955.
 ————. Os Naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da Etnographia Indígena no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, s/d (Fascículo 24 da série publicada com as *Comunicações ao I Congresso de História Nacional*).
66. CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/INL, 1978.
67. BRANDÔNIO (pseudônimo de Ambrósio Fernandes Brandão). *Diálogos das Grandezas do Brasil (1618)*. 2ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Imp. Universitária, 1966.

68. D'ABBEVILLE, C. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
69. PISO, G. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1957.
70. FERREIRA, M.R. *O Mistério do Ouro dos Martírios*. São Paulo, Biblos, 1960.
 _____. *As Bandeiras do Paraupava*. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.
71. BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Intr. de José Honório Rodrigues. Brasília, Univ. de Brasília, 1981. 3 v.
72. DANIEL, J. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1-2, 1976, 2 v.
73. MADRE DE DEUS, G. *Memórias para a História da Capitânia de São Vicente, hoje chamada São Paulo, e noticias dos annos em que se descobrio o Brasil*. 3ª ed. anotada por A. d'Escragnolle Taunay. São Paulo, Weiszflog Irmãos Eds, 1920.
74. MENEZES, F.T. *Lamentações Brasíliaas. Códice geral e Mapa Curiozo de novos descubertos. Relatório enviado a S.R. Mag. D. João VI pelo Padre Francisco Telles de Menezes, em quatro partes, com as indagações feitas de 1800 a 1807, acrescentada de 1808 a 1817, de 1818 a 1823 e de 1824 a 1827*. Manuscrito arquivado, em duas versões, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
Parte do trabalho do Padre Francisco Telles de Menezes foi utilizada por Tristão de Alencar Araripe em sua obra (Ver nota 104). Uma boa revisão foi feita, também por:
 MENDONÇA DE SOUZA, M.A.C.; SIMONSEN, I. & SOARES, N.G. *Sinalações Rupestres no Sertão Central, Ceará*. Trabalho apresentado ao IV Simpósio Internacional de Arte Rupestre Americana, XXV Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, 1973. Publicado em resumo.
75. LA CONDAMINE, Ch.-M. *Viagem na América Meridional*. Rio de Janeiro, Edit. Pan-Americana, 1944.
76. FERREIRA, A.R. *Viagem Filosófica pelas Capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro, CFC/MEC, 1972/74, 4 v.
Sobre a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira, consulte-se:

- FONSECA, O.O.R. *Alexandre Rodrigues Ferreira, o patólogo*. Rio de Janeiro, CNPq/INPA, 1958.
- ANDRADE, A. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a introdução do Método Científico nos Estudos Sociais do Brasil*. Rio de Janeiro, CNPq/INPA, 1958.
- CASTRO FARIA, L. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Etnologia Brasileira. In: *Alexandre Rodrigues Ferreira na visão de quatro Naturalistas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, CNPq/INPA, 1958.
- FONTES, G.M.D.N.C. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Cadernos da Amazônia*. CNPq/INPA, Manaus, nº 10, 1966.
77. ROCQUE, C. *Antologia da Cultura Amazônica. Volume V: Narrativas de Viagens e Estudos Geográficos*. Belém, Amazonia Edições Culturais, s/d.
78. HRDLICKA, A. The genesis of the American Indians. *Proceedings of the Second Pan American Scientific Congress*. Section I, Anthropology, Washington, Government Printing Office, 1917.
79. COSTA, A. *Introdução à Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1934 (Col. Brasileira, 34).
- _____. *Introdução à Arqueologia Brasileira*. 2ª Ed. revista e ampliada. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939 (Col. Brasileira, 34).
- Após a morte de Anyone Costa, esta síntese receberia, ainda mais duas edições, em 1958 e 1980, sempre na mesma coleção*
- COSTA, A. *Migrações e Cultura indígena, Ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939 (Col. Brasileira, 139).
- _____. *Indiologia*. Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1943.
80. ROQUETTE-PINTO, E. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro, Mendonça Machado & C., 1927.
81. CASAL, A. *Corografia Brasília*. Fac-simile da edição de 1817, com introdução de Caio Prado Jr. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1945.
82. CUNHA MATTOS, R.J. *Chorografia historica da Província de Goiás. Rev. Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, T. XXXVII, parte I, 1874 e T. XXXVIII, parte I, 1875.
- _____. *Chorografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia, Governo do Estado, 1939.

83. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C.; FERRAZ, S.M. & MENDONÇA DE SOUZA, M.A.C. *Projeto Bacia do Paranã: A Fase Paranã — Apontamentos sobre uma fase pré-cerâmica e de arte rupestre do Planalto Central*. Goiânia, Univ. Fed. de Goiás, 1977.
84. ARAÚJO, M. Relatório sobre a inscrição da Gávea. *Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 15: 98-103, 1839.
85. TEIXEIRA, R. A região onde o sábio Peter Lund viveu e trabalhou. *Minas Gerais (Suplemento Pedagógico)*, 61: 6-8, jul. 1980.
86. RUGENDAS, J.M. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Martins/EDUSP, 1972.
87. LUND, P.W. *Memórias Científicas*. Tradução de Leonidas Damasio. Belo Horizonte, Apollo, 1935.
_____. *Memórias sobre a Paleontologia Brasileira*. Revisitas e comentadas por Carlos de Paula Couto. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1950.
Sobre Lund, além do trabalho de A. Prous (Ver Nota 62), e da bibliografia das Notas 85 e 88, consultar também:
COUTO, C.P. Lund e a Paleontologia do Brasil. *Boletim do Centro de Informação Arqueológica*, Rio de Janeiro, CIA, 1(2): 5-13, out. 1970.
MATTOS, A. *O Sábio Dr. Lund e estudos sobre a Paleontologia Brasileira*. Belo Horizonte, Apollo, 1935.
_____. *Colectânea Peter Wilhelm Lund*. Belo Horizonte, Apollo, 1935.
E, ainda, a biografia romanceada de Lund:
STANGERUP, H. *Lagoa Santa, Vidas e Ossadas*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1983.
88. BRITO, O.E.A. O cientista Peter Wilhelm Lund. *Minas Gerais (Suplemento Pedagógico)*. 61: 2-3, jul. 1980.
PIRES, P.J.S. Peter Lund, um Viking tatu brasileiro. *Minas Gerais (Suplemento Pedagógico)*. 61: 4-5, jul. 1980.
JUNQUEIRA, P.A. Peter Wilhelm Lund e a ocupação humana pré-histórica de Lagoa Santa. *Minas Gerais (Suplemento Pedagógico)*. 61: 8-9, jul. 1980.
89. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. et alii. *Projeto Bacia do Paranã II — Petroglifos da Chapada dos Veadeiros, Goiás*. Goiânia/Rio de Janeiro, UFGO/ISCB, 1979.
90. RATH, C. Notícia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Rev. Trimensal do Inst. Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, T. XXXIV, parte I: 287-292, 1871.

91. BARBOSA RODRIGUES, J. Antiguidades Amazônicas. *Ensaio de Ciência*, 1: 92-246, e 2: 1-82, 1876.
_____. *O Muiraquitã e os ídolos simbólicos. Estudo da origem asiática da civilização do Amazonas nos tempos pré-históricos*. 2ª ed. muito aumentada. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, 2 v.
_____. Antiguidades do Amazonas: necrópole de Miracan-guera. *Velloso*, Rio de Janeiro, 2, 1892.
92. FERREIRA PENNA, D.S. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1: 85-99, 1876.
_____. Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2: 47-67, 1877.
_____. Urnas de Maracá. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2: 69-71, 1877.
93. SCAFF, L.M. A lição de coisas do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: FUNARTE/INAP. *Museu Paraense Emílio Goeldi*. Rio de Janeiro, 1981.
_____. O Museu Goeldi no ano do Sequicentenário. *Publicações avulsas*, 20, Belém, Museu Goeldi, 1973.
94. GONÇALVES DIAS, A. *O Brasil e a Oceania*. Rio de Janeiro, H. Garnier, s/d.
95. HARTT, C.F. The ancient indian pottery of Marajó, Brazil. *The American Naturalist*, Lancaster 5(5): 259-271, 1871.
_____. Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 45-53, 1876.
_____. Contribuição para a etnologia do vale do Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, 6: 1-174, 1885.
_____. Inscrições em rochedos no Brasil. *Rev. do Inst. Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, 47: 301-310, 1895.
96. TESCHAUER, C. Explorações que particularmente promoveram o progresso da Etnografia indígena. In: SAMPAIO, T. *Os Naturalistas Viajantes e a Etnografia indígena*. Salvador, Progresso, 1955.
97. BRANNER, J.C. Inscrições em rochas no Brasil. *Rev. do Inst. Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, 11: 249-261, 1904.
98. LADISLÁU NETTO (Ladisláu de Souza Melo e Netto). Investigação sobre a arqueologia brasileira. *Arquivos do Museu Nacional*, 6: 257-553, 1885.
99. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dom Pedro II e a Cultura*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1977.

100. CASTRO FARIA, L. Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. *Bol. do Museu Nacional*. N.S., Antropologia, Rio de Janeiro, 13: 1-106, 1952.
101. DERBY, O.A. Carta ao cidadão Dr. Hermann von Ihering, M.D. Director do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1(1): 13-15, 1895.
102. STEINEN, K.D. *O Brasil Central — Expedição em 1884 para exploração do rio Xingu*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942.
103. EHRENREICH, P. Os petróglifos da Ilha dos Martírios. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N.S., São Paulo, 2: 89-93, 1948.
104. ARARIPE, T.A. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. *Rev. Trimensal do Inst. Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro, T. 1: 213-237; 258-294, 1887.
105. IHERING, H. História do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1(1): 9-31, 1895.
106. LOFGREN, A. Contribuições para a Archeologia Paulista; os sambaquis de São Paulo. *Bol. da Comissão Geographica e Geológica de São Paulo*, 9: 1-91, 1893.
107. COUTO DE MAGALHÃES, J.V. *O Selvagem*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
108. IHERING, H. A Civilização pré-histórica do Brasil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, 1: 33-159, 1895.
 ————. A Origem dos Sambaquis. *Rev. do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo*, 8: 446-457, 1903.
109. IHERING, H. Archeologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, 6: 519-580, 1904.
110. COUDREAU, H. *Voyage au Xingu*. Paris, La Hure, 1897.
111. LADISLÁU NETTO. *Lettre a Monsieur ERNEST RENAN a propos de l'Inscription Phénicienne apocryphe. Soumise en 1872 a l'Institut historique, géographique et ethnographique du Brésil*. Rio de Janeiro, Lombaerts & Comp., 1885.
112. MENDONÇA, C.X. Museu Goeldi. *Arte, Vogue*. São Paulo, Carta ed., 24-b: 42-67, 1977.
113. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. As vicissitudes do Cônego Benigno. *Boletim do Centro de Informação Arqueológica*, 3(11): 30-35, 1972.
114. OLIVEIRA, M.R. Novos indícios de uma antiga povoação abandonada no interior da Província da Bahia. *Revista Trimestral de História e Geografia*, IHGB, Rio de Janeiro, Tomo X, 2ª ed. 1870.

115. PYOTT, G.M. *Man Hunting in the jungle*. New York, 1930.
 MOREL, E. *E Fawcet não voltou*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1944.
 CALLADO, A. *Esqueleto na Lagoa Verde*. Rio de Janeiro, MEC, 1961.
 FLEMING, P. *Brasilian Adventure*. Londres, Jonathan Cape, 1946.
116. COSTA, C. *As duas Américas*. Segunda edição ampliada da obra o Descobrimento da América e do Brasil que o Autor publicou em 1896 no Pará. Lisboa, José Bastos (antiga Casa Bertrand), 1900.
117. LEONARDOS, O.H. *Concheiros Naturais e Sambaquis*. Rio de Janeiro, DNPM, 1938 (Pubs, Avulsas, 37).
118. ABREU, S.F. Os Sambaquis de Imbituva e Laguna. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 32(1): 8-50, 1928.
119. ABREU, S.F. A Importância dos sambaquis no estudo da pré-história brasileira. *Rev. da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro*, 35(1): 3-15, 1932.
120. WIENER, C. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 1-20, 1876.
121. KRONE, R. *Informações etnográficas do vale do rio Ribeira*. São Paulo, Comissão Geográfica, 1908.
 _____. O ídolo antropomorfo de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, 16: 225-233, 1911.
122. SERRANO, A. Los sambaquis o concheros brasileños. *Revista del Instituto de Antropología de la Universidad de Tucuman*. 1(3): 1-43, 1938.
 _____. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 36: 1-42, 1937.
123. BROCHADO, J.J.P. Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. *Iheringia, Antropologia*, Porto Alegre, 1: 3-42, 1969.
124. Principal literatura sobre sambaquis, além da já citada, no período:
 BIOCCA, E.; HOGE, A. & SCHREIBER, G. Contribuições ao estudo de alguns sambaquis na Ilha de Santo Amaro. *Revista do Museu Paulista, N. série*, 1: 153-72, 1941.
 LAMEGO, A. *O Homem e a Restinga*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1946.
 MEZZALIRA, S. Sambaqui de Sernambetiba. *Boletim*, DNPM, Rio de Janeiro, 37, 1946.

- _____. Os sambaquis no Estado de São Paulo. *Boletim do Instituto Geográfico e Geológico*, São Paulo, 1/2: 127-8, 1947.
- ORSSICH, A. O Sambaqui do Araújo II — Nota Prévia. *Cadernos de Arqueologia*, MAAP/UFPr, 2(2): 11-59, 1977.
- _____. Observações em sambaquis (4). *Cadernos de Arqueologia*, MAAP/UFPr, 2(2): 61-67, 1977.
- _____. Traços de habitações nos sambaquis (7). *Cadernos de Arqueologia*, MAAP/UFPr, 2(2): 69-71, 1977.
- ORSSICH, E.S. A Propósito de sepulturas em sambaquis (8). *Cadernos de Arqueologia*, MAAP/UFPr, 2(2): 73-76, 1977.
125. CASCUDO, L.C. *Em Memória de Stradelli*. Manaus. Gov. do Estado de Amazonas, 1967 (Col. Euclides da Cunha. 10).
126. CARVALHO, A. Pré-história Sul-americana. *O Estado de São Paulo*. 10 de junho de 1908.
- Recensão de *Suedamerikanische Felszeichnungen*, de T. Koch-Gruenberg. Foi publicada, também, pelo Jornal do Recife, de 10 de agosto.
- BRITO, S. O Homem Americano. *Jornal do Comércio*, 13 de abril de 1909.
- FRANCO, A.M. As civilizações extintas da América Meridional. *Jornal do Comércio*, 6 de junho de 1909.
- CARVALHO, A. Pré-história Sulamericana, resposta às impugnações dos Srs. S. Brito e Armindo de Mello Franco. *Revista do Inst. Hist., Geog., e Archeológico de Pernambuco*, XIV(76): 129-292, jun. 1909.
- Originalmente foi publicado em quatro artigos, no *Jornal do Recife* de 23, 24, 26 e 27 de junho de 1909.
127. BRANDÃO, A. *A Escripção Pré-histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
128. MORAIS, L.J. *Inscrições Rupestres no Brasil*. Rio de Janeiro, Inspeção Nacional de Obras contra a Seca, MVOP, 1924 (Publicação 64, série ID).
129. SILVA RAMOS, A.B. *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Oficial, v. 1, 1930, v. 2, 1939.
130. PEREIRA, JR., J.A. Notas sobre inscrições lapidárias. *Revista do Arquivo Nacional*. São Paulo, 77: 97-101, 1941.
- _____. Itacoatiaras. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 90: 201-12, 1943.

- _____. O Segredo das Itacoatiaras. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 48: 189-212, 1952.
- _____. Inscrições Rupestres Brasileiras. *Geográfica*. 11(12): 30-32, set. 1961.
131. PEREIRA JR., J.A. *Introdução à Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Bentivegna, 1967.
132. MORAIS, R. *O País das Pedras Verdes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d.
- _____. *O Homem do Pacoval*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.
133. CRULS, G. Arqueologia Amazônica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 6: 169-220, 1942.
- _____. *Hiléia Amazônica*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
134. BARATA, M. Os maravilhosos cachimbos de Santarém. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 13: 37-39, 1944.
- _____. A Arte Oleira dos Tapajós I. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*. Belém, 2: 7-48, 1950.
- _____. A Arte Oleira dos Tapajós II. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, 5: 183-197, 1951.
- _____. A Arte Oleira dos Tapajós III. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*. Belém, 6, 1963.
- _____. Arqueologia, In: ANDRADE, R.M.F. (ed.). *As Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro, 1952.
135. PALMATARY, H. Tapajó Potery. *Etnologiska Studier*, Goteborg, 8: 1-136, 1939.
- _____. The pottery of Marajó Island, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*. Philadelphia, Nova série, vol. 39, parte 3: 261-470, 1950.
- _____. The archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*. Philadelphia, Nova série, vol. 50, parte 3: 1-243, 1960.
136. MEGGERS, B.J. & EVANS, C. *Uma interpretação das culturas da ilha de Marajó*. Belém, Inst. de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954 (Publ. n° 7).
137. HILBERT, P.P. *Contribuição à arqueologia da ilha de Marajó*. Belém, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1952 (Publ. n° 5).
138. LOPES, R. *Antropogeografia*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1956 (Pubs. Avulsas n° 18).

139. MATTOS, A. *Pré-história Brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939 (Brasiliense), 148).
 ———. Lagoa Santa Man. In: STEWARD, J.A. (ed.) *Handbook of South American Indians*. Bureau of American Ethnology, v. 1, 1943.
 ———. *O Homem das Cavernas de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.
140. WALTER, H.V. *A Pré-história da região de Lagoa Santa (Minas Gerais)*. Belo Horizonte, ed. do autor, 1948.
 ———. *A Arqueologia da região de Lagoa Santa, índios pré-colombianos dos rochedos-abrigos*. Rio de Janeiro, Sedegra, 1958.
141. CATHOUD, A. *A Raça de Lagoa Santa e o pleistoceno americano*. Belo Horizonte, Apollo, 1935.
142. RIDEN, S. Brazilian Anchor Axes. *Etnologiska Studier*. Goteborg, 4: 35-49, 1937.
143. OLIVEIRA, C.E. O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do nordeste. *Boletim do Museu Nacional*. 14/17: 151-240, 1938/41.
144. OTT, C.F. *Pré-história da Bahia*. Salvador, Progresso, 1958.
145. AMARAL, L. *As Américas antes dos Europeus*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1946.
146. COUTO, C.P. O Pleistoceno e a Antiguidade do Homem Americano. In: DUARTE, P. (ed.) *Origens do Homem Americano*. São Paulo, Instituto de Pré-história, 1964.
147. HURT, W.R. & BLASI, O. O Projeto Arqueológico Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil — Nota Final. *Arquivos do Museu Paranaense*, Nova série, 4, abril de 1969.
148. DUARTE, P. *O Sambaqui visto através de alguns sambaquis*. São Paulo, Inst. de Pré-história, 1968.
149. CRUXENT, J.M. Noticia sobre litos de sílex del Brasil. *Bol. del Museo de Ciencias Naturales*, Caracas, 4/5 (1-4): 7-46, 1958/59.
150. COSTA, D. Prefácio à 3ª edição: In: COSTA, A. *Introdução a arqueologia brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. nacional, 1958.
151. PINTO, E. *Os Índigenas do Nordeste*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935, 2v (Brasiliense, 44).
152. SENNA, N.C. A idade da pedra no Brasil. *Rev. Archivo Publico Mineiro*, 11: 399-427, 1907.
153. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Algumas Considerações sobre o problema da preservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro*. Documento elaborado para uso da Comissão de Preser-

- vação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro da Sociedade de Arqueologia Brasileira, reunida em Giânia, 1985, 48 p., ms.
154. SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Preservação e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil — uma trajetória*. Brasília, 1980.
 155. FURTADO, C. *O que somos?* Conferência proferida no Encontro Nacional de Política Cultural, Belo Horizonte, 1984.
 156. RIBEIRO, D. *Aos Trancos e Barrancos — Como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1984.
 157. TORRES, H.A. Contribuição para o estudo da proteção do material arqueológico e etnográfico do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1: 9-30, 1937.
 158. LOPES, R. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1: 77-96, 1937.
 159. CASTRO FARIA, L. O Problema da Proteção aos Sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*, 49, 1959.
 160. FIGUEIREDO, N. & RODRIGUES, E. As coleções etnográficas da Amazônia em Belém. In: SIMÕES, M.F. (ed.) *O Museu Goeldi no ano do Sequicentenário*. Belém, Museu Goeldi, 1973 (Pubs. Avulsas, 20).
 161. DUARTE, P. Introdução. In: RIVET, P. *As Origens do Homem Americano*. São Paulo, Anhembi, 2ª ed., 1958.
 162. DUARTE, P. *Paul Rivet, por ele mesmo*. São Paulo, Anhembi, 1960.
 163. CHMYZ, I. Editorial. *Cadernos de Arqueologia*. Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPr, Paranaguá, 1(1): 3-6, 1976.
 164. PADBERG-DRENKPOL, J.H.A. Relatórios arquivados no Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1926 a 1929, ms.
 165. BALDUS, H. As pinturas rupestres de Santana da Chapada (Mato Grosso). *Revista do Museu Paulista*, Nova série, 40: 5-14, 1937.
 166. BIGARELLA, J.J. Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 5/6, Parte I: 231-92; Parte II: 293-314, 1950/51.
 167. SALES CUNHA, E.M. Sambaquis do litoral carioca. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1(27): 1-69, 1965.
 168. Para maiores informações sobre o período, consultar:
Boletim do Centro de Informação Arqueológica, Rio de Janeiro
Revista de Antropologia, USP, São Paulo
Revista do Museu Paulista, N.S., USP, São Paulo
Pré-história Informativo. São Paulo

- Dédalo*, USP, São Paulo
Anuário de Divulgação Científica, UCG, Goiânia
Boletim do Centro Brasileiro de Arqueologia, Rio de Janeiro
Arquivos do Museu de História Natural, UFMG, Belo Horizonte
169. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Patrimônio Cultural e Comunidade*. Conferência proferida na Fac. de Arquitetura e Urbanismo Sílvio de Souza, Rio de Janeiro, 1983.
 170. DURHAN, E.R. & CARDOSO, R.C.L. O ensino da Antropologia no Brasil. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, 9(1/2): 91-108, jun./dez. 1961.
 171. SIMÕES, M.F. A pesquisa arqueológica na Amazônia Legal Brasileira. *Dédalo*, 9(17/18): 11-24, jun./dez. 1973.
 172. RIBEIRO, A.C. *O Problema da História Local*. Palestra no Seminário sobre Patrimônio Cultural Fluminense, Rio de Janeiro, maio de 1983.
 173. CHMYZ, I. Apresentação. In: CHMYZ, I. (ed.) *Terminologia Arqueológica Brasileira Para a Cerâmica*. CEPA/UFPr, 1966 (Manuais de Arqueologia nº 17).
 174. MENEZES, M.J. A arqueologia pré-histórica no Paraná — Histórico. *Bol. Inst. Histórico, Geográfico e Etnológico do Paraná*, Curitiba, 9: 56-105, 1967.
 175. LAMING-EMPERAIRE, A. *Guia para o estudo das Indústrias Líticas da América do Sul*, CEPA/UFPr, 1967 (Manuais de Arqueologia, 2).
 176. NASSER, N.A.S. et al. Proposição. *Anais do II Encontro dos Governadores para a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1973 (Pubs. do IPHAN nº 26).
 177. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. Barreiras Culturais à transferência de informação. *Ci. Inf.*, Brasília, 12(1): 75-82, 1983.
 178. BLASI, O. A Pesquisa Arqueológica no Estado do Paraná. *Dédalo*, 9(17/18): 41-48, jun./dez. 1973.
 179. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *O Ensino da Arqueologia no Brasil*. Documento encaminhado ao CFE. Rio de Janeiro, Centro de Informação Arqueológica, 1972.
 180. MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F. & MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Tentativa de Reconstituição Paleoecológica do Sambaqui do Rio das Pedrinhas*. Rio de Janeiro, ISCB, 1983.
 181. BEZERRA DE MENESES, U.T. A Situação atual da pesquisa arqueológica no Brasil. *Dédalo*, 9(17/18): 5-10, jun./dez. 1973.

182. PASSOS, J.A.M.B. Experiência didática isolada — Pré-história no 1º Grau. *Pré-história*, 2(9): 184, mai./jun. 1976.
183. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. Arqueólogos x Aventureiros — Uma luta muito antiga. *Nheengatu*, 1(1): 68-74, jan./fev. 1977.
184. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. História da Faculdade de Arqueologia. Rio de Janeiro, FAMMARO, 1978, ms.
185. PALLESTRINI, L. et al. Arqueologia. *Avaliação & Perspectivas/1978*, Brasília, CNPq, 1980, v. 8.
186. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Situação atual da Arqueologia no Brasil*. Documento encaminhado a P.I. Schmitz, por ocasião da elaboração de Avaliação & Perspectivas. Rio de Janeiro, 1980.
187. SCHMITZ, P.I. Arqueologia. *Avaliação & Perspectivas/1980*, Brasília, CNPq, 1982, v. 7.
188. DUARTE, P. (ed) *Origens do Homem Americano*. São Paulo, Instituto de Pré-história, USP, 1964.
189. BELTRÃO, M.C.M.C. *Pré-história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense/INELIVRO, 1978.
190. ROCHA, R. *O Clamor das Pedras*. Goiânia, edição do autor, 1978.
191. RODRIGUES, C.C. Os Dezoito anos do Instituto de Arqueologia Brasileira. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, 8: 7-16, 1979.
192. DUARTE, P. (ed.) *Estudos de Pré-história Geral e Brasileira*. São Paulo, Inst. Pré-história, USP, 1969.
193. PAULA, E.S. A instalação do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo. *Dédalo*, 1(1): 13-18, 1965.
194. SCHMITZ, P.I. Pe. João Alfredo Rohr, J.S. — Jesuíta e Professor. *Pesquisas*, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 40: 11-15, 1985.
195. *Revista do Museu Paulista*, N.S., USP, 14, 1963.
196. EVANS, C. Introdução. In: SIMÕES, M.F. (ed.), *Programa do Primeiro Ano (1965/1966)*. Belém, Museu Goeldi, 1967 (Pubs. Avulsas, 6).
197. MEGGERS, B.J. Advances in brazilian archeology, 1935-1985. *American Antiquity*, 50(2): 364-373, 1985.
198. MEGGERS, B.J. Considerações Gerais. In: SIMÕES, M.F. (ed.), *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Primeiro Ano (1965/1966)*. Belém, Museu Goeldi, 1967 (Pubs. Avulsas, 6).
199. ABREU, A.M.G. Recuperação de material arqueológico no exterior. Rio de Janeiro, I Jornada Brasileira de Arqueologia, ISCB, 1978.

200. ROHR, J.A. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. *Pesquisas, Antropologia*, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 15, 1966.
201. LENT, H. (ed.), Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, vol. 2: *Antropologia*, Rio de Janeiro, CNPq, 1967.
202. SCHMITZ, P.I. (ed.), Anais do II Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. *Pesquisas, Antropologia*, 18; *Estudos Leopoldenses*, 9, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968.
203. SILVA, M. et al. *Trópico & Recife*, UFPe, 1976, v. 2.
204. SCHMITZ, P.I. (ed.), Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências. *Pesquisas, Antropologia*, 20; *Estudos Leopoldenses*, 13, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969.
205. SIMÕES, M.F. (ed.), *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Primeiro Ano (1965/1966)*. Belém, Museu Goeldi, 1967 (Pubs. Avulsas, 6).
 ————. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Segundo Ano (1966/1967)*. Belém, Museu Goeldi, 1969 (Pubs. Avulsas, 10).
 ————. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Terceiro Ano (1967/1968)*. Belém, Museu Goeldi, 1969 (Pubs. Avulsas, 13).
 ————. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Quarto Ano (1968/1969)*. Belém, Museu Goeldi, 1971 (Pubs. Avulsas, 15).
 ————. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — Resultados Preliminares do Quinto Ano (1969/1970)*. Belém, Museu Goeldi, 1974 (Pubs. Avulsas, 26).
 SIMÕES, M.F. *Índice das Fases Arqueológicas*. Belém, Museu Goeldi, 1972 (Pubs. Avulsas, 18).
206. BROCHADO, J.P., et al. *Arqueologia Brasileira em 1968*. Belém, Museu Goeldi, 1969 (Pubs. Avulsas, 19).
207. ROHR, J.A. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. *Pesquisas, Antropologia*, Instituto Anchieta de Pesquisas, 22, 1969.
208. MENDES, J.C. *Conheça a Pré-história Brasileira*. São Paulo, EDUSP/Polígono, 1970.
209. CASTELO BRANCO, R. *Pré-história Brasileira — Fatos e Lendas*. São Paulo, Quatro Artes/INL, 1971.
210. ROHR, J.A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, Instituto Anchieta de Pesquisas, 24, 1971.

211. BARBOSA, A.S. Balanço da Arqueologia Brasileira — Goiás. *Anuário de Divulgação Científica*, IGPA/UCG, Goiânia, 10: 25-42, 1981/84.
212. SCHMITZ, P.I. O Programa Arqueológico de Goiás. *Anuário de Divulgação Científica*, IGPA/UCG, Goiânia, 1(1): 111-IV, 1974.
213. CHMYZ, I. Apresentação. *Arqueologia, Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, Curitiba, UFPr, 5, 1986.
214. DUARTE, G.M. Distribuição e localização dos sítios arqueológicos tipo sambaqui na ilha de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, UFSC, 4(4): 31-60, dez. 1971.
215. ROHR, J.A. A Pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. *Dédalo*, USP, 9(17/18): 49-66, jun./dez. 1973.
216. SCHMITZ, P.I. A Pesquisa arqueológica no Estado do Rio Grande do Sul. *Dédalo*, USP, 9(17/18): 67-86, jun./dez. 1973.
217. BEZERRA DE MENESES, U.T. (ed.), IV Simpósio Internacional de Arte Rupestre. *Dédalo*, 9(21/22): jun./dez. 1985.
218. EDITORIAL. *Boletim do Centro de Informação Arqueológica*. Rio de Janeiro, 1(4): 3, dez. 1970.
219. PROUS, A. Editorial. *Arquivos do Museu de História Natural*, UFMG, 2: 7-8, 1977.
220. FIGUEIREDO, N. & FOLHA, M.H.A. As culturas pré e pós cabralinas na Amazônia Brasileira. Belém, UFPa, 1976 (Série Pesquisa, 1).
221. FIGUEIREDO, N. *Amazonia, Tempo e Gente*. Belém, Sec. Municipal de Educação e Cultura, 1977.
222. DIAS JR., O.F. A Evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de Divulgação Científica*, IGPA/UCG, 3/4: 110-130, 1976/77.
223. MENTZ RIBEIRO, P.A. A Arte Rupestre no Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, RS, 7, 1978.
224. MENTZ RIBEIRO, P.A. *Manual de Introdução à Arqueologia*. Porto Alegre, Sulina, 1977.
225. PROUS, A. Les sculptures zoomorphes du Sud Brésilien et l'Uruguay. *Cahiers d'Archéologie d'Amerique du Sud*, Paris, 5, 1978.
226. SIMÕES, M.F. & ARAÚJO-COSTA, F. *Pesquisa e Cadastro de Sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira*. Belém, Museu Goeldi, 1978 (Pubs. Avulsas, 30).
227. *Resumos da I Jornada Brasileira de Arqueologia*. Rio de Janeiro, ISCB, 1978.
228. *Resumos da II Jornada Brasileira de Arqueologia*. Rio de Janeiro, ISCB, 1979.

229. SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S. & RIBEIRO, M.B. Temas de Arqueologia Brasileira. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia, IGPA/UCG, 5 a 9, 1980.
230. SCHMITZ, P.I. *La Evolución de la cultura en el Centro y Nordeste de Brasil entre 14.000 y 4.000 años antes del presente*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1981.
231. SCHMITZ, P.I. *Indústrias líticas en el Sur de Brasil*. Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 32, 1981.
232. BARBOSA, A.S. O período Arcaico em Goiás. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia, IGPA/UCG, 10: 85-97, 1981/84.
233. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Pré-história Fluminense*. Rio de Janeiro, INEPAC, 1981.
234. PAULA, F.L. & SEDA, P. Catálogo dos sítios de Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural*, UFMG, 4/5: 297-310, 1982.
235. SIMÕES, M.F. *Pesquisa e Cadastro de Sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira*. Belém, Museu Goeldi, 1983 (Pubs. Avulsas, 38).
236. GOLDMEIER, V.A. *Sítios Arqueológicos no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.
237. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, UFMG, 8/9, 1983/84.
238. MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. Panorâmica da Arqueologia Pré-histórica Brasileira. *Symposium, Revista da Universidade Católica de Pernambuco*. 26(1): 87-112, 1984.
239. SCHMITZ, P.I. *Caçadores e coletores da Pré-história do Brasil*. São Leopoldo, IAP/UNISINOS, 1984.
240. SCHMITZ, P.I. *Sítios de Pesca lacustre em Rio Grande*. São Leopoldo, IAP/UNISINOS, 1976.
241. BIGARELLA, J.J. Considerações a respeito das variações do nível do mar e datações radiométricas. *Cadernos de Arqueologia*, MAAP/UFRJ, 1(1): 105-118, 1976.
242. MELATTI, J.C. A Antropologia no Brasil: um roteiro. Rio de Janeiro, 17: 3-52, 1º semestre 1984.
243. MAGALHÃES, E.d'A. Sambaquis brasileiros: uma orientação bibliográfica. *Dédalo*, USP, 1(1): 93-111, 1965.
 ———. Sambaquis brasileiros: uma orientação bibliográfica — complementos — *Dédalo*, USP, 6(6): 105-111, 1976.
244. HEIN, W.A. Sambaquis, bibliografia. *Nheengatu*, ISCB, 1(1): 88-90, jan./fev. 1977.

- _____. Sambaquis, bibliografia, II. *Nheengatu*, ISCB, 1(2): 117-18, mar./abr. 1977.
- _____. Sambaquis, bibliografia, III. *Nheengatu*, ISCB 1(3/4): 89-90, mai./ago. 1977.
245. CÂNDIDO DE CARVALHO, J. Transcrito em BELTRÃO, M.C.M.C., referência nº 189.
246. COLONELLI, C.A. & MAGALHÃES, E. d'A. Arte rupestre no Brasil, bibliografia anotada. *Dédalo*, USP, 11(21/22), 1975.
247. LAMING-EMPERAIRE, A., et al. Grottes et Abris de la région de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brésil. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*, Paris, 1, 1974.
- GUIDON, N., et. al. Documents pour la préhistoire du Brésil meridional, 1- L'Etat de São Paulo. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*, Paris, 2, 1973.
- Ver também notas 225 e 254.
248. SCATAMACCHIA, M.C.M. *Tentativa de caracterização da Tradição Tupiguarani*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Arqueologia) apresentada ao Deptº de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1981.
249. KERN, A.A. *Le Précémique du Plateau Sud-Brésilien*. These pour le Doctorat de 3º Cycle. Paris, Ecole de Hauts Etudes, 1981.
250. WUST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás — Tentativa de Análise Espacial*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Arqueologia) apresentada ao Deptº de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1983.
251. BALDUS, H. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira — I São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.*
Esta primeira parte apresenta 1.785, dos quais 255 já haviam sido publicados pelo próprio Baldus no Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, editado por R.B. de Moraes (Ver nota seguinte). Baldus publicaria em 1954, pela mesma editora, um complemento com mais 354 obras aparecidas no período de 1943 a 1950, e que também foi incluída nesta edição do Centenário.
- BALDUS, H. *Bibliografia comentada de etnologia brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Souza, 1954.
- BALDUS, H. *Bibliografia Crítica da etnologia brasileira — II* Völkerekundliche Abhandlungen.v. IV Kommissionverlagen Munstermann, Hanover, 1968.

252. MORAES, R.B. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.
Trata-se de um catálogo comentando as obras de autores nascidos no Brasil e publicados antes de 1808.
MORAES, R.B. & BERRIEN, W. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Ed. Souza, 1949.
253. BROCHADO, J.P. *Desarrollo de la tradición cerámica Tupiguarani*. Porto Alegre, Gabinete de Arqueologia da UFRGS, 1973.
———. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupi-Guarani. *Relaciones*, 3: 7-39, 1973.
254. PIAZZA, W. & PROUS, A. Documents pour la Préhistoire du Brésil Meridional, 2. L'Etat de Santa Catarina. *Cahiers D'Archéologie d'Amérique du Sud*. Paris, 4, 1977.
255. Comunicação pessoal de A. Rohr.
256. Criado pelo Dec. nº 21.129 de 7/3/32 no Museu Hist. Nac.
257. Comunicação pessoal de P.P.
258. PROUS, A. & RIBEIRO, H.A.D. Bibliografia geral II. Arquivos do Museu de História Natural X: 46-169, 1985.

PESQUISAS

Publicações de Antropologia

1. **Um Paradeiro Guarani no Alto Uruguai** — Inácio Schmitz, S.J. — Pesquisas 1, 1957 122-142.
2. **Os Iranche, Contribuição para o Estudo Etnológico da Tribo** — José de Moura, S.J. — Pesquisas 1, 1957, 143-180, 293-295.
3. **Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)** — Inácio Schmitz, S.J. — Pesquisas 2, 1958, 113-143.
4. **Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina** — Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 3, 1959, 199-266.
5. **A Cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina e a Cerâmica da Base Aérea** — Inácio Schmitz, S.J. — Pesquisas 3, 1959, 267-324.
6. **Schmuckgegenstände aus den Muschelbergen von Paraná und Santa Catarina, Südbrasilien** — Guilherme Tiburtius — Pesquisas 1960, Antropologia n° 6; 60 pp.
7. **Objetos Zoomorfos do Litoral de S. Catarina e Paraná** — Guilherme Tiburtius e Iris Koehler Bigarella. — Pesquisas 1960, Antropologia n° 7, 51 pp., 13 tab.
8. **Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina, II** — Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1960, Antropologia n° 8, 32 pp., 5 fig., 1 mapa.
9. **Juan del Oso en los Tuxtles** — J. Hasler — Pesquisas 1960, Antropologia n° 9, 17 pp.
10. **Os Munkü, 2ª Contribuição ao estudo da tribo Iranche** — José de Moura, S.J. — Pesquisas 1960, Antropologia n° 10, 59 pp.
11. **Wildschweinhauer als Werkgeräte, aus den Muschelhaufen von Paraná und Santa Catarina, Südbrasilien.** — Guilherme Tiburtius — Pesquisas 1961, Antropologia n° 11, 28 pp., 5 Abb.
12. **Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina, e Notícias Prévias Sobre Sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul, III** — Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1961, Antropologia n° 12, 18 pp., 12 fig.
13. **Notícias de uma Indústria Lítica no Planalto Paranaense** — Igor Chmyz — Pesquisas 1962, Antropologia n° 13, 19 pp., 7 fig.
14. **Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina e Sambaquis do Litoral Sul-Catarinense, IV (1961)** — Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1962, Antropologia n° 14, 27 pp., 10 fig.
15. **Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. I. Exploração sistemática do sítio de Praia da Tapera. II. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga** — Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1966, Antropologia n° 15, 61 pp., 1 mapa, 4 pranchas.
16. **Arqueologia no Rio Grande do Sul** — Pedro Ignácio Schmitz, S.J. e outros — Pesquisas 1967, Antropologia n° 16, 58 pp., 5 fig., 6 pranchas.
17. **O Sítio Arqueológico de Alfredo Wagner, SC VI 13** — João Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1967, Antropologia n° 17, 24 pp., 7 fig. fora do texto.
18. **Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata** — Pesquisas 1968. Antropologia n° 18, 190 pp., 1 tabela, 9 pranchas fora do texto.
19. **Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes** — João Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1969, Antropologia n° 19, 30 pp., 15 fig., 1 foto.
20. **Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências** — Pesquisas 1969, Antropologia n° 20, 216 pp., 30 pp. de ilustrações.
21. **Sugestões para uma tipologia lítica para o interior do Sul do Brasil** — Tom O. Miller, Jr. — Pesquisas 1969, Antropologia n° 21, 48 pp., 18 fig. fora do texto.
22. **Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna** — João Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1969, Antropologia n° 22, 37 pp., 1 mapa, 1 fig. 2 pr. fora do texto.
23. **Arqueologia do Vale do Rio Pardo (comparações com material proveniente do Alto Jacuí), 1ª parte** — Pedro Ignácio Schmitz e outros — Pesquisas 1970, Antropologia n° 23, 54 pp., 12 pranchas, 2 tábuas fora do texto.
24. **Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense** — João Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1971, Antropologia n° 24, 56 pp., 12 fig., 4 pr. fora do texto.
25. **Os Espíritos Maus dos Nanbikuára e Quinze Lendas dos Rikbáktsa** — Pe. Adalberto Holanda Pereira, S.J. — Pesquisas 1973, Antropologia n° 25, 48 páginas.
26. **A morte e a outra vida do Nanbikuára. Lendas dos Índios Nanbikuára** — Pe. Adalberto Holanda Pereira, S.J. — Pesquisas 1974, Antropologia n° 26, 54 pp.

27. **Lendas dos Índios Irãnxé** — Pe. Adalberto Holanda Pereira, S.J. — Pesquisas 1974, Antropologia n° 27, 84 pp.
28. **História dos Münkù (Irãnxé)** — Pe. Adalberto Holanda Pereira, S.J. e Pe. José de Moura e Silva, S.J. — Pesquisas 1975, Antropologia n° 28, 40 pp.
29. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul** — Ítala Irene Basile Becker — Pesquisas 1976, Antropologia n° 29, 264 pp.
30. **Sítios de Petroglifos nos Projetos Alto-Tocantins e Alto-Araguaia, Goiás** — Pedro Ignácio Schmitz, Sílvia Moehlecke & Altair Sales Barbosa — Pesquisas 1979, Antropologia n° 30, 73 pp.
31. **Estudos de arqueologia e pré-história brasileira em memória de Alfredo Teodoro Rusins.** Pedro Ignácio Schmitz, Editor. Pesquisas 1980, Antropologia n° 31, 249 pp.
32. **Contribuciones a la prehistoria de Brasil** — Pedro Ignacio Schmitz — Pesquisas 1981, Antropologia n° 32, 243 pp.
33. **Arqueologia do Centro-Sul de Goiás.** Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil — Pedro Ignacio Schmitz, Irmhild Wüst, Sílvia Moehlecke Copé, Úrsula Madalena Elfriede This — Pesquisas 1982, Antropologia n° 33, 281 pp.
34. **Petroglifos do Estilo Pisadas no Centro do Rio Grande do Sul** — Pedro Ignacio Schmitz, José Proenza Brochado. **Projeto Médio-Tocantins: Monte do Carmo, GO. Fase Cerâmica Pindorama** — Altair Sales Barbosa, Pedro Ignacio Schmitz, Angélica Stobäus, Avelino Fernandes de Miranda — Pesquisas 1982, Antropologia n° 34, 93 pp.
35. **O Povoamento Tupiguarani no Baixo Ijuí, RS, Brasil.** — Jussara Louzada Ferrari — Pesquisas 1983, Antropologia n° 35, 132 pp.
36. **O Pensamento Mítico dos Nambikwára** — Adalberto Holanda Pereira, S.J. — Pesquisas 1983, Antropologia n° 36, 144 pp.
37. **El Indio y la Colonización** — Ítala Irene Basile Becker — Pesquisas 1984, Antropologia n° 37, 288 pp.
38. **Prehistoria del N.E. Argentino sus Vinculaciones con la Republica Oriental del Uruguay y sur de Brasil** — María Amanda Caggiano — Pesquisas 1984, Antropologia n° 38, 109 pp.
39. **O Pensamento Mítico do Irãnxé** — Adalberto Holanda Pereira, S.J. — Pesquisas 1985, Antropologia n° 39, 176 pp.
40. **Craniometria Radiográfica em População Pré-Histórica Brasileira; Ecologia e Cultura Material; Estratégias Usadas no Estudo dos Caçadores do Sul do Brasil — Alguns Comentários; Fase Itapiranga: Sítios da Tradição Planáltica; O Material Lítico do Sítio RS-CA-14, Capão Grande, Camaquã — RS.** — Pe. João Alfredo Rohr, S.J. — Pesquisas 1985, Antropologia n° 40, 144 pp.
41. **O Pensamento Mítico do Paresí — Primeira Parte** — Adalberto Holanda Pereira — Pesquisas 1986, Antropologia n° 41, 441 pp.
42. **O Pensamento Mítico do Paresí — Segunda Parte** — Adalberto Holanda Pereira — Pesquisas 1987, Antropologia n° 42, 398 pp.
43. **Paleogenética dos Grupos Pré-Históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)** — Walter Alves Neves — Pesquisas 1988, Antropologia n° 43, 178 pp.
44. **Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Serranópolis I** — Pedro Ignácio Schmitz, Altair Sales Barbosa, André Luiz Jacobus e Maira Barberi Ribeiro — Pesquisas 1989, Antropologia n° 44, 208 pp.
45. **O Sítio Arqueológico da Praia da Tapera: Um Assentamento Itararé e Tupiguarani** — Sérgio Baptista da Silva, Pedro Ignácio Schmitz, Jairo Henrique Rogge, Marco Aurélio Nadal De Masi e André Luiz Jacobus — Pesquisas 1990, Antropologia n° 45, 210 pp.